

4.3 FATORES ANTRÓPICOS

4.3.1 Aspectos Metodológicos

A elaboração do presente diagnóstico foi baseada no Termo de Referência do Plano de Manejo da Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-açu e Piraquê-mirim

As técnicas de pesquisa foram selecionadas tendo-se em vista os aspectos socioeconômicos a serem levantados para elaboração do diagnóstico do meio antrópico referente à área atual da “Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-açu e Piraquê-mirim” e do seu entorno.

A pesquisa foi realizada em etapas e encontram-se detalhada no próximo item.

4.3.1.1 Levantamento bibliográfico

Realizou-se levantamento de estudos, matérias de jornais, fotografias, mapas, publicações oficiais, legislação referente à Reserva, entre outros para conhecimento das informações já disponíveis e para a contextualização da situação pretérita e atual do objeto de estudo.

4.3.1.2 Delimitação da área de estudo

A área geográfica recortada para a pesquisa foi selecionada a partir dos critérios de proximidade e da relação existente entre os seus moradores e a Reserva Ecológica, bem como os conflitos procedentes dos objetivos da reserva e as atividades econômicas desenvolvidas na região.

Abarcou-se então as seguintes aldeias indígenas, bairros e comunidades:

- Aldeias Indígenas de Piraquê-açu, Três Palmeiras, Boa Esperança, Caieiras Velhas e Irajá;
- Comunidades essencialmente rurais: Santa Rosa, Baiacu, Pirassununga, Jundiaquara, Lajinha, Boa Vista e Lameirão;
- Comunidades urbanas: Coqueiral, Santa Cruz, Balsa, Nova Santa Cruz e Novo Irajá.

Além disso, considerou-se numa abordagem macro o município de Aracruz como locus de análise, bem como os municípios que são atravessados pelo rio Piraquê-açu, principalmente para o levantamento dos dados secundários. Esses foram obtidos em fontes documentais e fotográficas, publicações sobre dados socioeconômicos e históricos, literatura científica e consultas a bancos de dados públicos, através da internet, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

4.3.1.3 Pesquisa de campo (levantamento de dados primários)

- **Planejamento:** Após a delimitação da área da pesquisa, foram realizadas reuniões para planejamento das visitas e elaboração preliminar dos roteiros de entrevistas.
- **Pesquisa de campo:** Realizada em três momentos considerando-se os objetivos de cada um deles, reconhecimento do campo de estudo; mapeamento dos usos e respectivo georreferenciamento e realização de oficinas e de entrevistas.

1) Reconhecimento de campo: Realizou-se visitas guiadas com o objetivo de conhecer o espaço a ser estudado, bem como, coletar informações preliminares. Nessa ocasião foi usada a técnica de *observação*, na qual contou com idas ao

campo em períodos diferentes do dia e da semana para verificações dos usos do território pelas comunidades.

2) Mapeamento dos usos e georreferenciamento: Posteriormente ao conhecimento inicial da área, passou-se ao mapeamento dos usos - simultaneamente com etapa descrita a seguir, fotografando as situações encontradas e georreferenciando-as por meio de GPS (Sistema de Posicionamento Global) (Figura 4.3.1.3.a).



Figura 4.3.1.3.a - Marcação de ponto de GPS. Fonte: Environlink/2009

3) Realização de oficinas e de entrevistas: Sistematizou-se as informações sobre essa etapa no Quadro 4.3.1.3.a:

Descrição	Objetivo
Preparação para as oficinas	Contatar lideranças das comunidades para explicar a finalidade das oficinas; Articular para realizar a oficina com membros da comunidade.
Oficinas	Diagnosticar usos e relações com o território da Reserva Ecológica; Diagnosticar problemas e soluções. (Vide anexos 4.3.1.3.a e 4.3.1.3.b). (Figura 4.3.1.3.c)
Entrevistas	Entrevistar lideranças comunitárias, organizações da sociedade civil e outros atores sociais relevantes. (Figura 4.3.1.3.b)

Quadro 4.3.1.3.a – Detalhamento da etapa “Realização de oficinas e de entrevistas”

As figuras 4.3.1.3.b e 4.3.1.3.c exemplificam as atividades de entrevistas e oficina. O detalhamento destas atividades estão sistematizados nos Anexos 4.3.1.3.a, 4.3.1.3.b e 4.3.1.3.c.



Figura 4.3.1.3.b - Entrevista com Sr. Joceli Félix, liderança dos catadores de Novo Irajá. Fonte: Environlink/2009



Figura 4.3.1.3.c: Oficina em Lajinha. Fonte: Environlink/2009

Após essa etapa de pesquisa de campo, os dados coletados foram tratados e analisados resultando nesse documento. Nesse processo foi possível definir e espacializar os vetores de pressão antrópica que atuam sobre a Reserva Ecológica, seja internamente ou sobre seus limites.

A partir desse cenário, realizou-se o exame de parâmetros para orientar o manejo e a gestão da Reserva, no qual considerou-se as particularidades do entorno e buscou-se alternativas para minimizar a pressão antrópica exercida sobre a Unidade de Conservação.

4.3.1.4 Validação do diagnóstico e das propostas de zoneamento e dos programas

Para a finalização do Plano de Manejo está planejada a realização de oficinas de planejamento, cujo objetivo, num primeiro momento, é o de apresentar o resultado do diagnóstico, as propostas do zoneamento e dos programas e, logo após, discussão e debates com os atores sociais que culminarão numa proposta integrada para a UC em todos os seus aspectos.

4.3.2 Aspectos Históricos

A região atual de Aracruz era habitada por etnias indígenas cujas denominações eram Goytacaz, Tupinikim e Botocudo. Os primeiros ocupavam a área ao sul do rio Piraquê-açu, os Tupinikim encontravam-se ao longo do trecho entre esse rio e o rio Riacho e os últimos, o vale do rio Doce (COUTINHO, 2006). Hoje existem os remanescentes dos Tupinikim nas aldeias de Caieiras Velhas, Comboios, Pau-Brasil e Irajá, reconhecidos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

O processo de dizimação dessas populações iniciou-se com a chegada dos portugueses ao Espírito Santo, tendo como marco histórico para o município de Aracruz a fundação da Aldeia Nova em 1556, para a defesa da costa do pau-brasil contra as invasões francesas (COUTINHO, 2006).

A Aldeia Nova, região atual de Santa Cruz, foi estabelecida pelo padre Braz Lourenço¹, os noviços Diogo Jácome e Fábio Lucena e pelos gentios Goytacaz e Temiminó (COUTINHO, 2006). Esses últimos liderados pelo cacique Maracaiguaçu, originários do Rio de Janeiro (IBGE, 1959). Posteriormente os índios Tupinikim foram para essa aldeia, onde eram realizadas atividades agrícolas, caça, criação de animais domésticos e extração de ostras (CRUZ, 1997).

Em 1557, Braz Lourenço principia o trabalho de catequização com os índios Tupiniquis, situados na foz do rio Nhupãgoa, atual rio Reis Magos. A primeira denominação dessa área foi Aldeia dos Reis Magos (região hoje conhecida como Nova Almeida). Com a implantação desse novo povoado, Aldeia Nova passou a ser chamada de Aldeia Velha, entrando em declínio, prejudicando assim seu processo de crescimento (IBGE, 1959). Um dos motivos para tal decadência seria a destruição das roças por formigas, fazendo com que todos os índios fossem transferidos pelo Padre João Martins Carro em 1610 para Reis Magos (ROCHA, 1971, apud COUTINHO, 2006). Também nesse período a área da Aldeia Velha foi concedida como sesmaria aos índios Tupinikim, sendo sua inauguração realizada em 1615 (COUTINHO, 2006). Porém, esse fato não foi suficiente para garantir a continuação do crescimento da aldeia, o que pode ser notado pela raridade de citações nos registros históricos, que só retornará com algum fato relevante após 150 anos.

Com a elevação, em 1758, da Aldeia de Reis Magos à categoria de município, recebendo o nome de Nova Almeida para diferenciá-la da Vila de Almeida, em Portugal (BORGES, 2003), Aldeia Velha é anexada ao seu território. Para Coutinho

¹ Há outra versão para o verdadeiro fundador da Aldeia Nova. Segundo Coutinho (2006), essa aldeia poderia ter sido fundada pelo jesuíta Afonso Braz, ao invés de Braz Lourenço.

(2006) o apontamento na época de que Aldeia Velha era integrante do novo município, demonstra “[...] que o povoado não havia morrido [...]”, como se poderia imaginar, “[...] embora continuasse estagnado ou decadente desde 1615 [...]” (p. 151). Ainda em 1790 foi realizada uma tentativa de “repovoamento”, já que existiam somente 200 habitantes, em sua maioria indígena e caboclo, aos quais se reuniram 30 casais, trazidos pelo Capitão-Mor Ignácio João Mongeardino (COUTINHO, 2006).

Mais ao norte de Aldeia Velha, a ocupação iniciou-se também com a chegada dos portugueses à região, mais precisamente, em 1557, onde se implantou uma aldeia. Todavia essa ocupação foi tímida, pois o território entre Aldeia Velha e o Rio Doce “[...] era inteiramente despovoado [...]” (MARQUES, 1878 apud COUTINHO, 2006, p.131). Em 1800 é montado um quartel general (Figura 4.3.2.a) na área atualmente conhecida como Vila do Riacho com a finalidade de minimizar ataques de índios botocudos a índios “civilizados”, viajantes, comboios e boiadas que transitavam por essa região. Após a declaração de guerra pela coroa portuguesa aos botocudos², desenvolveu-se aí uma pequena povoação denominada Campos do Riacho (CRUZ, 1997).

² A declaração de guerra aos botocudos foi dada em 1809 pela Carta-Régia motivada pelos constantes ataques que esses faziam aos núcleos populacionais da região.

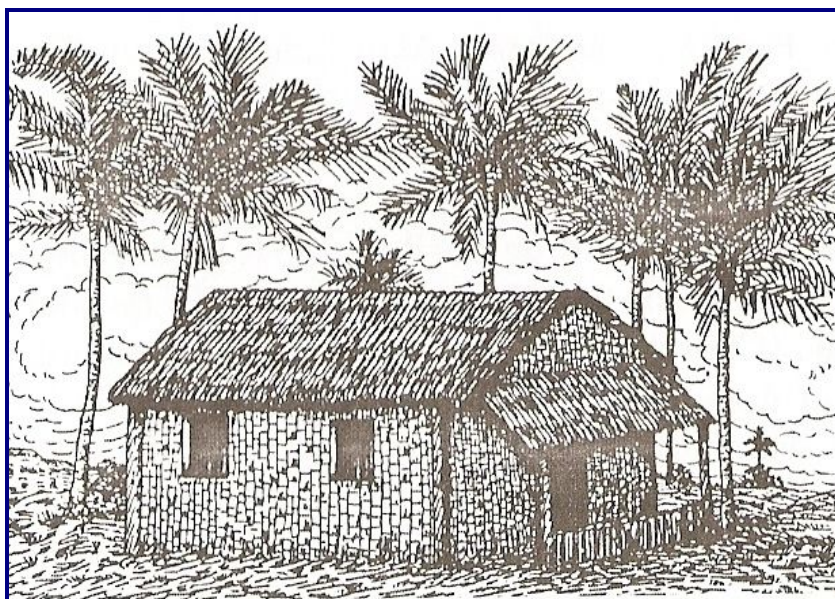


Figura 4.3.2.a - Representação de um quartel na foz do Riacho, origem do povoado de Barra do Riacho em 1818. Fonte: COUTINHO, 2006, p. 132.

Após um período de brando crescimento, Aldeia Velha experimentou uma época de prosperidade, com destaque para o crescimento econômico decorrido da movimentação portuária, consistindo no escoamento de produtos oriundos do sertão e da própria localidade, ensejando a transformação de Aldeia Velha em município de Santa Cruz em 1848 (COUTINHO, 2006). Este novo território foi desmembrado do de Nova Almeida, estendendo-se pelos atuais territórios de Aracruz, Ibraçu e João Neiva (IBGE, 1959).

Três anos após a criação do Município de Santa Cruz, em 1851, Pietro Tabachi se estabelece na região, vindo de Trento, da Itália. Adquiriu a fazenda “Monte delle Palme” (Figura 4.3.2.b), empregada para receber os imigrantes italianos de sua famosa Expedição Tabachi, em que transportou do Porto de Gênova, em 1874, famílias italianas dispostas a cumprir o contrato de colonos em suas terras (GROSSELLI, 1991). O empreendimento fracassou motivado por diversos conflitos entre os recém-chegados e Tabachi, fazendo com que os colonos partissem para outras áreas fundando vilas em localidades próximas.

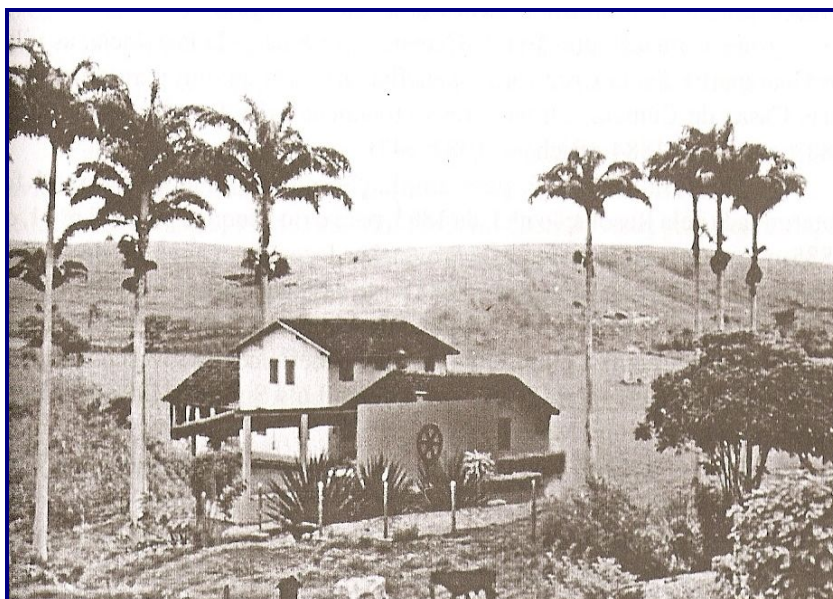


Figura 4.3.2.b - Fazenda das Palmas, em Aracruz, marco histórico da imigração italiana no Espírito Santo. Fonte: COUTINHO, 2006, p. 251.

Auguste-François Biard, pintor francês, em passagem por Santa Cruz, supostamente hóspede de Tabachi, escreveu em seu livro (1862) a respeito do município na época:

[...] quando desembocamos na planície, vi muitas choças cobertas com folhas de palmeira e algumas casinhas caiadas; vi muitos pescadores, e também mulheres de cor de pão queimado, vestidas de amarelo, roda, laranja, os pés descalços; aqui e ali, alguns senhores de terno preto, gravata branca e mãos sujas (p. 30).

Outro visitante que registrou sobre Santa Cruz nessa época foi o Imperador D. Pedro II, quando de sua visita em 1860. Segundo Coutinho (2006), “[...] o Imperador descreveu Santa Cruz, em seu roteiro de viagem, como ‘uma vila alegre, à margem direita do rio (Piraquê-açu), com casas térreas, pequenas e a maior parte cobertas de sapê’. Quanto ao porto, D. Pedro II citou oito embarcações na foz [...]” (p. 200).

Posteriormente à passagem do imperador ao município, no mesmo ano, a Província do Espírito Santo instituiu a Comarca de Santa Cruz, com sede na Vila de Santa Cruz, com competência sobre os municípios de Linhares e Reis Magos. Em 1862 o nome da comarca é alterado para Comarca de Santa Cruz de Reis Magos, mantendo-se a sede na mesma vila, entretanto um ano depois, a sede é transferida para a Vila de Reis Magos. Essa situação não perdurou por muito tempo, pois em 1864, novamente há outra mudança: retoma-se o nome e a sede original da comarca (COUTINHO, 2006).

Em 1891, com a criação do município de Riacho, o município de Santa Cruz perde os Distritos de Riacho e Ribeirão (atual Guaraná), ficando apenas com o Distrito da Sede. A Vila Santa Cruz, nesse mesmo ano, é alçada à categoria de cidade, onde há um movimentado porto que escoava os produtos da região, principalmente o café (CRUZ, 1997).

Nesse contexto, a distribuição geográfica das várias etnias que ocuparam município de Santa Cruz, na transição do século XIX para o XX já estava configurada, destacando-se duas linhas de povoados, segundo o historiador Coutinho (2006):

[...] A primeira linha a ser formada foi a luso-afro-indígena, no litoral, englobando os núcleos populacionais urbanos e rurais, que foram ocupados primeiro, a partir de 1556, predominantemente por portugueses, índios e africanos e seus mestiços na vila de Santa Cruz e, desde 1557, na Vila do Riacho, em Barra do Riacho desde 1800 [...].

A outra linha de povoados e vilas foi formada com italianos. Muitos aglomerados rurais e urbanos surgiram a partir da chegada dos imigrantes italianos, em 1784, predominando nelas uma população étnica formada pelos descendentes dos oriundi, como Ibraçu, Sauaçu, Córrego d'Água, Retiro, Ribeirão da Linha (hoje Guaraná), Jacupemba e outros menores [...] (p.258, grifo do autor).

Os imigrantes que ocupavam essa segunda linha de povoado foram aos poucos adentrando o interior da Província, movidos pela falta de terras disponíveis no município de Santa Cruz, o que contribuiu para a atenuação de seu progresso (COUTINHO, 2006). A Vila de Santa Cruz que viveu um período de intensa movimentação portuária, também entrava em declínio com a construção da Estrada

de Ferro Vitória a Minas (EFVM), em 1903, “[...] transformando o local numa ‘cidade morta’ [...]” (CRUZ, 1997), pois o escoamento da produção agrícola era realizado pelo interior, retirando toda a movimentação do litoral. O estabelecimento da ferrovia propiciou o surgimento de Aricanga, João Neiva, assim como outras localidades (CRUZ, 1997).

Em 1910 o município de Pau Gigante³, o qual em 1891, quando ainda era apenas um núcleo, separou-se do Município de Santa Cruz, prosperou tanto em sua atividade econômica agropecuária que a Comarca de Santa Cruz, existente desde 1864, foi extinta, pois se implantou a Comarca Santa Júlia, com abrangência nos municípios de Pau Gigante, Santa Cruz, Riacho e Nova Almeida (COUTINHO, 2006). Novamente, tal como ocorrido no século anterior, em 1923, a Comarca de Santa Cruz é restabelecida com jurisdição sobre os municípios de Riacho e Santa Cruz (CRUZ, 1997). Todas essas transformações acompanharam a decadência do município de Santa Cruz (Figura 4.3.2.c). À perda de poder político, mesmo com o retorno da sede da comarca, unia-se à crise econômica causada pela falência do Engenho Central Guaraná, responsável por dinamizar a economia do interior do município (COUTINHO, 2006).

³ Fundado em 1877 como Núcleo Colonial “Santa Cruz”, essa região possuiu diversas denominações ao longo do seu desenvolvimento: “Núcleo Conde d’Eu”, “Núcleo Quintino Bocaiúva”, Município de Guaraná (quando separou-se do Município de Santa Cruz) e Ibirapu (tendo quatro distritos: Ibirapu Sede, João Neiva, Acioli e Pendanga) (COUTINHO, 2006).



Figura 4.3.2.c - Vila de Santa Cruz no início do século XX. Fonte: COUTINHO, 2006, p. 291.

Nessa época, o município de Santa Cruz, tinha apenas uma sede, a vila de mesmo nome. Todavia em 1931, o município de Riacho, criado em 1891, é reintegrado ao território de Santa Cruz, juntamente com os distritos de Riacho e Ribeirão (atual Guaraná) (CRUZ, 1997), fato que também não contribuiu para o seu renascimento em definitivo.

Com o progresso do interior e o declínio do município de Santa Cruz, alguns moradores transferiram-se para o sertão: Venâncio Flores, José Alves da Costa e Isidoro Nunes. Ocuparam a região que originou o núcleo Sauaçu⁴ (Figura 4.3.2.d). Posteriormente, por volta de 1936, Eugênio Antônio Bitti muda-se para esse povoado levando consigo seu comércio que conservara em Santa Maria (CRUZ, 1997).

⁴ Segundo Coutinho (2006), a origem da palavra “Sauaçu” deve-se ao General Aristides Guaraná que transitando pela região escutava estridentes gritos de macacos, chamando a área de “Sagüi Açü” (em Tupi), ou seja, macaco grande. Com o uso a palavra foi transformando-se em Sauí-açu e Sauaçu. Posteriormente essa área foi propriedade de Venâncio Flores que possuía duas fazendas, a Três Palmas e a Sauaçu.



Figura 4.3.2.d - Igreja de São João Batista, primeira igreja católica de Sauaçu. Fonte: COUTINHO, 2006, p. 400.

Desde a chegada dos imigrantes italianos, o interior do município de Santa Cruz desenvolveu-se tanto economicamente quanto politicamente. O núcleo Sauaçu foi atraindo os moradores das regiões vizinhas, expandindo a fronteira agrícola da região, com uma agricultura variada, tendo como principal base o café, além da pecuária. Outros fatores colaboraram para esse crescimento como a ferrovia Vitória-Minas (atual EFVM), a utilização da rodovia Rio-Bahia (hoje BR-101), que passava por dentro de Sauaçu, a exploração do carvão, a presença de matérias-primas, a floresta tropical circundante e a fertilidade de suas terras (COUTINHO, 2006). Sauaçu consolidava-se como uma região central, economicamente fortalecida e politicamente organizada, representada pela parceria entre as famílias Bitti e Modenesi.

Todo esse desenvolvimento de Sauaçu atingiu diretamente a cidade de Santa Cruz, sede do município, que foi perdendo seu poderio político e econômico. A cidade, outrora o centro da região, era um local longe das vilas e dos povoados que foram surgindo, de difícil acesso com precárias estradas e uma difícil travessia de sua baía (COUTINHO, 2006).

Como resultado de todas essas mudanças a sede do município de Santa Cruz, já com o nome de Aracruz⁵, foi transferida para Sauaçu em 1948, após a aprovação pela Câmara Municipal (CRUZ, 1997). Esse acontecimento foi marcado por diversos conflitos políticos e descontentamentos da população da cidade de Santa Cruz, dificultando a mudança na prática, que só foi realizada em 1950.

Segundo Coutinho (2006), o ano de 1950 foi um marco na história de Aracruz:

Ao final da década, a população viu a consolidação das forças econômicas e emergentes que moldaram a história municipal por duas décadas. No contexto político, consolidaram-se as oligarquias rurais, simultaneamente com o desenvolvimento de Sauaçu numa velocidade maior que as demais localidades [...] e, progressivamente de todo o Município, bipolarizando Sauaçu x Santa Cruz, tendo esta última continuado a perder prestígio tanto como porto, quanto como centro político e administrativo. (p. 479).

Nos anos subseqüentes, a cidade de Aracruz continuou o seu progresso com aumento da população residente, a implantação de infra-estrutura - escolas, banco, usina hidrelétrica para fornecimento de energia elétrica que até em 1962 era gerada por um motor, hospital, cartório, conjunto habitacional, estradas, jornais, telefone, ponte, etc. - e principalmente com a vinda do grupo Aracruz Florestal S/A e em seguida com a construção da fábrica Aracruz Celulose S/A, que também ocasionaram problemas sociais e ambientais.

A antiga sede do município, cidade de Santa Cruz, que a partir de 1953, tornou-se distrito do município de Aracruz não alcançou o mesmo crescimento de Sauaçu, deixando no passado o seu auge econômico e político, sendo atualmente um importante local histórico.

⁵ Pelo Decreto-lei estadual nº 15.177 o nome do município foi alterado para Aracruz, que significa “pedra do altar da cruz” ou “pedra da cruz” (COUTINHO, 2006).

4.3.3 Contextualização da criação da Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-açu e Piraquê-mirim e Situação Atual

A proposta da unidade de conservação surgiu com a perspectiva de associada à Estação Biologia Marinha Ruschi assegurar os recursos naturais existentes, considerando que a nascente do rio Piraquê-açu já estava protegida por outra unidade de conservação em Santa Teresa, na Reserva Biológica Augusto Ruschi, criada em 1982 (RUSCHI, 2009).

Em 14 de julho de 1986, na gestão municipal de Primo Bitti, a Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-açu e Piraquê-mirim é criada por meio da Lei nº 994 da Prefeitura Municipal de Aracruz.

Surgida em período anterior ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), sua categoria de manejo não se enquadra em nenhuma na legislação ambiental mais recente. Mas em sua lei de criação previam-se as proibições e punições.

Art.2º A Reserva criada pela presente Lei, terá a finalidade de proibir:

- I – a pesca predatória;
- II – a caça ou a captura da avefauna e mamíferos;
- III – a devastação da vegetação;
- IV – a degradação do meio ambiente físico;
- V – atividades a qualquer título pretendidas, que impliquem em modificações do ecossistema do Manguezal.

§ 1º Para efeito desta lei, entende-se como pesca predatória:

- a) A captura de espécie da fauna marinha em época de desova;
- b) A utilização na pesca de currais, armadilhas, dinamite e outros explosivos, substâncias tóxicas, redes de malha fina e arrasto.

§ 2º Considera-se degradação do meio ambiente físico, qualquer alteração do substrato do manguezal; incluindo aterros, escavações e outros tipos de movimento de terra, e o lançamento de esgoto doméstico e industrial.
(ARACRUZ, 1986)

A Reserva Ecológica apesar de existir há mais de 20 anos, na prática ainda não conseguiu alcançar seus objetivos, além de atualmente não estar de acordo com o SNUC.

Ao longo de sua trajetória, destaca-se, no final da década de 90, uma disputa entre a empresa Thotham Industrial Ltda. e os ambientalistas, indígenas e moradores de Aracruz. A empresa referida pretendia explorar sedimentos calcários com a finalidade de produzir fertilizantes, corretivo do solo e compostos nutricionais (PORTENOY & ALMENDARY, acessado em 26 de jul. de 2009). Na visão da empresa, esse empreendimento acarretaria benefícios para diversos setores: agricultura, economia, meio ambiente, etc. Conforme relato do representante da empresa:

Sr. Sevan Naves-[...] Assim, estamos confortáveis para dizer da importância do bem mineral que a Thotam prospecta e espera em breve produzir. Com certeza, esse produto provocará uma revolução na agricultura brasileira ao propiciar maior produtividade que, conjugada com fatores favoráveis, como diversificados solos e irregularidades climáticas do nosso território, melhorará a competitividade de produtos agrícolas, em termos de preço e qualidade, e tornará o Brasil, muito em breve, imbatível na produção e exportação de alimentos. E mais: com menos agrotóxicos e sem expansão de novas fronteiras agrícolas, além de expressiva economia de divisas com a importação de fertilizantes. Teremos, assim, um produto, cuja produção será compatível ambientalmente e provocará, com a redução de custo, o aumento da oferta, o barateamento de alimentos brasileiros, beneficiando o consumidor. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2001)

A empresa recebeu autorização da Prefeitura Municipal de Aracruz para utilizar um cais, na atual Terra Indígena Caieiras Velhas 2 (na Aldeia Indígena de Piraquê-açu) e explorar duas jazidas de 3 mil ha cada uma. Além disso, a prefeitura foi acusada de doar uma área de 50 mil m² para a Thotam Industrial, no local que abrangeria a Reserva Ecológica. O IBAMA suspendeu a obra iniciada pela empresa no cais mencionado, justificando que se realizavam obras em área de manguezal sem licença de operação (PORTENOY & ALMENDARY, acessado em 26 de jul. de 2009).

Essa situação levou a sociedade civil em novembro de 2002, a proposta de criação de uma unidade de conservação marinha (Parque Marinho).

A proposta foi motivada pela significativa diversidade biológica da região, favorecida pela variedade de espécies de algas calcárias e não-calcárias e da fauna bentônica associada, pela ocorrência de manguezais sobre o laterito costeiro frontal à zona marinha e pelo risco crescente de degradação ambiental, em função da exploração mecanizada e em larga escala dos sedimentos biodetríticos e nódulos de alas calcárias, empreendimento que estava em processo de licenciamento junto ao Ibama. (SFORZA, 2006)

Posteriormente, a proposta do parque marinho foi revista pelo Ibama e, após várias consultas públicas, sugeriu-se a criação de duas unidades de conservação: Refúgio da Vida Silvestre (REVIS) de Santa Cruz, situada nos limites marinhos de Serra, Aracruz e Fundão, com área total de 289 km² e Área de Proteção Ambiental (APA) Costa das Algas, também em área marinha confrontante entre os municípios de Serra, Aracruz e Fundão e com uma parte da área da plataforma continental com área total de 1.162,15 m². (IBAMA, 2006)

Na Figura 4.3.3, pode observa-se a localização da Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) de Santa Cruz e da Área de Proteção Ambiental (APA) Costa das Algas, bem como áreas de solicitação de biodetritos.

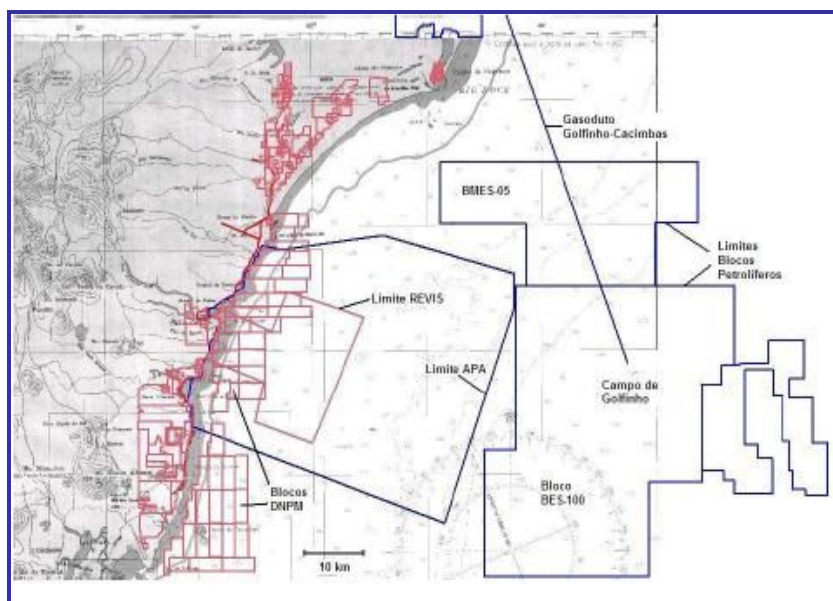


Figura 4.3.3 – Localização da REVIS e da APA e das solicitações de biodetritos. Fonte: Adaptado de Ibama, 2006.

Na Figura 4.3.3 acima, observa-se a quantidade de solicitações junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), demonstrando como esse território é um local disputado para exploração mineral.

Atualmente a proposta da REVIS de Santa Cruz e da APA Costa das Algas estão em análise pela Presidência da República.

4.3.4 Aspectos socioeconômicos da região

A Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-açu e Piraquê-mirim criada em 1986 situa-se na porção sul litorânea do município de Aracruz. Compreende o manguezal dos estuários dos rios Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, localizados no distrito de Santa Cruz.

Ambos os rios, Piraquê-açu e Piraquê-mirim estão inseridos na Bacia Hidrográfica dos Reis Magos, cujos principais afluentes são o rio Fundão e o Itaquandiba (IEMA,

acesso em 06 de jul. 2009). Essa bacia é gerida pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA).

No que tange ao planejamento municipal dos recursos hídricos, os rios mencionados estão dentro da Bacia do Piraquê (PMA, acesso em 06 de jul. 2009). O rio Piraquê-açu possui 50 km de extensão e o Piraquê-mirim, 22 km.

O rio Piraquê-açu nasce no município de Santa Teresa, mais especificamente na Reserva Biológica de Nova Lombardia ou Augusto Ruschi. Ao longo de seu curso atravessa os municípios de Santa Teresa, São Roque do Canaã, João Neiva, Ibiraçu e Aracruz.

A população abrangida por esses municípios é de 128.691 habitantes (Tabela 4.3.4.a).

Tabela 4.3.4.a – População dos municípios atravessados pelo Rio Piraquê-açu (%)

Município	População
Aracruz	73.358
Ibiraçu	10.312
João Neiva	14.403
Santa Teresa	20.179
São Roque do Canaã	10.439
Total	128.691

Fonte: IJSN, acesso em jul. 2009.

Esse conjunto de municípios comparativamente ao Estado teve o crescimento populacional semelhante a esse: todos no período de 2000-2007 cresceram menos do que no ciclo de 1991-2000. Alguns ainda sobressaíram-se, tais como, João Neiva e Santa Teresa, pois as taxas de crescimento geométrico anual decresceram a tal ponto, tornando-se negativas (Tabela 4.3.4.b).

Tabela 4.3.4.b – Taxa de crescimento geográfico anual dos municípios atravessados pelo Rio Piraquê-açu (%)

Município	1991-2000	2000-2007
Aracruz	2,35	1,82
Ibiraçu	0,84	0,24
João Neiva	1,42	-0,86
Santa Teresa	0,43	-0,31
São Roque do Canaã	0,99	0,06
Espírito Santo	1,96	1,13

Fonte: IJSN, acesso em jul. 2009.

Os anos expressos pelo período de 1991-2000 demonstram um crescimento acentuado da população no município de Aracruz em comparação aos outros municípios e ao Estado. Esse fator relaciona-se com a migração em direção ao município devido à concentração de empresas de grande porte e as atividades ligadas a serviços.

Observa-se que foi também em Aracruz que houve o menor decréscimo do crescimento populacional, enquanto nos municípios mais voltados à economia agrícola a redução foi mais acentuada.

As mesmas tendências foram observadas para a densidade demográfica. Conforme pode ser visualizado na Tabela 4.3.4.c, somente no município de Aracruz e do Espírito Santo houve alterações positivas consideráveis da densidade demográfica, resultado do crescimento do número de habitantes.

Tabela 4.3.4.c – Densidade demográfica dos municípios atravessados pelo Rio Piraquê-açu (hab./km²)

Município	2000	2007
Aracruz	45	51
Ibiraçu	51	52
João Neiva	56	53
Santa Teresa	30	29
São Roque do Canaã	30	30
Espírito Santo	67,2	72,7

Fonte: IJSN, acesso em jul. 2009.

Quando analisado o estoque de imigrantes em Aracruz, é interessante observar que cerca de 40% dos residentes são nascidos fora desse município ou são imigrantes de outros estados ou países. É notável a quantidade de pessoas que não são originalmente da região, resultado do histórico socioeconômico.

Destaca-se a taxa de urbanização do município de Aracruz que é de 84,3%, maior do que a estadual (Tabela 4.3.4.d). Outro dado relevante é quanto à distribuição por sexo dos municípios atravessados pelo Rio Piraquê-açu: em Santa Teresa e São Roque do Canaã a população feminina ultrapassa à masculina (Tabela 4.3.4.d).

Tabela 4.3.4.d – Taxa de urbanização e distribuição por sexo dos municípios atravessados pelo Rio Piraquê-açu (%)

Município	2000	Feminina	Masculina
Aracruz	84,3	50,0	50,0
Ibiraçu	73	50,0	50,0
João Neiva	68,5	50,0	50,0
Santa Teresa	47,1	48,7	51,3
São Roque do Canaã	42,8	48,2	51,8
Espírito Santo	79,5	50,4	49,6

Fonte: IJSN, acesso em jul. 2009.

Em todos os municípios e no Espírito Santo grande parte da população se encontra na faixa etária compreendida entre 30 e 40 anos (Tabela 4.3.4.e). Em nenhum dos municípios, nesse quesito, há algum que se destaque, nem mesmo da situação estadual.

Tabela 4.3.4.e – Taxa da população na faixa etária de 30 a 49 anos dos municípios atravessados pelo Rio Piraquê-açu (%)

Município	2000
Aracruz	26,3
Ibiraçu	25,7
João Neiva	28
Santa Teresa	28
São Roque do Canaã	29
Espírito Santo	27,5

Fonte: IJSN, acesso em jul. 2009.

Os dados mencionados sobre demografia referentes ao município de Aracruz demonstram que esse tem uma peculiaridade. Em vários aspectos de sua configuração populacional Aracruz distingue-se dos outros municípios pelo qual o rio Piraquê-açu atravessa.

Analisando-se os aspectos econômicos, observam-se alguns dos elementos que contribuem para a situação particular de Aracruz.

Nos municípios de Santa Teresa, Ibiraçu e São Roque do Canaã as principais atividades econômicas estão ligadas ao setor de agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal. A mesma situação ocorre em João Neiva e Aracruz, mas nesses municípios as indústrias de transformação também têm significativa importância econômica. Em Aracruz ainda se destacam as atividades relacionadas ao comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (IJSN, acesso em 06 de jul. 2009).

Na Tabela 4.3.4.f visualiza-se que o total de impostos arrecadados em Aracruz é 61 vezes maior do que a menor arrecadação que é de São Roque do Canaã. Se comparado com a segunda maior arrecadação entre os municípios examinados, Aracruz arrecada 10 vezes mais do que Ibraçu.

A renda total per capita também expõe a preeminência de Aracruz nesse contexto. A menor dessas rendas entre os municípios é a de São Roque do Canaã, que é ainda inferior ao do Espírito Santo. Já Aracruz é 2,5 vezes superior do que São Roque do Canaã e 1,8 vezes do que Ibraçu, a segunda maior renda total per capita.

Tabela 4.3.4.f – Total de impostos e renda total per capita dos municípios atravessados pelo Rio Piraquê-açu (R\$) - 2005

Município	Total de impostos	Renda total per capita
Aracruz	19.282.805,00	2.348,2
Ibraçu	1.963.513,00	1.332,9
João Neiva	823.478,00	1.246,5
Santa Teresa	957.627,00	1.109,20
São Roque do Canaã	314.983,00	908,4
Espírito Santo	469.166,942	986,2

Fonte: IJSN, acesso em jul. 2009.

Por outro lado, nota-se que a taxa de atividade em Aracruz é a menor entre os municípios examinados e ao Estado (Tabela 4.3.4.g). Com relação à renda familiar per capita, esse município possui similaridade com o restante, já que entre eles, grande parte das famílias recebe entre “mais de ½ a 01 salário mínimo”. A exceção fica por conta de São Roque do Canaã cuja renda das famílias é de “mais de 1 a 2 salários mínimos” per capita.

Tabela 4.3.4.g – Taxa de atividade e rendimento das famílias per capita dos municípios atravessados pelo Rio Piraquê-açu (%) - 2000

Município	Taxa de atividade	Renda das famílias per capita
Aracruz	56,5	Mais de ½ a 1 S.M ¹ . – 26,4%
Ibiraçu	58,5	Mais de ½ a 1 S.M. – 30,9%
João Neiva	56,7	Mais de ½ a 1 S.M. – 27,9%
Santa Teresa	65,1	Mais de ½ a 1 S.M. – 31,6%
São Roque do Canaã	58,7	Mais de 1 a 2 S.M. – 30,4%
Espírito Santo	59,9	Mais de ½ a 1 S.M. – 26,0%

Fonte: IJSN, acesso em jul. 2009.

¹ S.M. : Salários mínimos.

Os dados referentes às condições de vida, principalmente ao saneamento básico expõem um quadro preocupante, principalmente para os municípios João Neiva, Santa Teresa e São Roque do Canaã, justamente as regiões menos desenvolvidas economicamente.

Em São Roque do Canaã e em Santa Teresa, a principal forma de abastecimento de água é por meio de poço ou nascente (Tabela 4.3.4.h). O esgoto sanitário para todos os municípios, com exceção Santa Teresa e São Roque do Canaã, em sua maioria é ligado à rede geral de esgoto ou pluvial. Em Ibiraçu, João Neiva, Santa Teresa e São Roque do Canaã são representativas as parcelas de domicílios cujos esgotos sanitários são destinados ao rio, lago ou mar. Para todos os municípios o lixo é coletado, entretanto em Santa Teresa e em São Roque do Canaã considerável percentual do lixo é queimado ou enterrado.

Tabela 4.3.4.h – Principais formas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e destino do lixo dos municípios atravessados pelo Rio Piraquê-açu – 2000

(continua)

Município	Principais formas de abastecimento de água	Principais formas de esgotamento sanitário	Destino do lixo
Aracruz	Rede geral (87,3%)	Rede geral de esgoto ou pluvial (67,3%)	Coletado (87%)
Ibiraçu	Rede geral (80,8%)	Rede geral de esgoto ou pluvial (70,4%) Rio, lago ou mar (10,9%)	Coletado (78,8%)
João Neiva	Rede geral (88%)	Rede geral de esgoto ou pluvial (75,8%) Rio, lago ou mar (10,8%)	Coletado (86,5%)
Santa Teresa	Poço ou nascente (50,5%)	Fossa rudimentar (35,2%) Rio, lago ou mar (22%)	Coletado (55,7%) Queimado ou enterrado (36,1%)
São Roque do Canaã	Poço ou nascente (57,7%)	Fossa rudimentar (53,7%) Rio, lago ou mar (16%)	Coletado (49,1%) Queimado ou enterrado (43,5%)
Espírito Santo	Rede geral (81%)	Rede geral de esgoto ou pluvial (56,8%)	Coletado (77,8%) Queimado ou enterrado (16,7%)

Outras informações relevantes quanto às condições de vida referem-se à taxa de mortalidade infantil, à taxa de analfabetismo e à média de anos de estudos (Tabela 4.3.4.i).

No primeiro aspecto, João Neiva possui uma situação extrema, de alto índice. Em outro quesito, na taxa de analfabetismo, Santa Teresa lidera o ranking entre os municípios analisados nesse estudo. Ainda na área de educação, São Roque do Canaã também tem a menor média de anos de estudos.

Entre os municípios analisados, Aracruz está numa situação mais favorável, inclusive com as melhores taxas.

Tabela 4.3.4.i – Taxa de mortalidade infantil (2007), taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais (2000) e média de anos de estudos da população de 15 anos e mais (2000) dos municípios atravessados pelo Rio Piraquê-açu

Município	Taxa de mortalidade infantil (%)	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais (%)	Média de anos de estudos da população de 15 anos e mais (anos)
Aracruz	6,5	10,1	6,4
Ibiraçu	7,2	11,2	6,3
João Neiva	20,8	11,2	6,0
Santa Teresa	7,3	14,0	5,4
São Roque do Canaã	7,7	12,8	4,5
Espírito Santo	14,2	10,9	6,4

Fonte: IJSN, acesso em jul. 2009.

Para finalizar a caracterização socioeconômica dos municípios que são atravessados pelo Rio Piraquê-açu é interesse observar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dessas localidades (Tabela 4.3.4.j).

Tabela 4.3.4.j – IDH e posição no ranking estadual dos municípios atravessados pelo Rio Piraquê-açu

Município	IDH	Ranking estadual
Aracruz	0,772	11 ^o
Ibiraçu	0,780	7 ^o
João Neiva	0,766	14 ^o
Santa Teresa	0,789	5 ^o
São Roque do Canaã	0,751	23 ^o
Espírito Santo	0,767	-

Fonte: BRASIL (GEOSNIC), acesso em jul. 2009.

Na Tabela 4.3.4.j o município com a melhor posição no ranking estadual é Santa Teresa, apesar da situação crítica com relação ao saneamento sanitário, mas que não é levado em conta para avaliação do IDH.

Os índices dos municípios analisados são classificados como médio. O município de Aracruz a despeito de possuir altas taxas econômicas, está no 11º lugar do ranking. A pior situação fica por conta de São Roque do Canaã, que possui um quadro social e econômico crítico, conforme já examinado.

4.3.5 Caracterização do entorno da Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-açu e Piraquê-mirim

O entorno conforme já mencionado nesse diagnóstico, é composto por áreas cujas ocupações são urbanas, rurais e indígenas (Mapa 4.3.5).

Mapa 4.3.5 – Localidades no entorno da Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-açu e Piraquê-mirim

- Povos Indígenas

Compreendem 05 aldeias: Piraquê-açu, Três Palmeiras, Boa Esperança, Caieiras Velhas e Irajá.

As Aldeias Indígenas de Caieiras Velhas, Irajá, Três Palmeiras e Boa Esperança estão inseridas na Terra Indígena Caieiras Velhas, sendo as duas primeiras ocupadas por índios Tupinikim e as duas outras por índios Guarani. Já a Aldeia Indígena de Piraquê-açu está inserida na Terra Indígena Caieiras Velhas 2 e é composta por índios Guarani.

A Terra Indígena Caieiras Velhas é a maior do Estado, com 2.997 hectares e 33,8 km de perímetro. Foi homologada em 27 de outubro de 1983, por meio do Decreto 88.926, com registro no Serviço de Patrimônio da União (SPU) em 1995. Em 11 de dezembro de 1998 teve sua área ampliada e nova demarcação homologada (BIODINÂMICA, 2004).

A Terra Indígena Caieiras Velhas localiza-se na margem esquerda do rio Piraquê-Açu, a 19 km da sede do município de Aracruz⁶.

A Terra Indígena Caieiras Velhas 2 é contígua à Terra Indígena Caieiras Velhas e situa-se na confluência dos rios Piraquê-açu e Piraquê-mirim. É a menor e mais recente área indígena, tendo ao todo 57,7 hectares e 3 km de perímetro⁷.

Caieiras Velhas 2 está na área, que em 1999, foi doada pela Prefeitura de Aracruz à empresa de exploração mineral de calcário coralíneo, Thotham Mineração Marítima Ltda. Em 2001 foi identificada e demarcada como terra indígena e homologada em 19 de abril de 2004.⁸

⁶ Ibid..

⁷ Ibid..

⁸ Ibid..

- Localidades urbanas e rurais

Encontram-se no distrito de Santa Cruz e de Aracruz-Sede: Santa Rosa, Baiacu, Jundiaquara, Pirassununga, Lajinha, Boa Vista, Lameirão, Santa Cruz, Balsa, Nova Santa Cruz e Novo Irajá.

Do lado do rio Piraquê-mirim, encontramos as seguintes localidades: Baiacu, Santa Rosa, Jundiaquara e Pirassununga.

Santa Rosa é a uma região que funciona como o centro para as localidades de Baiacu, Boa Vista, Lameirão, Jundiaquara e Pirassununga devido aos serviços existentes. Segundo estudos de José Maria Coutinho (2006), Santa Rosa era provavelmente terra de índios Tupinikim e era conhecida como Piraguaia. Somente após a construção da primeira igreja, tendo como padroeira Santa Rosa de Lima, em meados de 1904 é que houve alteração do nome. Ao longo do tempo, foi-se tornando um centro produtor agropecuário com o estabelecimento de fazendeiros por volta do final de 1880. Hoje há instalada uma Coordenação Regional da Prefeitura de Aracruz que serve como uma extensão da prefeitura.

Baiacu, Jundiaquara e Pirassununga são localidades rurais, com presença de pecuária, plantação de café, eucalipto e cana-de-açúcar. Não há comércio.

Já no entorno do Rio Piraquê-açu, temos as localidades Balsa, Santa Cruz e Nova Santa Cruz.

Balsa localiza-se às margens do rio Piraquê-açu e é essencialmente residencial. Possui um clube privativo, denominado Clube da Orla, da empresa Aracruz Celulose, no qual possui aproximadamente 40 barcos e um hotel. Além disso, encontra-se nessa localidade, a Base Oceanográfica da UFES, nas instalações da antiga escola de pesca da região. Até a inauguração da ponte que liga Santa Cruz à Coqueiral, no final da década de 80, essa localidade era ligação entre essas e outras

regiões, através de balsas. Com a desativação do transporte marítimo, Balsa tornou-se um local pouco movimentado.

Santa Cruz é um local histórico e o berço do município de Aracruz. Podem ser encontradas várias edificações antigas (casas, igrejas, prédios outrora do poder público) em seu território. Baseada ao longo de sua trajetória na atividade de pesca, atualmente ainda continua nesse mesmo ramo, porém com muitas embarcações de outros estados e municípios sem controle ambiental e com alguns problemas sociais ligados ao tráfico de drogas e prostituição. A atividade turística também tem grande representatividade, contando com restaurantes especializados em frutos do mar.

Também há uma Coordenação Regional da Prefeitura de Aracruz em seu território, funcionando como um escritório avançado.

Nova Santa Cruz é uma localidade próxima à Santa Cruz, surgida mais recentemente, onde estão antigos moradores de Santa Cruz. Essa localidade é recortada pela rodovia ES-010.

Entre os dois rios, Piraquê-açu e Piraquê-mirim, encontram-se as localidades de Lajinha e Lameirão, que vivem essencialmente da cata de mariscos e cujas populações não dispõem de nenhuma infra-estrutura pública.

4.3.5.1 Aspectos histórico-culturais

O entorno da Reserva Ecológica possui um valioso patrimônio cultural, fruto de seu longo histórico de ocupação, que começou a se configurar no cenário atual a partir do século XVI, com a miscigenação de elementos indígenas, africanos e europeus. Nesse contexto, destacam-se suas festas populares, religiosas, manifestações tradicionais, artesanato e sua arquitetura.

- **Festas Populares**

- ✓ **Carnaval:** Realizado no balneário de Santa Cruz, com bandas locais, regionais e nacionais;
- ✓ **Festejos do Dia do Índio:** Ocorrem nas aldeias indígenas de Caieiras Velhas, Irajá, Pau-Brasil, Comboios, Boa Esperança, Três Palmeiras e Piraquê-açu;
- ✓ **Festa dos Produtores Rurais e Pecuaristas:** Acontece no mês de setembro em Santa Rosa;
- ✓ **Reveillon:** Realizado no balneário de Santa Cruz.

- **Festas Religiosas**

- ✓ **Festa de Nossa Senhora da Penha:** Padroeira do distrito de Santa Cruz, comemorada no mês de agosto desde 1938, com a realização de procissão, missa e barracas;
- ✓ **Procissão Marítima de Nossa Senhora dos Navegantes:** procissão de barcos pelo Rio Piraquê-açu em homenagem à Nossa Senhora dos Navegantes;
- ✓ **Festa de Iemanjá:** Acontece no mês de fevereiro em Santa Cruz com procissão marítima, queima de fogos e shows;
- ✓ **Festa de Santa Rosa:** Acontece no mês de maio na localidade de Santa Rosa em homenagem à padroeira;
- ✓ **Festa do Sagrado Coração de Jesus e Maria:** realizada no mês de junho na Aldeia Indígena de Irajá.
- ✓ **Festa de São Sebastião:** realizada no mês de janeiro em Santa Rosa;
- ✓ **Festa de São João:** realizada no mês de junho na maioria das comunidades do entorno da Reserva Ecológica.

- **Manifestações tradicionais**

- ✓ **Banda de Tambor São Benedito de Caeiras Velhas:** Formada por índios Tupinikim da Aldeia Indígena de Caeiras Velhas;
- ✓ **Banda de Tambor-Mirim de Caieiras Velhas:** Formada por crianças Tupinikim da Aldeia Indígena de Caieiras Velhas;
- ✓ **Grupo de Dança dos Guerreiros:** Grupo de dança formado por índios Tupinikim da Aldeia Indígena de Caieiras Velhas, fundado há mais de dez anos;
- ✓ **Banda de Tambor da Aldeia Indígena de Irajá:** Formada por índios Tupinikim da Aldeia Indígena de Irajá;
- ✓ **Banda de Congo de São Sebastião:** Formada pelos moradores de Santa Rosa e adjacências.

- **Artesanato**

A produção artesanal nas comunidades do entorno da Reserva Ecológica é muito intensa, destacando-se a indígena, cujas mulheres artesãs estão organizadas na Comissão de Mulheres Indígenas Tupinikim e Guarani, criada em 2007, que possuem grupos em todas as aldeias, sendo que nas aldeias do entorno da Reserva Ecológica estão distribuídas da seguinte forma (Tabela 4.3.5.1.a):

Tabela 4.3.5.1.a – Grupos de artesanato

Aldeia	Grupo
Piraquê-Açu	Grupo de Mulheres
Três Palmeiras	Ogwata Porã
Boa Esperança	Txodaria Rebiapo Porã
Caieiras Velhas	Mãos que Criam
	Mulheres Guerreiras
	Yby Membyra
Irajá	Estrelas da Terra

Fonte: Comissão de Mulheres Indígenas Tupinikim e Guarani.

Porém, existem ainda mulheres que possuem sua produção artesanal de forma independente, sem estarem ligadas a esses grupos, além da existência de homens artesãos.

Todo o artesanato é composto basicamente por peças utilitárias do cotidiano indígena, como cestos e samburás; instrumentos como tambores e casacas, além de indumentárias como arcos e flechas, chocalhos, cocares, pulseiras e brincos confeccionados com fibras vegetais, madeiras e sementes da região (Figuras 4.3.5.1.a e 4.3.5.1.b).



Figura 4.3.5.1.a – Colares, brincos, pulseiras, dentre outros itens do artesanato indígena. Fonte: Environlink/2009

Figura 4.3.5.1.b – Tambor, casaca e caixa. Fonte: Environlink/2009

O artesanato indígena é comercializado nas sedes das aldeias; às margens da Rodovia ES 010, próximo às aldeias Guarani; na Associação Indígena Tupinikim e Guarani (AITG) em Caieiras Velhas; na cabana de artesanato indígena da Aldeia de Irajá e na loja de Artesanato Indígena na Rodoviária de Aracruz.

Ressalta-se que grande parte do material para a confecção desse artesanato provém dos manguezais dos rios Piraquê-açu e Piraquê-mirim, como a Siriba para

confecção do tambor e da caixa, além de sementes, e a Tagibibuia localizada no brejo, região entre o mangue e a mata, para a confecção de casaca.

Além desse artesanato indígena, na comunidade de Santa Rosa as artesãs produzem peneiras, vassouras, talhados em madeira, redes e, segundo a presidente do Centro Comunitário de Santa Rosa, a Sr^a Marilda Lírio, atualmente estão se organizando e capacitando junto à Secretaria Municipal de Cultura e ao Sebrae.

- **Arquitetura**

Como remanescente da colonização européia da região, o Conselho Estadual de Cultura-CEC, da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, tombou em Aracruz dois edifícios relacionados à história da região, ambos no distrito de Santa Cruz.

- ✓ **Antiga Câmara Municipal de Santa Cruz**

Localizada no Distrito de Santa Cruz e construída em 1860 com a finalidade de hospedar o imperador D. Pedro II e sua comitiva, em sua passagem pela província do Espírito Santo. Posteriormente, o edifício teve diversos usos: fórum, câmara de vereadores, prefeitura, serviços de estatística e cadeia (CEC, 1991).

Edificada à moda neoclássica, como demonstrado na Figura 4.3.5.1.c sua estrutura arquitetônica remonta às características da época.



Figura 4.3.5.1.c - Antiga Câmara Municipal de Santa Cruz. Fonte: Environlink/2009

Desde 12/11/86 é tombada pelo Conselho Estadual de Cultura (CEC) através do Processo 23/85, Livro de Tombo Histórico nº 30, páginas 23 e 24 e Livro de Tombo Belas Artes nº 65, páginas 15 e 16.

✓ Igreja Nossa Senhora da Penha

Localizada no distrito de Santa Cruz, a igreja teve sua construção iniciada a partir de 1836 com uma capela rústica e uma casinha com esteios de madeira, paredes de taipa e cobertura de folhas de palmeiras. Em 1857 seu frontispício começou a ser erguido em alvenaria, sustentado por estrados de madeira, mantendo no alto os sinos (CEC, 1991).

A última grande reforma pela qual a igreja passou foi na década de 70 do século XX, quando foi erguida toda a parede lateral direita, além da reforma do telhado, estrutura, piso e esquadrias e, já ano de 2000, a Igreja foi totalmente restaurada, como pode ser observado na Figura 4.3.5.1.d.



Figura 4.3.5.1.d - Igreja Nossa Senhora da Penha. Fonte: Environlink/2009

É tombada pelo Conselho Estadual de Cultura (CEC) através do Processo 23/85, Livro de Tombo de Belas artes, nº 66, folha 16, Livro de Tombo Histórico nº 31, folha 25.

4.3.5.2 Aspectos socioeconômicos

- **Demografia⁹**

O entorno caracteriza-se por abranger 9.486 mil habitantes, isto é, aproximadamente 10% do contingente populacional municipal. As cinco aldeias mencionadas somam uma população de 1.900 habitantes.

⁹ Os dados demográficos foram coletados do Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB) referentes ao mês de abril, fornecidos pela Secretária Municipal de Saúde da Prefeitura de Aracruz. Visando a uniformidade das informações, não foram consideradas outras fontes disponíveis, como por exemplo, os Censos Indígenas.

Como pode ser observado na Tabela 4.3.5.2.a, a localidade mais populosa é a de Santa Cruz. Nesse local nota-se uma população flutuante considerável – que não está contabilizada por nenhuma instituição de pesquisa – formada essencialmente de pescadores de outros municípios e estados.

Santa Rosa, aldeia indígena de Caieiras Velhas e Novo Irajá são outras localidades nas quais se concentram habitantes. Por outro lado, as aldeias indígenas de Piraquê-Açu e Boa Esperança são as que possuem o menor número de habitantes.

Tabela 4.3.5.2.a – População, divisão por sexo e número de famílias do entorno da Reserva Ecológica

Localidades	População	População Masculina	População Feminina	Nº de famílias	Média de pessoas por família
Balsa	425	214	211	127	3,3
Baiacu	241	131	110	72	3,3
A.I. Boa Esperança e Piraquê-Açu*	127	60	67	36	3,5
A. I. Caieiras Velhas	1.115	549	566	287	3,9
A. I. Irajá	496	252	244	123	4,0
Jundiaquara, Lajinha, Boa Vista e Lameirão	276	151	125	72	3,8
Nova Santa Cruz	423	216	207	136	3,1
Novo Irajá	1.101	551	550	335	3,3
Pirassununga	431	227	204	123	3,5
Santa Cruz	2.793	1.394	1.399	856	3,2
Santa Rosa	1.896	1.018	878	581	3,2
A.I Três Palmeiras	162	88	74	40	4,0
Total	9.486	4.851	4.635	2.788	3,4

Fonte: SIAB. Secretária de Saúde da Prefeitura de Aracruz (2009)

Nota: No Censo Indígena de 2008, a população da Aldeia Indígena de Caieiras Velhas era de 1.153, de Irajá de 464, de Boa Esperança de 174, de Três Palmeiras de 156 e de Piraquê-Açu de 35.

Na maioria das localidades examinadas, é interessante observar que a população feminina é maior do que a população masculina, com exceção de Santa Cruz, Aldeias Indígenas de Boa Esperança e Piraquê-açu e de Caieiras Velhas. No primeiro caso, pode-se considerar que essa situação deve-se à quantidade de

pescadores de outras localidades que chegam para trabalhar em Santa Cruz e acabam se fixando na localidade.

A média de pessoas por família da população do entorno é de 3,4, já as aldeias indígenas apresentam as maiores médias juntamente com as localidades de Jundiaquara, Lajinha, Boa Vista, Lameirão e Pirassununga.

Quanto à divisão populacional por faixa etária, nota-se na Figura 4.3.5.2.a que as localidades possuem tendências semelhantes: em todos os casos, a maioria da população concentra-se na faixa etária compreendida entre 20 a 39 anos.

Há preponderâncias de certas faixas etárias. Como já mencionado, os adultos de 20 a 39 anos são a maioria no contingente populacional. Além disso, de 1 a 4 e de 10 a 14 anos são faixas etárias com certa representatividade em todas as localidades. Por outro lado, tem-se uma queda da quantidade de pessoas na idade de 5 a 6, de 7 a 9, de 15 a 19 e de 40 a 49 anos.

Algumas situações particulares se sobressaem: a quantidade pequena de jovens entre 15 a 19 anos na Aldeia de Boa Esperança e Piraquê-açu; Santa Cruz com a maior quantidade de crianças até 04 anos, enquanto Novo Irajá com a menor; proporcionalmente em Novo Irajá, Santa Cruz e em Santa Rosa há bastantes adolescentes de 10 a 14 anos; comparativamente na faixa etária compreendida entre 50 a 59 anos com a de > 60 anos, na maioria das localidades há um aumento da quantidade de pessoas, enquanto na Balsa, Aldeia Indígena de Caieiras Velhas, Aldeia Indígena de Irajá e Nova Santa Cruz há um decréscimo.

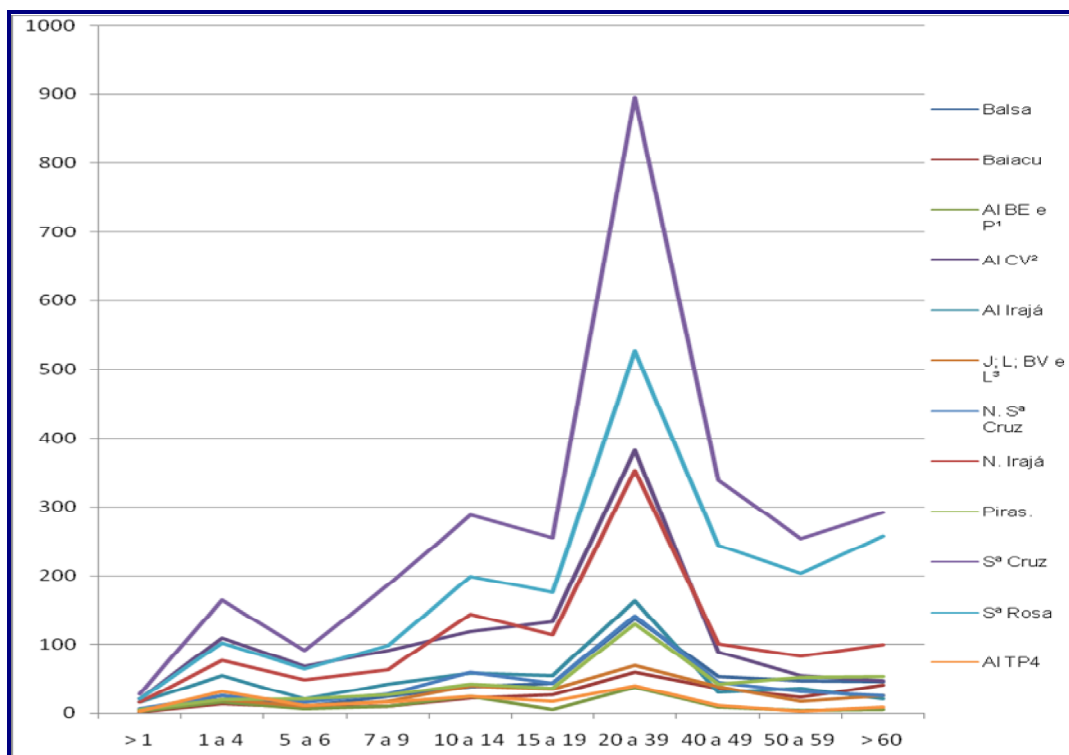


Figura 4.3.5.2.a – Divisão por faixa etária da população das localidades do entorno da Reserva Ecológica.

Fonte: SIAB. Secretária de Saúde da Prefeitura de Aracruz (2009)

¹ AI BE e P – Aldeias Indígenas de Boa Esperança e Piraquê-Açu

² AI CV – Aldeia Indígena de Caieiras Velhas

³ J, L, BV e L – Jundiaquara, Lajinha, Boa Vista e Lameirão

⁴ AI TP – Aldeia Indígena de Três Palmeiras

Na Figura 4.3.5.2.b observa-se que no geral da população do entorno da Reserva Ecológica há quase 3.000 pessoas na faixa etária de 20 a 39 anos, correspondendo a 32% do total. Em seguida, com 11,2% de representatividade a faixa etária de 10 a 14 anos e com 11% a de 40 a 49 anos. Com menores participações, tem-se a população nas seguintes faixas etárias: <1 (1,3%); 5 a 6 anos (4%); 7 a 9 anos (6,4%) e de 1 a 4 anos (7%).

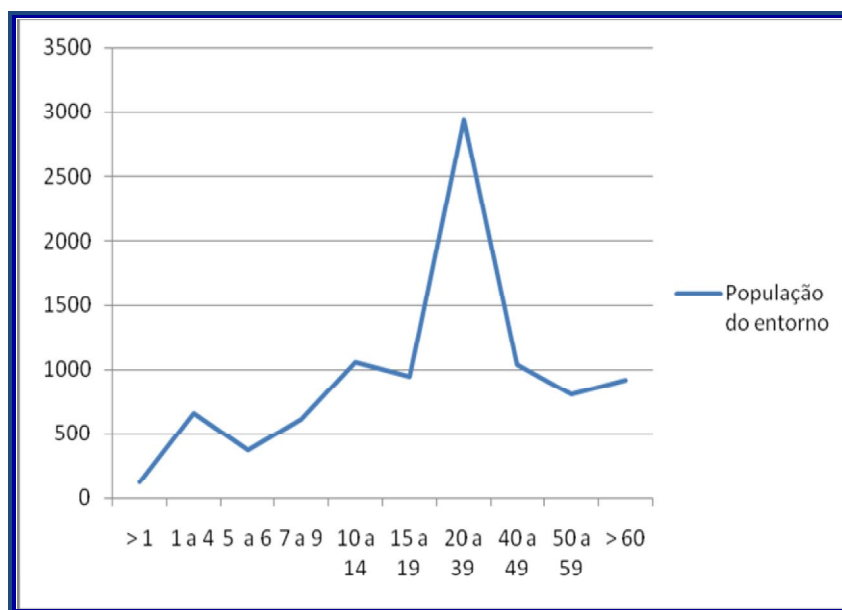


Figura 4.3.5.2.b – Divisão por faixa etária da população do entorno da REMPP

- **Economia**

Por abranger áreas rurais, urbanas e indígenas a economia do entorno é diversa. Existem pequenos produtores rurais, que investem na fruticultura e plantação de culturas temporárias (feijão, milho e mandioca). A cafeicultura e a pecuária de leite são outras atividades recorrentes na zona rural.

Destaca-se ainda economicamente, o turismo e a gastronomia em Santa Cruz. Mas sem dúvida, é a pesca e a cata no entorno da Reserva Ecológica o principal sustento econômico das famílias ribeirinhas.

- **Educação**

A taxa de analfabetismo na população do entorno da Reserva Ecológica é crítica, com exceção da localidade da Balsa (Tabela 4.3.5.2.b). Todos os outros locais o número de analfabetos é consideravelmente maior do que a do município.

Tabela 4.3.5.2.b – Taxa de analfabetismo da população do entorno da Reserva Ecológica

Localidades	Taxa de analfabetismo (%)¹
Balsa	2,7
Baiacu	9,6
A.I. Boa Esperança e Piraquê-Açu*	16
A. I. Caieiras Velhas	7,5
A. I. Irajá	7,5
Jundiaquara, Lajinha, Boa Vista e Lameirão	19
Nova Santa Cruz	13,5
Novo Irajá	13,7
Pirassununga	11,7
Santa Cruz	7,9
Santa Rosa	15
A.I Três Palmeiras	15,4
Total	11,6

Fonte: SIAB. Secretária de Saúde da Prefeitura de Aracruz (2009)

¹ Taxa de analfabetismo para a faixa etária de 15 anos e mais

* Essas duas aldeias são contabilizadas conjuntamente pelo SIAB.

A.I – Área Indígena

Analisando ainda a Tabela 4.3.5.2.b observa-se que há mais analfabetos em Santa Rosa, Aldeias Indígenas de Boa Esperança e Piraquê-açu, Aldeia Indígena de Três Palmeiras, Novo Irajá e Pirassununga.

Nem todas as localidades possuem escolas em seus territórios, como é o caso de Balsa, Baiacu, Lameirão, Lajinha, Jundiaquara e Pirassununga (Tabela 4.3.5.2.c). Essas são atendidas pelas escolas situadas nas comunidades vizinhas (Figura 4.3.5.2.c).

Tabela 4.3.5.2.c – Escolas existentes nas localidades do entorno da Reserva Ecológica

Localidades	Educ. Infantil	Ens. Fundamental
Balsa	Atendida pelas escolas de Coqueiral e Santa Cruz	Atendida pelas escolas de Coqueiral e Santa Cruz
Baiacu	Atendida pela escola de Santa Rosa	Atendida pela escola de Santa Rosa
A.I. Boa Esperança e Piraquê-Açu*	Atendidas pela escola da AI de Três Palmeiras	EMPI Boa Esperança EMPI Três Palmeiras
A. I. Caieiras Velhas	CMEI Caieiras Velhas	EMEFI Caieiras Velhas
A. I. Irajá	EMPI Irajá	EMPI Irajá
Jundiaquara, Lajinha, Boa Vista e Lameirão	Atendida pela escola de Santa Rosa	Atendida pela escola de Santa Rosa
Nova Santa Cruz	Atendida pela escola de Santa Cruz	EMEF Nova Santa Cruz
Novo Irajá	CMEI Novo Irajá (Figura 3.3.5.2.c)	EMEF Novo Irajá
Pirassununga	Atendida pela escola de Santa Rosa	Atendida pela escola de Santa Rosa
Santa Cruz	CMEI Tia Anastácia	EMEF Santa Cruz
Santa Rosa	CMEB Esther Nascimento dos Santos	CMEB Esther Nascimento dos Santos
A.I Três Palmeiras	EMPI Três Palmeiras	EMPI Três Palmeiras

Fonte: Secretaria Municipal e Educação de Aracruz.

* Essas duas aldeias são contabilizadas conjuntamente pelo SIAB.



Figura 4.3.5.2.c – CMEI Novo Irajá. Fonte: Environlink/2009

Apesar da quantidade de escolas de ensino fundamental e de educação infantil percebe-se que faltam ações públicas com a finalidade de alfabetizar adultos, já que a taxa de analfabetos com mais de 15 anos é elevada.

Além disso, o entorno da Reserva Ecológica é desprovido de escolas de ensino médio, fato que obriga seus moradores em idade escolar a estudarem na Sede de Aracruz e em Coqueiral.

- **Saúde**

O entorno da REMPP conta 05 Unidades de Saúde da Família:

- ✓ Unidade de Saúde da Família de Santa Cruz;
- ✓ Unidade de Saúde da Família de Novo Irajá;
- ✓ Unidade de Saúde da Família de Santa Rosa (Figura 3.3.5.2.d);
- ✓ Unidade de Saúde da Família de Boa Esperança;
- ✓ Unidade de Saúde da Família de Caieiras Velhas.

Essas oferecem os serviços de pediatria, ginecologia, clínica geral, vacinação, visita domiciliar, exames laboratoriais, curativos, pequenas cirurgias, medição de pressão arterial. Para outras especialidades e serviços médicos, a população é encaminhada à Sede de Aracruz e à Grande Vitória (Figura 4.3.5.2.d).



Figura 4.3.5.2.d – Unidade de Saúde da Família de Santa Rosa. Fonte: Environlink/2009

As principais doenças ou condições referidas que afetam a população do entorno estão mencionadas na Tabela 4.3.5.2.d. Observa-se que a hipertensão é a mais freqüente.

Tabela 4.3.5.2.d – Principais doenças da população do entorno da Reserva Ecológica

Localidades	Principais doenças ou condições referidas¹
Balsa	HÁ (12,5%)
Baiacu	HA (17%)
A.I. Boa Esperança e Piraquê-Açu*	HA (5,5%)
A. I. Caieiras Velhas	HA (5,38%)
A. I. Irajá	ALC (4,9%)
Jundiaquara, Lajinha, Boa Vista e Lameirão	HA (12,5%)
Nova Santa Cruz	HA (7,8%)
Novo Irajá	HA (8,6%)
Pirassununga	HA (13,2%)
Santa Cruz	HA (13,8%)
Santa Rosa	HA (12,5%)
A.I Três Palmeiras	HA (1,85%)

Fonte: SIAB. Secretária de Saúde da Prefeitura de Aracruz (2009)

¹ Siglas das doenças mencionadas: HA – hipertensão arterial e ALC – alcoolismo.

* Essas duas aldeias são contabilizadas conjuntamente pelo SIAB.

- **Saneamento básico**

Quanto ao saneamento básico às localidades do entorno apresentam uma situação desfavorável. A grande maioria tem o abastecimento de água pela rede geral¹⁰ (Tabela 4.3.5.2.e). Há uma localidade, Baiacu, em que a água é retirada por

¹⁰ Em entrevista com a Coordenadora da Micro Região de Santa Cruz a Rio Preto (cujas localidades de abrangência não fazem parte desse estudo), D. Ivani Maria Gomes, informa que um dos problemas vividos pela população abrangida por essa coordenação é a falta de água potável. A obra da rede de esgoto que iria beneficiar o bairro de Santa Cruz ficou incompleta e deságua no manancial de onde é retirada a água para abastecer a Micro Região. Segundo a entrevistada, o esgoto jogado no manancial, que é um local brejoso, corre para o Rio Piraquê-Açu. Mesmo com o tratamento da água realizado posteriormente pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz (SAAE), há uma descrença de que essa água tenha qualidade suficiente para ser fornecida à população para uso doméstico.

aproximadamente 80% da população de poços ou nascentes. Outro quadro semelhante é o de Pirassununga (65%) e Santa Rosa (73%), cujos moradores têm que recorrer também a poços ou nascentes. Em entrevista de campo, Lajinha e Lameirão recebem água por carro pipa.

Segundo o site do município de Aracruz, o rio Piraquê-açu é atualmente a principal fonte de abastecimento para a região.

Tabela 4.3.5.2.e – Saneamento básico do entorno da Reserva Ecológica

Localidades	Abastecimento de água	Destino do esgoto	Destino do lixo
Balsa	Rede Geral (99,2%)	Fossa (88,1%)	Coletado (96,9%)
Baiacu	Poço ou nascente (81,9%)	Fossa (62,5%)	Queimado ou enterrado (70,8%)
A.I. Boa Esperança e Piraquê-Açu*	Rede Geral (100%)	Fossa (100%)	Coletado (94,4%)
A. I. Caieiras Velhas	Rede Geral (95,8%)	Fossa (72,5%)	Coletado (84,7%)
A. I. Irajá	Rede Geral (83,8%)	Fossa (87,8%)	Coletado (65,85%)
Jundiaquara, Lajinha, Boa Vista e Lameirão	Rede Geral (80,6%)	Fossa (77,8%)	Coletado (81,9%)
Nova Santa Cruz	Rede Geral (92,6%)	Fossa (91,1%)	Coletado (64,8%)
Novo Irajá	Rede Geral (92,2%)	Fossa (83,6%)	Coletado (90,4%)
Pirassununga	Rede Geral (65,8%)	Fossa (70,7%)	Coletado (73,1%)
Santa Cruz	Rede Geral (93,3%)	Fossa (61,7%)	Coletado (94,5%)
Santa Rosa	Rede Geral (73%)	Fossa (65,7%)	Coletado (61,8%)
A.I Três Palmeiras	Rede Geral (100%)	Fossa (95%)	Coletado (55%)

Fonte: SIAB. Secretária de Saúde da Prefeitura de Aracruz (2009)

* Essas duas aldeias são contabilizadas conjuntamente pelo SIAB.

Com relação ao destino do esgoto, maior parte vai para a fossa, entretanto não há especificação dos dados da SIAB se a fossa é séptica ou rudimentar. O destino do lixo, em sua maioria, é coletado, com exceção de Baiacu em que é enterrado ou queimado.

Em Balsa, Nova Santa Cruz, Santa Cruz, Novo Irajá e em Santa Rosa está em implantação a infra-estrutura para tratamento do esgoto sanitário doméstico (rede coletora e estação de tratamento).

Todo o esgoto coletado atualmente em Coqueiral vai para a Estação de Tratamento de Esgoto, conhecida por “penicão” (Figura 4.3.5.2.e), devido ao sistema de lagoas anaeróbias facultativas. Situa-se na Aldeia Indígena de Piraquê-açu, onde estão dispostas três lagoas, que provocam mau cheiro nas redondezas, além de possibilitar contaminações. O esgoto depois de tratado é lançado no Rio Piraquê-açu.



Figura 4.3.5.2.e – Lagoas do “Penicão” na Aldeia Indígena de Piraquê-Açu. Fonte: Environlink/2009

- **Transporte**

O entorno do Piraquê-açu e do Piraquê-mirim são rodeados de rodovias. Há a ES-456 (Rod. Primo Bitti) (Figura 4.3.5.2.f) que liga o litoral à Aracruz, cortando as Aldeias Indígenas de Caieiras Velhas e Irajá; a ES-259 que sai de Santa Cruz, passa por Baiacu, chegando à ES-124, ligação entre Fundão e Aracruz, atravessando Santa Rosa e Boa Vista.



Figura 4.3.5.2.f – Rodovia ES-456 (Rod. Primo Bitti) cortando a Aldeia Indígena de Irajá. Fonte: Environlink/2009

Há ainda a rodovia ES-010 que atravessa o litoral capixaba, passando por Santa Cruz e pela ponte José Ferreira Lamago - que liga Santa Cruz à Coqueiral, passando sobre o rio Piraquê-açu.

A ES-456 (Rod. Primo Bitti) e a ES-259 margeiam o rio Piraquê-açu e Piraquê-mirim, respectivamente, enquanto a ES-124 liga as duas pontas dessas rodovias, formando um polígono que abarca os dois rios.

Essas rodovias podem ser observadas na Figura 4.3.5.2.g



Figura 4.3.5.2.g – Rodovias no entorno da REMPP.
Fonte: DER, Acessado em 29 de jul. de 2009.

A região do entorno da Reserva Ecológica é atendida pelas viações Águia Branca, em relação às viagens intermunicipais (serviço limitado apenas à Santa Cruz e Coqueiral) e Expresso Aracruz, por meio das linhas:

- ✓ Itaparica x Aracruz (via Irajá) – Atende às comunidades de Santa Cruz, Aldeias Indígenas de Piraquê-açu, Boa Esperança e Três Palmeiras, Balsa, Coqueiral, Aldeias Indígenas de Caieiras Velhas e Irajá, além de Novo Irajá;
- ✓ Nova Almeida x Aracruz (via Santa Rosa) – Atende às comunidades de Baiacu, Pirassununga, Santa Rosa, Jundiáquara, Boa Vista e Lameirão.

- **Organizações Sociais**

- ✓ Associação Comunitária de Pescadores e Catadores de Caranguejo de Lajinha (APESCAL)

Recém criada, em março de 2009, agrega os pescadores e catadores de caranguejo de Lajinha com objetivo de ter registro jurídico para buscar financiamentos públicos de projetos para a comunidade.

- ✓ Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente (ACAPEMA)

Fundada em 1979, é uma das mais antigas ONG's de preservação ambiental do Estado. Desenvolve ações em inúmeras áreas temáticas: recursos hídricos, florestas, políticas públicas, indígenas, populações tradicionais e extrativas, agricultura e desenvolvimento rural, lixo, saneamento e agrotóxicos. (MATENATURA, acesso em 06 de jul. 2009).

- ✓ Associação dos Amigos do Rio Piraquê-Açu em Defesa da Natureza e do Meio Ambiente (AMIP)

Fundada em agosto de 1999, funciona em Santa Cruz e atua principalmente no processo de implantação das UC's REVIS de Santa Cruz e da APA Costa das Algas. Inicialmente formada com o objetivo da preservação do rio Piraquê-Açu, estendeu sua atuação para área social, com o desenvolvimento de oficinas por meio do Projeto Arco Íris (pintura, violino, capoeira, bordado, entre outros), na escola em Nova Santa Cruz.

- ✓ Associação de Empresas de Turismo de Aracruz (AETA)

Associação das empresas de turismo, criada em 1999, do município de Aracruz que também apóia ações na defesa do meio ambiente da região.

- ✓ Associação Indígena Tupinikim e Guarani (AITG)

Criada em 1998 em consequência de um acordo entre a empresa Aracruz Celulose S.A. e a população indígena tupinikim e guarani e realizado pela Procuradoria da República, por meio do “Termo de Ajustamento de Conduta” (TAC). Esse, por sua vez, é resultado dos conflitos fundiários envolvendo os atores mencionados.

- ✓ Associação dos Produtores Rurais de Santa Rosa e Região (APRUSAV)

Congrega os produtores rurais de Santa Rosa e adjacências com a finalidade de organização e integração do processo produtivo rural.

- ✓ Comissão de Mulheres Indígenas Tupinikim e Guarani

Criada em 2007, seus principais objetivos são articular as mulheres das sete aldeias; ampliar a participação das mesmas na organização da comunidade; apoiar a Comissão de Caciques e Lideranças na luta pela terra e fortalecer os grupos de mulheres existentes nas comunidades.

- ✓ Conselho dos Caciques

Reúne os caciques das aldeias indígenas com a finalidade de lutar pelos direitos dos povos indígenas de forma integrada.

✓ Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

Surgiu em 1972 e é vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Sua atuação é em prol dos povos indígenas, atuando em várias dimensões: direito a terra, saúde, educação, autonomia, movimento indígena, entre outros. As Aldeias Indígenas do Espírito Santo são atendidas pela Regional Leste com sede em Belo Horizonte.

✓ Organização Consciência Ambiental (ORCA)

Criada em 1992, é responsável pelo monitoramento dos mamíferos marinhos em toda costa do Espírito Santo.

Além dessas organizações sociais, existem as associações e lideranças das localidades do entorno da Reserva Ecológica (Tabela 4.3.5.2.f e Figura 4.3.5.2.h).

Tabela 4.3.5.2.f - Associações e lideranças das localidades do entorno da Reserva Ecológica

Localidades	Descrição	Representante
Balsa	Associação de Moradores da Balsa - AMBA	Sílvio
Baiacu	-	-
A.I. Boa Esperança	Cacique	Antonio
A.I. Piraquê-Açu	Cacique	Pedro da Silva
A. I. Caieiras Velhas	Cacique	José Sezenando
A. I. Irajá	Cacique	Paulo de Souza
A.I Três Palmeiras	Cacique	Nelson
Jundiaquara	-	-
Lajinha	Liderança dos Catadores e da comunidade	Joceli Santos
Boa Vista	Liderança dos Catadores	Josias Oliveira
Lameirão	-	-
Nova Santa Cruz	Associação de Moradores do Bairro Nova Santa Cruz – AMBANOSACC	Eva Ribeiro
	Liderança dos Catadores	Manoel Santos
Novo Irajá	Centro Comunitário de Novo Irajá	Fizinho
	Liderança dos Catadores	Joceli Félix
Pirassununga	-	-
Santa Cruz	Associação Círculo Comunitário Amigos de Santa Cruz	Marcos
Santa Rosa	Centro Comunitário de Santa Rosa	Marilda Lírio
	Liderança dos Catadores	Pedro Candeias



Figura 4.3.5.2.h – Associação de Moradores da Balsa – AMBA. Fonte: Environlink/2009

- **Turismo**

No Espírito Santo, o turismo, através da Secretaria Estadual de Turismo (SEDETUR), vem se organizando em roteiros turísticos categorizados, nos quais o visitante pode desfrutar de diversas opções previamente elaboradas: turismo litorâneo, turismo religioso, turismo náutico, ecoturismo e o agroturismo (Figura 4.3.5.2.i). Esses destinos foram divididos em sete rotas (SEDETUR, 2006):

- ✓ Rota do Caparaó;
- ✓ Rota dos Imigrantes;
- ✓ Rota do Sol e da Moqueca;
- ✓ Rota do Mar e das Montanhas;
- ✓ Rota do Verde e das Águas;
- ✓ Rota dos Vales e do Café;
- ✓ Rota da Costa e da Imigração.

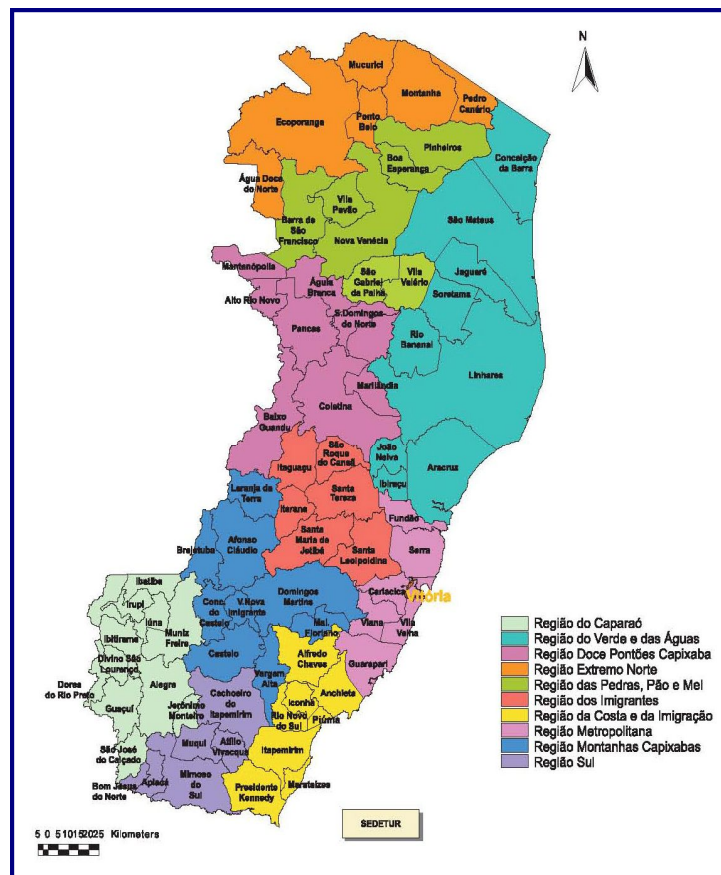


Figura 4.3.5.2.i – Rotas Turísticas do Espírito Santo

Fonte: SEDETUR (2006, p. 39).

Desses roteiros, o município de Aracruz integra a Rota do Verde e das Águas - que se constitui um percurso de riquezas naturais que permite ao turista reviver a história dessas regiões e vivenciar o bucolismo das praias - ao lado dos municípios de Vitória, Linhares, São Mateus e Conceição da Barra. Aracruz dispõe, ainda, de uma grande diversidade de opções turísticas espalhadas em todo o seu território, como demonstrado no Mapa Turístico de Aracruz (PMA, s.d) (Figura 4.3.5.2.j) a seguir:



Figura 4.3.5.2.j – Mapa Turístico de Aracruz

Fonte: PMA (s.d.).

Frente a essa variedade de opções em Aracruz, sua Secretaria Municipal de Turismo segmentou o turismo local, abrangendo em um mesmo roteiro as atividades semelhantes, assim como fez a Secretaria de Turismo estadual, criando os seguintes percursos: negócios e eventos, festas populares, cidades-patrimônio, aventura, sol e mar, pesca esportiva e ecoturismo. Esses se encontram descritos sucintamente a seguir, conforme entrevistas realizadas com a Secretaria de Turismo.

JRUANO CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA

✓ Negócios e Eventos

Aracruz é um dos grandes destinos do turismo de negócios e eventos do Estado, além de ser um mercado potencial em franca evolução. Conta com infra-estrutura hoteleira, eficiência em serviços, excelência em gastronomia, entretenimento e áreas para eventos. Os principais destaques são: Arcos de Violinos; Centro de Turismo de Praia Formosa - SESC; Aracruz Celulose; Canexus; Centros Industriais; Comércio e Serviços; Degussa; Gasoduto; Granito; Imetame; Indústria de Base Capixaba; Petróleo; Portocel e Terminal de Barcaças.

✓ Festas Populares

O município possui manifestações culturais, folclóricas e festas populares resultando em música, lazer e criatividade. Através desse segmento, são oferecidas alternativas que conduzem às atividades turísticas que promovem a diversão das comunidades e visitantes. As principais festas populares de Aracruz são: Carnaval; Congada; Exposição Agropecuária (Expo Aracruz); Festa das Nações Indígenas; Festa dos Produtores Rurais; Festa do Verde; Natal Luz Aracruz; Reveillon; Semana Santa; Verão; Festival do Agroturismo e Festa do Cavalo.

✓ Cidades-Patrimônio

Esse segmento é motivado pela busca de informações, de interação entre as pessoas, comunidades e lugares, das curiosidades, dos costumes, da tradição e da identidade cultural, abrindo perspectivas para a valorização e revitalização do patrimônio e de bens culturais. Os principais destaques são: Artesanato; Bandas de Congo; Bandas Marciais; Casa da Cultura; Casa da Memória; Centro Cultural Italiano; Cine Teatro Ravenna; Galeria de Artes; Grupo Di Ballo “Nova Trento”; Igreja

Católica de Santa Cruz; Igreja de Monte Serrat; Memorial Monsenhor Guilherme Schmitz; Reservas Indígenas; Bibliotecas; Teatro Municipal de Aracruz e Casa da Cultura de Barra do Riacho.

✓ Aventura

Aracruz dispõe de montanhas, rios navegáveis, manguezais e praias que estão disponíveis para aliar lazer com aventura e práticas esportivas. As principais alternativas são: Canoagem; Enduro; Jet Ski; Mergulho; Surf; Trekking; Trilhas e Vela e Motor.

✓ Sol e Mar

Com 47 km de litoral, as mais de 10 praias representam um dos principais atrativos turísticos do município. As principais praias são as seguintes: Praia de Gramutê; Praia Formosa; Praia de Santa Cruz; Praia de Coqueiral; Praia da Sauna; Praia dos Padres; Praia do Sauê; Praia de Mar Azul; Praia de Putiri; Praia dos Quinze; Praia de Barra do Sahy; Praia das Conchas e Praia Virgem.

✓ Pesca Esportiva

A pesca é praticada em todo o litoral do município, um dos mais piscosos do Estado. Além disso, há recifes e variedade de peixes de maior porte, como o sargo, dentão, sarda e budião. Os melhores pontos de pesca são os seguintes: Barrinha; Foz do Piraquê-Açu; Praia de Putiri; Praia de Mar Azul; Praia de Barra do Sahy e Praia das Conchas.

✓ Ecoturismo

O município possui reservas ecológicas, parques e propriedades rurais que estimulam o ecoturismo, em consonância entre a atividade econômica e a preservação da natureza. A atividade agrega valor a produtos e serviços, resgatando

o patrimônio cultural e natural das comunidades rurais. As principais atrações do ecoturismo em Aracruz são: Circuitos do Agroturismo de Guaraná e Jacubemba; Estação de Biologia Marinha Ruschi; Lagoa do Aguiar; Monte Serrat; Parque Natural Municipal Morro do Aricanga; Parque Natural Municipal David Victor Farina; Projeto Cereias; Represa de Santa Maria e Reserva Ecológica dos Manguezais dos Rios Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim.

Como pode ser observado na caracterização das atrações turísticas de Aracruz, muitas estão no distrito de Santa Cruz, que é conhecido por suas belezas naturais, praias, culinária, história, entre outros aspectos. Atualmente não está em uma fase positiva da exploração de sua vocação, com queda visível dos turistas. A presença de muitas embarcações bem com de sua tripulação no local, com bastantes pessoas de outras localidades que trouxeram consigo novos hábitos conflitantes com os já existentes, podem ser os principais motivos desse quadro.

A seguir estão descritas algumas atrações turísticas da região:

✓ Passeio Turístico no Rio Piraquê-açu

Passeio de escuna (Figura 4.3.5.2.k) pelo rio Piraquê-açu com duração aproximada de duas horas. O início do trajeto é em Santa Cruz, em um cais, próximos aos restaurantes. Passe-se margeando a costa até um bar flutuante.

Segundo entrevista com o responsável pela embarcação, esse passeio existe há 15 anos e o bar flutuante há 4 anos. A capacidade de passageiros, liberada pela Capitania dos Portos, é de 70 pessoas. Na alta temporada são feitas cerca de 6 viagens por dia, com 40 pessoas cada. Na baixa temporada são mais freqüentes os passeios com as escolas.



Figura 4.3.5.2.k – Escuna no rio Piraquê-açu. Fonte: Environlink/2009

✓ Passeios de escuna e canoagem

Realizadas por particulares que aproveitam da beleza cênica e das águas calmas do rio Piraquê-açu para se divertirem. Considerando-se que o rio é navegável em toda sua extensão, a facilidade de embarcações navegarem é latente.

✓ Fonte do Caju

Localizada em Santa Cruz, a fonte do caju teve sua água canalizada pelo poder público em 1970 em um local muito visitado por moradores e turistas. Há um espaço delimitado e ornamentado para que as pessoas possam dispor dessa água.

✓ Pesca esportiva

Ocorre em vários locais de Aracruz: foz do Piraquê-açu - a mais tradicional - nas praias de Putiri, Mar Azul, Barra do Sahy e Barra do Riacho.

✓ Praias do distrito de Santa Cruz

O distrito é banhado por praias muito belas e para públicos diversos. A praia de Santa Cruz, por exemplo, é mais bucólica, coberta com coqueiros e restingas e com vários restaurantes de frutos do mar. Já a Praia dos Padres é mais procurada por turistas no período do verão, onde dispõe de restaurantes e pousadas. Além dessas, existem as praias de Coqueiral, da Sauna, de Mar Azul e de Putiri.

✓ Aldeias Indígenas

As aldeias indígenas são também procuradas por turistas que além de visitarem os locais adquirem o artesanato, assistem as danças, ouvem as músicas, observam as pinturas do corpo e os modos de vida desses povos.

✓ Bens materiais e imateriais tombados e festas

Conforme já descrito no item 4.3.5.1.

Como observado na Tabela 4.3.5.2.g, o Distrito de Santa Cruz, é onde se concentra grande parte das unidades habitacionais da hotelaria do município, cerca de 40%.

Tabela 4.3.5.2.g– Quantitativo de unidades habitacionais e leitos do município

Comunidade	Unidades habitacionais	%	Leitos	%
Sede	133	16,5	249	11,86
Santa Cruz	324	41,4	966	46,05
Coqueiral	124	15,25	346	16,48
Praia dos Padres	43	5,35	140	6,66
Praia do Sauê	29	3,6	61	2,9
Barra do Sahy	145	17,9	337	16,05
TOTAL	798	100	2099	100

Fonte: Secretaria de Turismo de Aracruz.

4.3.6 Uso e Ocupação do Solo

O Rio Piraquê-açu atravessa áreas urbanas e rurais e, como consequência, sofre impactos dessas diversas formas de ocupação do solo. Entre os municípios pelos quais o rio atravessa, há aqueles mais próximos do litoral e aqueles mais distantes. Na sequência há uma breve caracterização de cada um deles:

- **São Roque do Canaã**

O uso e ocupação do solo que predomina é aquele voltado para áreas associadas com pastagem, agricultura (em pousio ou subsistência) e muçununga¹¹. Na Figura 4.3.6.a também se observa áreas que são associações de floresta natural secundária em estágio de crescimento com áreas agrícolas e algumas manchas menos representativas de floresta natural primária ou secundária.

É um município basicamente rural, em que mais da metade da população ocupada encontra-se em atividades agropecuárias, em que a taxa de urbanização é de 42,8% (2000) e no qual 20% da área total, em 2006, eram de lavoura colhida (IJSN, acesso em 06 de jul. 2009). O principal produto agrícola é o café. A plantação de cana-de-açúcar e de tomate também é cultivada, além da pecuária.

¹¹ Nome popular de um tipo de vegetação que ocorre em Florestas Ombrófilas Densas de Terras Baixas e caracterizada por possuir um componente arbóreo pouco denso e o componente herbáceo-arbustivo predominante. NETO et. al.. **Composição florística, espectro biológico e fitofisionomia da vegetação de muçununga nos municípios de Caravelas e Mucuri, Bahia**. Disponível em <http://74.125.47.132/search?q=cache:4mBK68j9544J:www.scielo.br/scielo.php%3Fscript%3Dsci_arttext%26pid%3DS0100-67622005000100015+mu%C3%A7ununga&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 18 de jul.2009.

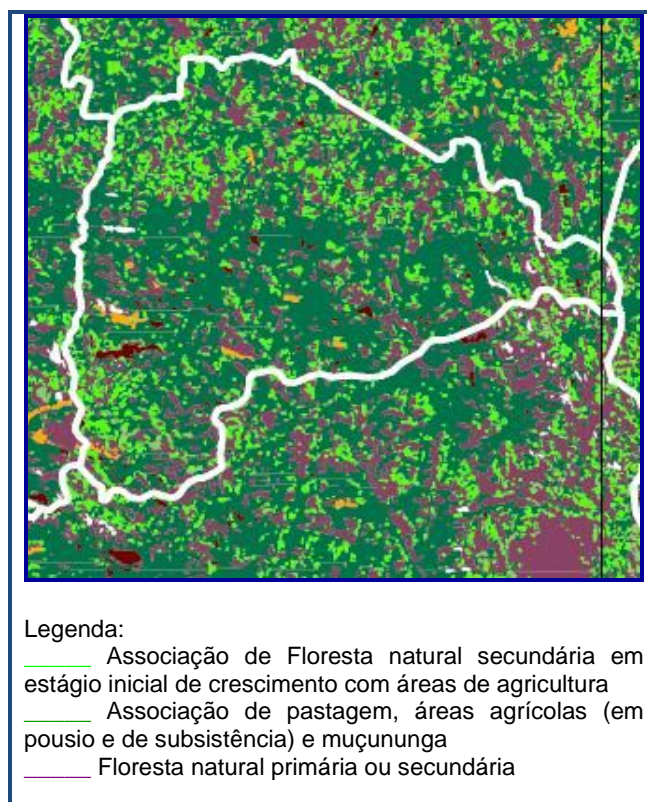


Figura 4.3.6.a – Uso e ocupação do solo do município de São Roque do Canaã

Fonte: IEMA, acesso em 18 de jul 2009.

- **Santa Teresa**

Também é predominantemente rural, no qual 56,2% (2000) da população ocupada desenvolvem atividades agropecuárias, 52,9% (2000) dos residentes moram na zona rural e onde 16,5% do território são de lavoura colhida em 2006 (IJSN, acesso em 06 de jul. de 2009). Nesse município são também o café, a cana-de-açúcar e o tomate os principais produtos agrícolas, com destaque para o café. Na região com relação a uso e ocupação do solo é relevante a área representativa de Mata Atlântica, cerca de 40%.

Na Figura 4.3.6.b visualiza-se o equilíbrio do uso e ocupação do solo entre áreas de floresta natural primária ou secundária; de associação de pastagem, áreas agrícolas

(em pousio ou subsistência) e muçununga; e de associação de floresta natural secundária em estágio inicial de crescimento com áreas de agricultura.

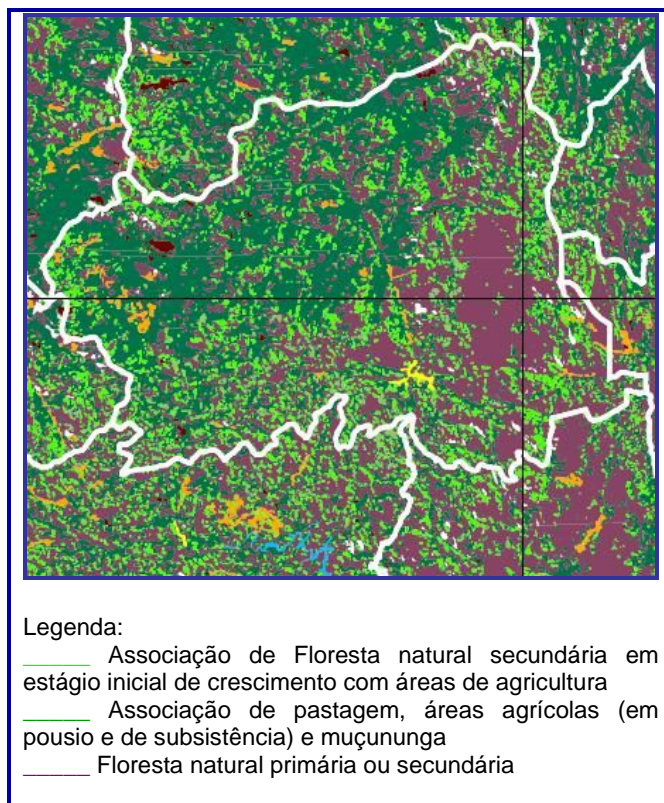


Figura 4.3.6.b – Uso e ocupação do solo do município de Santa Teresa

Fonte: IEMA, acesso em 18 de jul 2009.

- **João Neiva**

Diferencia-se dos municípios de Santa Teresa e de São Roque do Canaã, apesar de também ter como base da agricultura o café. Porém somente 7,3% de sua área total em 2006 foi de lavoura colhida e sua taxa de urbanização é de 68,5% (IJSN, acesso em 06 de jul. de 2009). Outro aspecto que demonstra o seu perfil mais voltado para o urbano é a percentagem de população ocupada em atividades de prestação de serviços, que é de 39,5%¹².

¹² *Ibidem*.

Observa-se na Figura 4.3.6.c uma pequena predominância de áreas de associação de pastagem, áreas agrícolas (em pousio ou subsistência) e muçununga sobre espaços onde há associação de floresta natural secundária em estágio inicial de crescimento com áreas de agricultura e de floresta natural primária ou secundária.

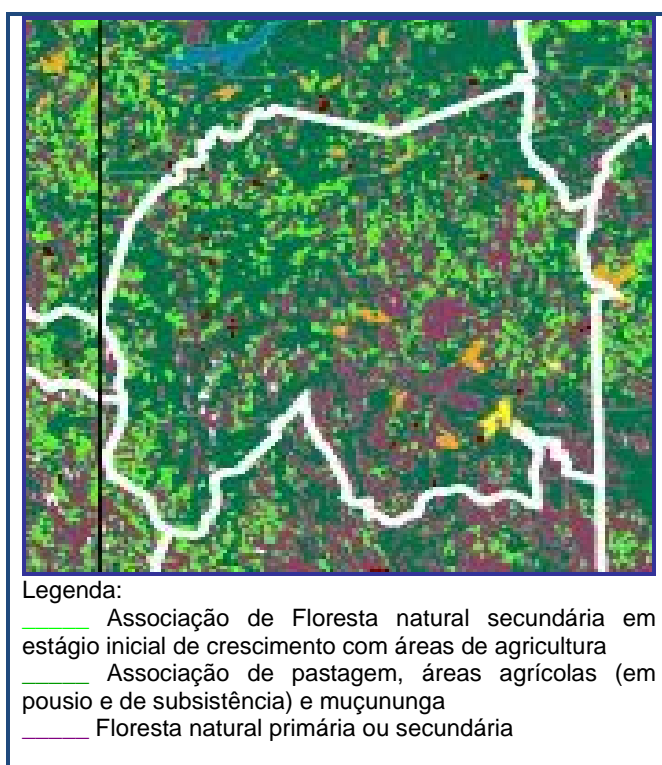


Figura 4.3.6.c – Uso e ocupação do solo do município de João Neiva

Fonte: IEMA, acesso em 18 de jul 2009.

Nesse município também existe empresa de metalurgia que já sofreu intervenções pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos para que se adequasse às regras ambientais.

- **Ibiraçu**

Mantêm semelhantes com o município de João Neiva considerando-se a leve preponderância de áreas de associação de pastagem, áreas agrícolas (em pousio ou subsistência) e muçununga em detrimento de outros usos e ocupações (Figura

4.3.6.d). Há também áreas cuja cobertura é por associação de floresta natural secundária em estágio inicial de crescimento com áreas de agricultura e de floresta natural primária ou secundária.

É um município bastante urbanizado, sendo que 73% de sua população estão em área urbana e 39% das pessoas ocupadas trabalham em atividades de prestação de serviços (IJSN, acesso em 06 de jul. de 2009). Somente 5,5% de seu território, em 2006, foi de lavoura colhida. Apesar de bastante urbanizado, a economia gira em torno da cafeicultura e da plantação de eucalipto.

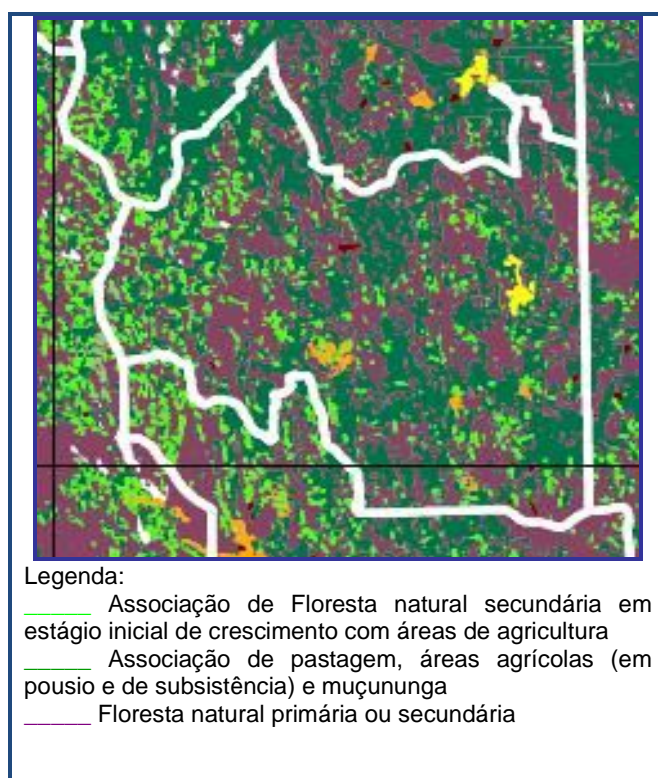


Figura 4.3.6.d – Uso e ocupação do solo do município de Ibiraçu. Fonte: IEMA, acesso em 18 de jul 2009.

- **Aracruz**

84,3% dos moradores estão em áreas urbanas e a população ocupada, em grande parte (43%), trabalha em atividades relacionadas ao setor de prestação de serviços. A indústria de celulose branqueada é onde a economia do município se ancora. O café, na agricultura, tem destaque, assim como a criação de gado, essa concentrada nas localidades de Santa Rosa, Biriricas e Mucurutá.

Na Figura 4.3.6.e, nota-se que a maior parte do território é coberta por plantação de eucalipto, concentrada na porção central-litorânea. Há áreas também com associação de pastagem, áreas agrícolas (em pousio ou subsistência) e muçununga. Destaca-se a quantidade de corpos hídricos e o litoral que margeia parte do município.

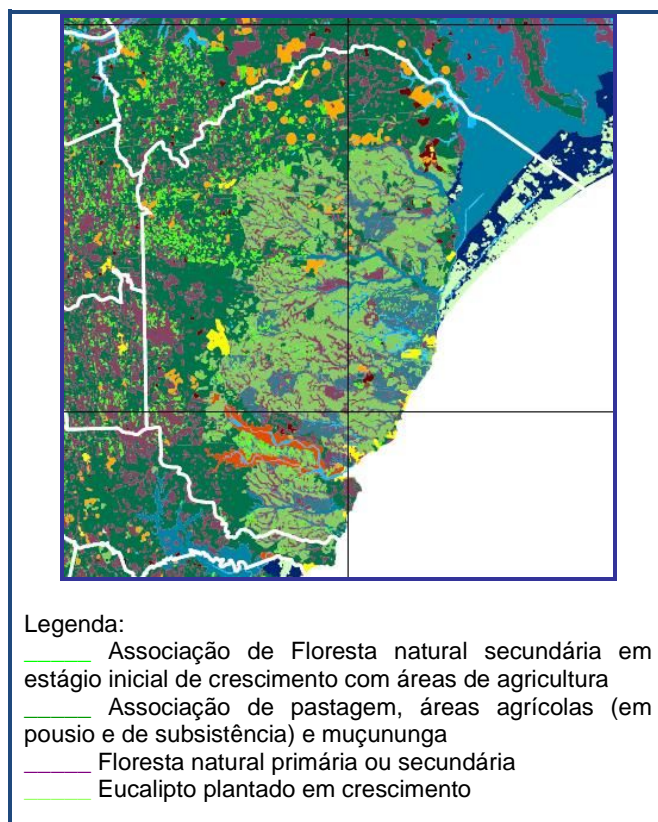


Figura 4.3.6.e – Uso e ocupação do solo do município de Aracruz. Fonte: IEMA, acesso em 18 de jul 2009.

Como pode ser observado, os municípios que se aproximam do litoral possuem seu uso e ocupação do solo marcado por atividades urbanas enquanto aqueles situados no interior do estado são predominantemente rurais. Todavia esses, levando-se em conta o período compreendido entre a 1990 e 2006, tiveram uma queda na área total de lavoura colhida, sobretudo o município de Santa Teresa, cujo decréscimo foi de aproximadamente 55% (Tabela 4.3.6.a).

Tabela 4.3.6.a – Diferença da quantidade de área de lavoura colhida dos municípios que são atravessados pelo Rio Piraquê-açu no período compreendido entre 1990 a 2006 (%)

Município	1990 – 2000	2000 – 2006
Aracruz	- 22,3	+ 5,2
Ibiraçu	- 14,6	+9,3
João Neiva	- 22,5	+14,4
Santa Teresa	-52,4	-3,5
São Roque do Canaã ¹	-	-18

Fonte: IJSN, acesso em jul. 2009.

¹ Em 1990, São Roque do Canaã ainda pertencia ao município de Santa Teresa

Analisando a Tabela 4.3.6.a percebe-se que somente Santa Teresa foi o município que manteve queda da área de lavoura colhida. São Roque do Canaã, no período de 2000-2006 também teve uma acentuada diminuição do percentual de áreas voltadas para lavoura.

Entretanto nessa mesma época, Aracruz, Ibiraçu e João Neiva, em comparação com o período anterior, 1990 a 2000, aumentaram o total de área de lavoura colhida, evidenciando um crescimento da produção agrícola que não aconteceu nos anos de 1990 a 2000.

Constata-se, então, no período de 1990 a 2000, uma queda da quantidade de áreas voltadas para a lavoura e posteriormente em 2006 uma retomada ainda tímida no

desenvolvimento da agricultura, que de maneira preliminar, pode-se concluir como uma tendência atual, com exceção do município de Santa Teresa.

4.3.6.1 Entorno da Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-açu e Piraquê-mirim

O município de Aracruz possui 04 distritos: Jacupemba, Guaraná, Riacho, Aracruz (sede) e Santa Cruz. As localidades urbanas Balsa, Nova Santa Cruz, Santa Cruz e Santa Rosa fazem parte do Distrito de Santa Cruz, já Novo Irajá é a única área urbana do entorno que está inserido no Distrito de Aracruz-Sede.

No entorno da Reserva Ecológica existem as seguintes áreas rurais: Baiacu, Jundiaquara, Lajinha, Boa Vista, Lameirão e Pirassununga. Todas também fazem parte do Distrito de Santa Cruz.

Além das áreas urbanas e rurais existem as terras indígenas (Tabela 4.3.6.1.a). Somente a Aldeia Indígena de Irajá é abrangida pelo Distrito de Aracruz-Sede, as outras aldeias indígenas estão localizadas no Distrito de Santa Cruz.

Tabela 4.3.6.1.a – Divisão rural-urbano das localidades do entorno da Reserva Ecológica

Localidades	Divisão rural-urbano
Balsa	Urbano
Baiacu	Rural
A.I. Boa Esperança	Rural
A. I. Piraquê-Açu	Rural
A. I. Caieiras Velhas	Rural
A. I. Irajá	Rural
Jundiaquara, Lajinha, Boa Vista e Lameirão	Rural
Nova Santa Cruz	Urbano
Novo Irajá	Urbano
Pirassununga	Rural
Santa Cruz	Urbano
Santa Rosa	Urbano
A.I Três Palmeiras	Rural

Uma representativa porção do território que contorna a Reserva Ecológica é formada por manguezal. Também é considerável a existência de áreas de vegetação nativa em estágio de regeneração (inicial, médio e avançado), todavia prevalecem áreas voltadas para a silvicultura, destacando-se, ainda, a pecuária bovina e a cafeicultura. Essas e outras informações podem ser visualizadas nos mapas 4.3.6.1.a e 4.3.6.1.b.

Mapa 4.3.6.1.a – Mapa de Uso e Ocupação do Solo

Mapa 4.3.6.1.b – Mapa de uso e ocupação do solo (IDAF)

Na porção **leste-litorânea** é onde se encontram as maiores extensões com vegetação nativa e várzeas, ocupando parte das áreas indígenas. As localidades da Balsa, Nova Santa Cruz e Santa Cruz estão situadas nesse território.

Balsa é um local essencialmente residencial, às margens do rio Piraquê-açu. Há somente uma via de acesso ao local não pavimentada, que recorta de um lado casas cujos quintais dão para o mangue e, por outro lado da estrada, algumas residências, a sede da associação e o Rio Piraquê-açu. Na figura 4.3.6.1.a visualiza-se o Posto da Polícia Rodoviária Estadual localizado na entrada da localidade.



Figura 4.3.6.1.a – Posto da Polícia Rodoviária Estadual. Fonte: Environlink/2009

Nova Santa Cruz situa-se acima do nível de Santa Cruz e ambas são residenciais. Santa Cruz é margeada pelo mangue e pelo Rio Piraquê-açu. Há nessa localidade casarios antigos e casas de alto padrão, essas localizadas principalmente na margem do rio Piraquê-açu.

Nas proximidades do Rio Piraquê-açu há uma concentração de restaurantes que possuem decks sobre esse. Além disso, a quantidade de embarcações de pesca (Figura 4.3.6.1.b) é elevada e toda a manutenção dessas é realizada no local,

havendo até um estaleiro. É comum também observar *Jet-skis* e iates ancorados na beira rio (Figura 4.3.6.1.c).



Figura 4.3.6.1.b - Embarcações e estaleiro. Fonte: Environlink/2009



Figura 4.3.6.1.c - Restaurante, deck e jet ski. Fonte: Environlink/2009

Por outro lado, a **oeste**, o uso do solo é para cultivos permanentes (silvicultura, cafeicultura e pasto). Essa região é formada por propriedades particulares, áreas da empresa Aracruz Celulose e pelas localidades de Santa Rosa (sudoeste), Boa Vista (Figura 4.3.6.1.d), Jundiaquara e Pirassununga.



Figura 4.3.6.1.d: Pecuária bovina em Boa Vista. Fonte: Environlink/2009

Santa Rosa caracteriza-se por ser a referência para as localidades de seu entorno, como Lameirão, Lajinha, Boa Vista, Pirassununga, Jundiaquara e Baiacu, já que conta com a escola, o posto de saúde, o posto telefônico e o correio que atende a todas essas localidades (Figura 4.3.6.1.e). Encontram-se ainda alguns pontos de comércio, como padaria e pequenas vendas, porém, o comércio que efetivamente atende às famílias está em Aracruz. Além disso, é cortada pela ES 124, que liga Praia Grande, município de Fundão à sede do município de Aracruz.



Figura 4.3.6.1.e - Vista de Santa Rosa. Fonte: Environlink/2009

Antes de a empresa Aracruz Florestal chegar à região, na década de 60, essas localidades eram voltadas para agricultura e pecuária, além da exploração pela Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) para produção de carvão vegetal. Aos poucos as propriedades particulares e da própria COFAVI foram adquiridas pela empresa, que iniciaram a plantação de eucalipto. Outros proprietários passaram também a investir na silvicultura. (BIODINÂMICA, 2004).

Nesse sentido, o cenário atual, nos casos das áreas rurais, é composto por pequenas propriedades com culturas de café, cana de açúcar e pecuária bovina, rodeadas por grandes plantações de eucalipto.

Ao **norte**, há áreas de cultivos permanentes (silvicultura, cafeicultura e pasto) – que detêm maior abrangência – e aquelas cobertas por vegetação em regeneração e por mangue. Nessa circunscrição, a propriedade das terras é da empresa Aracruz Celulose, alguns particulares e também de áreas indígenas. Novo Irajá é uma localidade situada nessa região.

Novo Irajá é o local onde concentram mais pescadores e catadores, basicamente residencial, mas possui pequeno comércio local (Figura 4.3.6.1.f).



Figura 4.3.6.1.f: Residências e comércio em Novo Irajá. Fonte: Environlink/2009

Já o uso e ocupação atual das áreas indígenas são marcados por um longo período de conflitos fundiários. Vários foram os momentos nos quais os indígenas se mobilizaram e reivindicaram o reconhecimento e a demarcação de seus territórios. Entretanto, o “poder de definição oficial da FUNAI, a influência dos interesses econômicos da empresa Aracruz Celulose e as sucessivas omissões dos governos estaduais e municipais” (BIODINÂMICA & PETROBRAS, 2004) foram deixando a situação tornar-se cada vez mais crítica para os povos indígenas.

Até a década de 40, o governo de Estado do Espírito Santo explorava terras em Aracruz. Nesse mesmo período, os tupinikim viviam numa região com abundantes recursos naturais, florestas da Mata Atlântica, áreas de restingas e de manguezais. Com a chegada da Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) houve a devastação das matas para a produção de carvão vegetal em 10.000 há de floresta em área tupinikim. Esses mesmos 10.000 há de floresta, que viraram na década de

50, áreas de pastagens e de produção de café, são adquiridos pela empresa Aracruz Florestal, além de mais 30.000 ha de terras indígenas. (BIODINÂMICA & PETROBRAS, 2004).

Por essa época, rodovias já haviam sido construídas, com destaque para a ES -010, que permitiram acesso às áreas indígenas que anteriormente ficavam mais isoladas. A partir da década de 70, a questão indígena do ES vem à tona, e a FUNAI resolve transferir os Guarani e alguns tupinikins para um Reformatório Indígena em Minas Gerais, fato esse que desagradou a muitos, fazendo com que houvesse uma pressão para o reconhecimento e demarcação das terras indígenas. A FUNAI, então, delimita três áreas: Caieiras Velhas (2.700 há), Pau Brasil (1.500 há) e Comboios (2.300 há), mas os conflitos com a Aracruz Celulose não se extinguiram.

Em abril de 1998 foi assinado um “Termo de Ajustamento de Conduta” (TAC) entre a empresa Aracruz Celulose, Funai e populações indígenas. O período do TAC era de 20 anos, e nesse foi acordado que na área devolvida aos índios haveria o fomento do eucalipto.

Em 2005 o PAC foi rompido e deu-se início a um novo conflito. Como forma de resolver a situação, novamente em 2007, outro TAC foi assinado, no qual devolve aos povos indígenas de Aracruz a propriedade de aproximadamente 11 mil hectares, após o reconhecimento pelo Ministério da Justiça dessa área como terra indígena.

Hoje nas terras indígenas, além das residências, das infra-estruturas de serviços públicos, há roças com plantações de feijão, mandioca e milho.

Em Caieiras Velhas estão localizadas a FUNAI, AITG e FUNASA. Na aldeia encontram-se ainda alguns pontos de comércio, como padaria e pequenas vendas, porém, o comércio que efetivamente atende às famílias da aldeia está em Coqueiral e Aracruz. As outras aldeias não possuem comércio.

As terras na porção **sul** são de propriedade da empresa Aracruz Celulose e de particulares. É nessa região que se localiza Baiacu. O uso e ocupação do solo são voltados principalmente para cultivos permanentes (silvicultura, cafeicultura e pasto) (Figura 4.3.6.1.g).



Figura 4.3.6.1.g: Cafeicultura e silvicultura em Baiacu. Fonte: Environlink/2009

Na área compreendida entre os rios Piraquê-açu e Piraquê-mirim há prevalência de silvicultura, pois grande parte é de propriedade da Aracruz Celulose. Nessa região tem-se a localidade de Lajinha e Lameirão, que é rodeada por eucaliptais (Figura 4.3.6.1.h.).



Figura 4.3.6.1.h: Plantações de eucalipto da Aracruz Celulose próximo à Lajinha. Fonte: Environlink/2009

Outros usos e ocupações do solo no entorno da Reserva Ecológica consiste na existência de dois gasodutos, Lagoa Parda e Cacimbas, que atravessam aldeias indígenas, manguezal e o rio Piraquê-açu.

No levantamento fundiário, realizado pelo Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF, 2008), com abrangência do polígono formado entre as rodovias estaduais ES-259, ES-124, ES-010 e ES-456, constatou-se que a área total é de 7.958,34 há e que 49,5% é de propriedade da empresa Aracruz Celulose. O restante é dividido entre propriedades particulares (32,1%), áreas indígenas (17,9%) e bairros (0,5%) (Mapa 4.3.6.1.c).

Mapa 4.3.6.1.c – Levantamento Fundiário

- **Zoneamento urbanístico**

A Prefeitura Municipal de Aracruz, através da Lei 2.336 de 2000, instituiu o Plano Diretor Urbano do Município, segundo seu artigo 8º, possui, entre outros, os seguintes objetivos:

I – disciplinar a ocupação e o uso do solo, através da introdução de normas urbanísticas, em consonância com o meio ambiente e a infra-estrutura disponível; [...]

III – promover o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, e o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado de seu território, de forma a assegurar o bem estar dos seus habitantes;

IV – preservar, conservar e recuperar as áreas, edificações e equipamentos de valor histórico, paisagístico e natural; [...]

O ordenamento da ocupação e do uso do solo urbano deve ser feito de forma a assegurar:

VI - a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente e do patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico, assegurado, quando de propriedade pública, o acesso a eles;

VII - seu aproveitamento socialmente justo e ecologicamente equilibrado, mediante a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis;

IX - o atendimento das necessidades de saúde, educação, desenvolvimento social, abastecimento, esporte, lazer e turismo do município. (Art 9º)

O Zoneamento Urbanístico do Município de Aracruz é integrado pelas seguintes zonas de uso: Zonas Residenciais (ZR); Zonas Comerciais (ZC); Zonas Portuárias (ZP); Zonas Industriais (ZI) e Zonas de Interesse Ambiental (ZIA). (Art 25)

Balsa, Nova Santa Cruz, Santa Cruz e Santa Rosa são classificadas conforme zonas de usos, que estão descritas no Tabela 4.3.6.1.b.

Tabela 4.3.6.1.b – Zoneamento Urbanístico das localidades do entorno da REMPP

Localidades	Zonas de uso
Balsa	ZR1
Santa Cruz e Nova Santa Cruz	ZR1, ZEIS 2, ZR2, ZIA, ZEIS 4, ZPP
Santa Rosa	ZIA, ZR1, ZR2, ZEIS 2

As Zonas Residenciais caracterizam-se pela predominância do uso residencial e classificam-se em: ZR1; ZR2 e ZR3. Compreendem as edificações destinadas à habitação permanente de caráter unifamiliar ou multifamiliar.

Já as Zonas Comerciais caracterizam-se como áreas onde concentram atividades urbanas diversificadas, com predominância do uso comercial e de serviços e classificam-se em ZC1 e ZC2. Abarcam as atividades de comércio e prestação de serviço, que devido às suas características são consideradas como local, de bairro, principal e especial.

Parágrafo Único - Considera-se como:

I - Local - atividades de pequeno porte disseminadas no interior das zonas residenciais, que não causam incômodos significativos, adotadas as medidas adequadas para o seu controle, e nem atraem tráfego pesado ou intenso;

II - De Bairro - atividades de médio porte compatíveis com o uso residencial, que não atraem tráfego pesado e não causam poluição ambiental, quando adotadas as medidas adequadas para o seu controle; [...]

As Zonas de Interesse Ambiental são áreas cuja ordenação de uso e ocupação do solo se caracterizam pela preservação ambiental e paisagística, em especial pela ocorrência de elementos naturais, tais como:

I - paisagens e visuais notáveis;

II - florestas e demais formas de vegetação natural, bem como área destinadas à proteção de recursos naturais renováveis;

III - ilhas, praias e mangues; [...]

A Zona de Interesse Ambiental é classificada em duas:

Zona de Interesse Ambiental 1 - são aquelas destinadas à preservação integral dos ecossistemas e dos recursos naturais da área, garantindo a reserva genética de fauna e flora e seus habitats, podendo ser ocupadas e utilizadas para fins de pesquisa científica, monitoramento ambiental e de educação preservacionista;

II - Zona de Interesse Ambiental 2 - são aquelas destinadas à preservação parcial dos ecossistemas naturais e criados, em preservação da paisagem, podendo ser ocupadas e utilizadas para fins de lazer, educativos, recreativos, turismo, cultura, esportes, pesquisa científica e condomínios de chácara.

O PDU também estabeleceu, em seu artigo 100º, a promoção e conservação das florestas e demais formas de vegetação natural que são consideradas de preservação permanente. Entre aqueles relacionados a esse diagnóstico:

I - ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, em faixa marginal cuja largura mínima será:

a) 30,00 m (trinta metros) para os rios de menos de 10,00 m (dez metros) de largura;

b) 50,00 m (cinquenta metros) para os rios que tenham de 10,00 m (dez metros) a 50,00 m (cinquenta metros);

c) 100,00 m (cem metros) para todos os cursos d'água que tenham mais de 50,00 m (cinquenta metros).

[...]

VII - nos manguezais em toda a sua extensão, incluindo a faixa mínima de 30,00 m (trinta metros) das áreas de apicum;

X - nas áreas destinadas a formar faixas de proteção ao longo de rodovias, ferrovias e outros.

Também se definiu e declarou como locais de preservação permanente o complexo do Piraquê-açu (Rios Piraquê-açu e Piraquê-mirim), a mata ciliar nas áreas da Aracruz Celulose (30m) e as reservas Indígenas.

Diante do exposto, analisa-se que a legislação voltada para a ordenação do uso do solo colabora com a preservação e conservação do manguezal e dos rios Piraquê-açu e Piraquê-mirim não prevendo ao redor desses recursos naturais usos impactantes. Dessa maneira, se cumprida à legislação, essa funcionará como um vetor positivo.

4.3.7 Relação dos catadores, pescadores e moradores do entorno com a Reserva Ecológica dos Manguezais Piraquê-açu e Piraquê-mirim

4.3.7.1 Perfil socioeconômico dos pescadores e catadores da REMPP

Os pescadores e catadores do município de Aracruz são filiados à Colônia de Pescadores Z-7 “Manoel Miranda”, situada em Barra do Riacho.

O perfil socioeconômico examinado nesse diagnóstico é relativo às informações presentes no Cadastro de Catadores de Aracruz realizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no segundo semestre de 2007.

Ao todo foram cadastrados 152 pescadores/catadores, sendo que a maioria é do sexo masculino (52%), mas com grande representativa de mulheres na profissão (48%).

Os pescadores/catadores cadastrados estão concentrados em Novo Irajá e na Aldeia Indígena de Irajá (Figura 4.3.7.1.a).

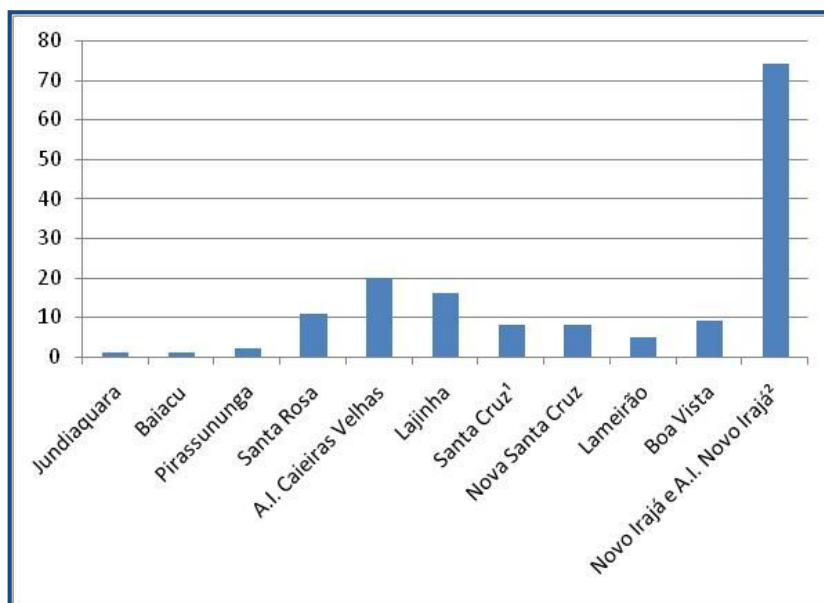


Figura 4.3.7.1.a - Locais de residência

¹ Abrangeu Santa Cruz, Itaparica e Morro do Cruzeiro.

² Nos cadastros não há separação clara entre Novo Irajá e A.I. Novo Irajá, e dessa forma, só foi possível analisá-los agrupados.

A faixa etária predominante é aquela compreendida entre 20 a 39 anos, todavia também é expressiva a quantidade de pescadores/catadores entre 40 a 59 anos cadastrados (Figura 4.3.7.1.b). A presença de jovens com menos de 19 anos não cadastrados, pode demonstrar que a profissão não é mais atrativa e que esses estão buscando alternativas. Apesar de não cadastrados, crianças e adolescentes costumam acompanhar e auxiliar seus pais nas mariscadas.

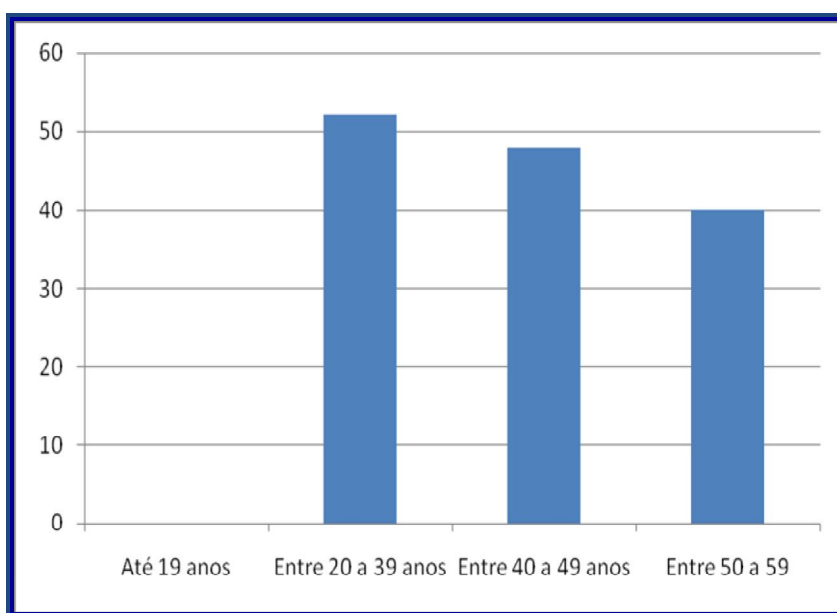


Figura 4.3.7.1.b - Faixa etária dos cadastrados

Nota: Em três cadastros não constavam informações sobre a idade.

A escolaridade dos cadastrados evidencia que grande parte desses não possui muitos anos de estudo, levantando-se a hipótese de que a profissão de catador e pescador, ou não possibilita dedicação aos estudos ou atrai pessoas com baixa escolaridade. A maioria só possui o Ensino Fundamental Incompleto (Figura 4.3.7.1.c).

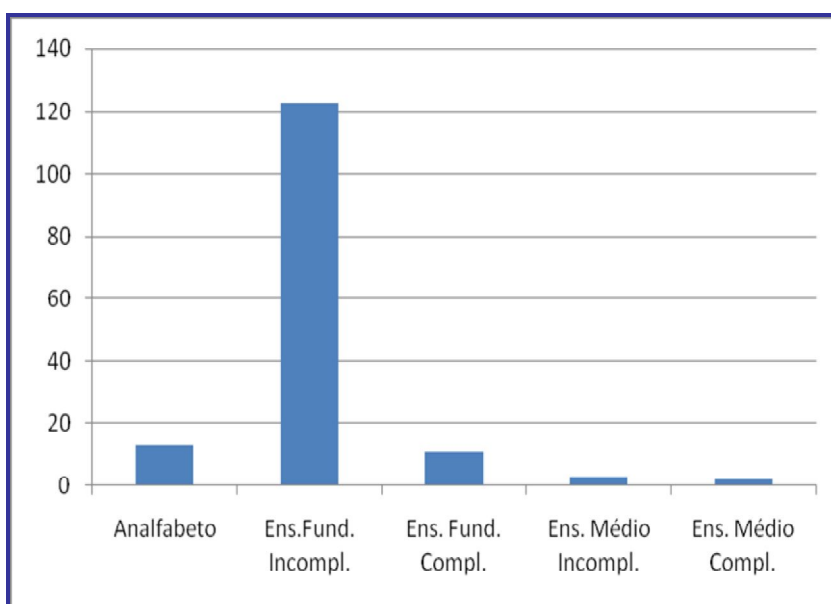


Figura 4.3.7.1.c - Faixa etária dos cadastrados

Os anos de trabalho no mangue dos cadastrados demonstram que grande parte viveu somente desse trabalho, sendo poucos aqueles que estão há menos de 10 anos. Comparando as informações da Figura 4.3.7.1.d com as informações da Figura 4.3.7.1.b sobre faixa etária, se perceberá que os cadastrados iniciaram a atividade no manguezal ainda na época de criança e adolescente.

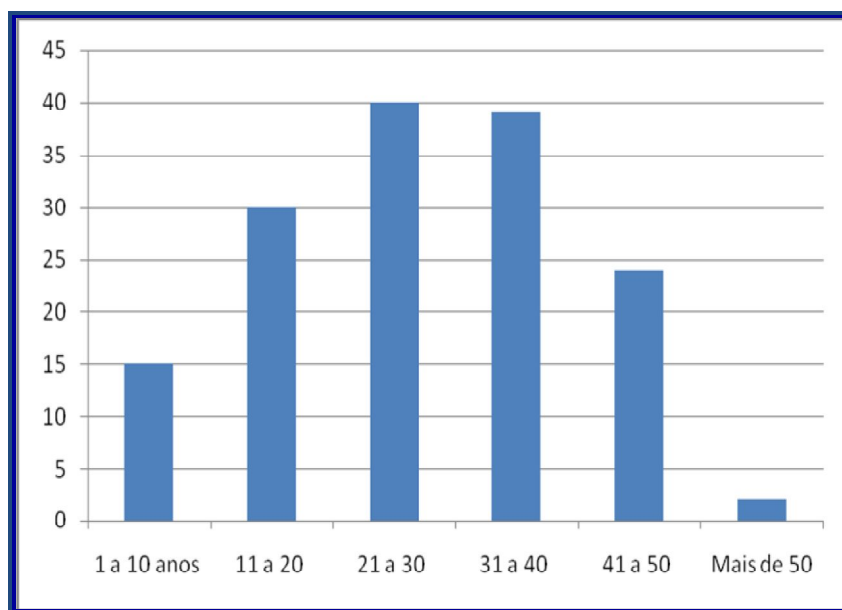


Figura 4.3.7.1.d - Anos de trabalho

Porém não são todos que possuem o registro na Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), somente 84,2%.

A renda mensal somente com o caranguejo dos cadastrados pode ser verificada na figura 4.3.7.1.e. Grande parte ganha menos de um salário mínimo, demonstrando que o rendimento com essa atividade é baixo.

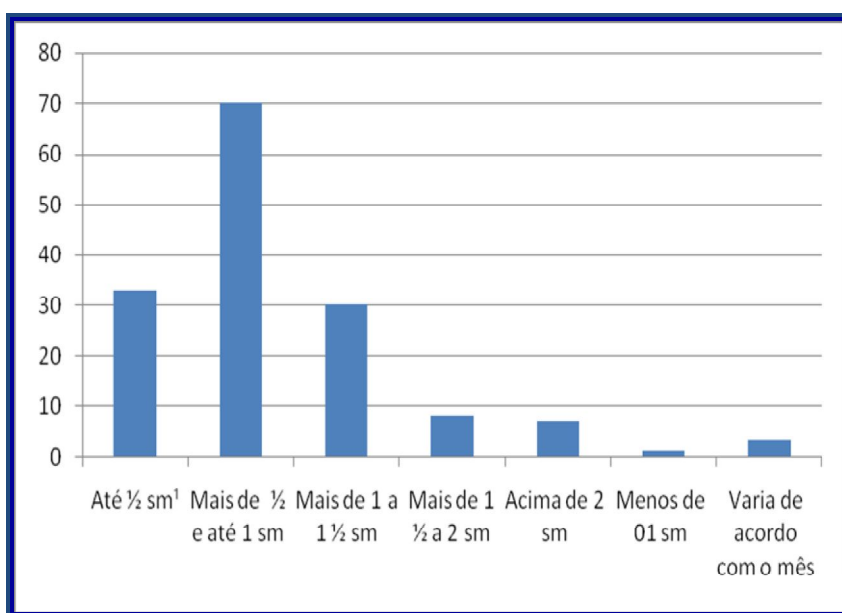


Figura 4.3.7.1.e - Renda mensal com o caranguejo

¹ Sm refere-se à salário mínimo, que na época do cadastramento, em 2007, era de R\$ 380,00.

4.3.7.2 Análise dos resultados das oficinas e reuniões

Foram realizadas reuniões e oficinas com as populações residentes nas localidades do entorno da Reserva Ecológica, cujos objetivos consistiam em conhecer mais detalhadamente sobre a rotina e a forma da cata e da pescaria, os locais usualmente usados, as épocas, os problemas e/ou dificuldades vividas por essas comunidades bem como as sugestões que esses vislumbravam para a situação evidenciada. As reuniões/oficinas aconteceram em locais centrais que pudessem agregar os residentes de algumas localidades nas quais possuem um número pequeno de indivíduos (Tabela 4.3.7.2.a).

Os resultados das reuniões e das oficinas demonstram que há uma diversidade de mariscos e peixes que são coletados/pescados: ameixa, aratu, camarão, caranguejo, goiamum, ostra, siri açu, siri tinga, sururu, várias espécies de peixes (tainha, robalo, vermelho, etc.). Mas não foram em todas as reuniões/oficinas que cada um deles foi citado. Ao perguntar o quê era retirado do mangue e do rio por eles (participantes das oficinas e das reuniões), as respostas tiveram diferenças

entre as localidades pesquisadas. Conforme a Tabela 4.3.7.2.a, observa-se que a Aldeia Indígena de Piraquê-açu não menciona os mariscos como foram citados em outras reuniões. Isso se deve pelas particularidades culturais do povo guarani, nas quais os mariscos não fazem parte de sua alimentação.

Tabela 4.3.7.2.a - Local das oficinas/reuniões, localidades convidadas, mariscos e peixes citados mariscos e peixes não citados

Local das oficinas/reuniões	Localidades convidadas	Mariscos e peixes citados	Mariscos e peixes não citados
A.I. Caieiras Velhas (Associação Indígena Tupinikim e Guarani – AITG)	A.I. Caieiras Velhas A.I. Boa Esperança A.I. Três Palmeiras A.I. Piraquê-açu A.I. Irajá	Ameixa, Aratu Caranguejo Camarão Goiamum Ostra, Peixe Siri, Sururu	-
A.I. Irajá	A.I. Irajá	Ameixa, Aratu Caranguejo Camarão Goiamum, Ostra Peixe, Siri Sururu	-
A.I. Piraquê-Açu	A.I. Boa Esperança A.I. Três Palmeiras A.I. Piraquê-açu	Peixe	Ameixa, Aratu Caranguejo Goiamum, Ostra Siri ,Sururu
Lajinha	Lajinha	Ameixa, Aratu Caranguejo Goiamum Ostra, Peixe Siri Açú Siri Tinga Sururu	Camarão
Nova Santa Cruz	Nova Santa Cruz Itaparica Morro do Cruzeiro	Ameixa Caranguejo Goiamum, Ostra Siri, Sururu	Aratu,Camarão Peixe
Novo Irajá	Novo Irajá	Ameixa, Caranguejo Goiamum,Ostra Peixe,Siri,Sururu	Aratu Camarão
Santa Rosa	Santa Rosa Jundiaquara Boa Vista Lameirão Pirassununga	Ameixa,Aratu Caranguejo, Goiamum,Ostra Peixe,Siri Sururu	Camarão

Ainda analisando a Tabela 4.3.7.2.a, nota-se que o camarão não foi lembrado em todas as reuniões, fato esse que pode ser explicado considerando-se que o camarão serve apenas como isca e não para comercialização.

Com relação ao local onde é coletado/pescado, percebe-se que os rios Piraquê-açu, chamado pela população do entorno de rio do Norte, e Piraquê-mirim, conhecido como rio do Sul, e todo o manguezal que contorna esses recursos hídricos são espaços de uso da população local (Tabela 4.3.7.2.b). Nas reuniões e oficinas era comum os participantes reclamarem que o rio Piraquê-mirim está sem mariscos e, que houve uma diminuição grande destes desde a década de 90.

Tabela 4.3.7.2.b - Locais mais citados de onde há a cata e a pesca

Mariscos/ peixes	Locais mais citados de onde há a cata e a pesca
Ameixa	Manguezal dos dois rios ¹ , mas com maior número de respostas para o rio Piraquê-açu ²
Aratu	Manguezal dos dois rios
Camarão	Nos dois rios
Caranguejo	Todo manguezal, entretanto no rio Piraquê-mirim decresceu a quantidade de caranguejo
Goiamum	Brejo do rio do Piraquê-açu
Ostra	Beira do rio Piraquê-açu
Peixe	Nos dois rios
Siri Açú	Mangue dos dois rios
Siri Tinga	Rio Piraquê-mirim ³
Sururu	Nos dois rios, principalmente no rio Piraquê-açu, apesar de estar em falta

¹ Refere-se aos rios Piraquê-mirim e Piraquê-açu.

² Também referido como rio do Norte.

³ Também referido como rio do Sul.

Pode-se levantar a hipótese de que o rio Piraquê-mirim sofreu um impacto, que pode ter várias origens, como, por exemplo, excesso de cata e pesca, poluição, entre outros, mais intenso do que o rio Piraquê-açu, resultando nesse cenário de falta de mariscos e peixes.

Outro fato para análise é a opinião demonstrada na oficina de Nova Santa Cruz sobre a poluição ser maior no rio Piraquê-açu do que no rio Piraquê-mirim, quadro esse, que segundo os entrevistados, dificulta a comercialização de seus mariscos. Os compradores preferem adquirir caranguejos de Santa Rosa, pois é originário do rio Piraquê-mirim, supostamente menos poluído.

Na Tabela 4.3.7.2.c constam as épocas mais citadas de pescarias e mariscadas e os períodos de defeso. Com relação ao caranguejo observar-se que o período mais propício para a sua cata, segundo os catadores, é justamente no período de verão, no qual recaem épocas de proibição.

Tabela 4.3.7.2.c - Épocas de pescaria e mariscada mais citadas

Mariscos/ peixes	Épocas de pescaria e mariscada	Período de defeso
Ameixa	Ano todo	-
Aratu	Ano todo	-
Camarão	Ano todo, na maré cheia	Parte de janeiro 01/04 a 31/05 15/11 a 15/01
Caranguejo	Ano todo, menos período de proibição. Mais abundante no verão.	Andada (07 dias em cada mês do período de janeiro a abril) Outubro a dezembro
Goiamum	Ano todo, menos período de proibição.	De outubro a março
Ostra	Ano todo (Época em que estão mais gordas é entre agosto e outubro)	-
Peixe	Ano todo, menos período de proibição	Robalo: 15/05 até 31/07
Siri Açú	Maré morta	-
Siri Tinga	Todas as marés	-
Sururu	Ano todo (durante os meses de setembro e outubro há mais, apesar de atualmente estar escasso)	-

Uma das situações recorrentemente escutadas nas oficinas era a não coincidência entre os períodos de defeso (troca da casca, chamada localmente como “mole, de leite”) e andada do caranguejo com o que acontecia na prática (conhecida como “com ova”). Segundo os entrevistados, o caranguejo anda depois da proibição, e não durante, e tem como consequência a cata na época em que não deveria.

A sugestão dada foi a de rever o calendário de defeso e andada para se sobrepor a realidade da natureza.

A média de valores de venda está listada na Tabela 4.3.7.2.d. O goiamum é o que tem o preço mais elevado, em contrapartida os peixes e o caranguejo são os que rendem menos para os catadores e pescadores.

Tabela 4.3.7.2.d – Média de valores dos mariscos e peixes

Localidades	Quantidade	Valor médio (R\$)
Ameixa	Litro/kg	4,00/35,00
Caranguejo	Kg	15,00
Goiamum	kg	53,00
Ostra	Kg (sem casca)	20,00
Peixe (Moreia)	Kg	5,00
Peixe (Tainha)	Kg	5,00
Siri	Kg	30,00
Sururu	Kg	25,00

Os instrumentos de coleta e pesca são bastante diversos, como pode ser visualizado na Tabela 4.3.7.2.e. A redinha, também conhecida como laço, é empregada tanto para cata de caranguejo como de outros mariscos.

Tabela 4.3.7.2.e - Instrumentos de cata e pesca

Mariscos/ peixes	Instrumento de cata e pesca
Ameixa	Facão, enxada e mão
Aratu	Mão, redinha sem armar, batim, fiska e anzol (Figura 3.2.3.7.2.a)
Camarão	Redinha de malha fina e mão
Caranguejo	Redinha e antigamente era com gancho (Figura 3.2.3.7.2.c)
Goiamum	Ratoeira, enxada e gancho (Figura 3.2.3.7.2.a e Figura 3.2.3.7.2.b)
Ostra	Cavadeira e facão (Figura 3.2.3.7.2.a)
Peixe	Fiska, rede, vara, linha, tarrafa, anzol e jequiá, (Figura 3.2.3.7.2.a; Figura 3.2.3.7.2.d e Figura 3.2.3.7.2.e)
Siri	Fiska, gererê, mão, facão, puçá, redinha, cofre, gancho, batim e jequiá (Figura 3.2.3.7.2.a)
Sururu	Mão
	Samburá para armazenamento e estoque (Figura 3.2.3.7.2.f)

No caso específico das populações indígenas, os instrumentos para a pesca artesanal dos tupinikim são a linha de mão, pindaíba (vara de pescar) e o jequiá; já para os guaranis, anzol de linha (pinda) e o pirambuá. (BIODINÂMICA, 2004). (Figura 4.3.7.2.a a 4.3.7.2.f).



Figura 4.3.7.2.a - Arpão, figa, batim, gancho e cavadeira. Fonte: Environlink/2009



Figura 4.3.7.2.b – Ratoeira. Fonte: Environlink/2009



Figura 4.3.7.2.c: Redinha. Fonte: Environlink/2009



Figura 4.3.7.2.d: Jequiá. Fonte: Environlink/2009



Figura 4.3.7.2.e – Rede. Fonte: Environlink/2009



Figura 4.3.7.2.f – Samburá. Fonte: Environlink/2009

Pela legislação do Ibama 53/2003 o único instrumento para cata de caranguejo e goiamum é a ratoeira, que é um dos utilizado pela população do entorno.

A redinha inclusive foi citada freqüentemente nas oficinas como um dos principais motivos para a situação de diminuição dos mariscos na região do rio Piraquê-açu. Explica-se que esse instrumento tornou a cata de caranguejo mais fácil e proporcionou a coleta de uma quantidade maior de caranguejos. Dessa maneira, por exemplo, desempregados puderam ter como alternativa a mariscada. Ou então, aqueles que só catavam por lazer, aumentaram a retirada de caranguejos com o emprego da redinha. Resultou-se, então, numa excessiva quantidade de catadores assim como de caranguejo capturado, não dando tempo ao manguezal de repor seus recursos naturais.

Outras dificuldades e problemas também foram diagnosticados nas oficinas. Essas podem ser classificadas em problemas localizados espacialmente no mangue e no rio e dificuldades de cunho socioeconômico. Na Tabela 4.3.7.2.f foram transcritos de maneira aleatória, os problemas/dificuldades enfrentados pelos pescadores e catadores, conforme oficinas. Os aspectos mais debatidos nas oficinas referem-se à condição atual do mangue, principalmente relacionado à diminuição do caranguejo e de outros mariscos e os motivos que resultaram nesse cenário: esgoto, lixo, agrotóxicos, quantidade de catadores de fora, entre outros.

Tabela 4.3.7.2.f - Problemas/dificuldades

Categoria		Problemas/ Dificuldades
Localizados espacialmente	no mangue	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição de caranguejo, outros mariscos e peixes. Atualmente, tem que ir mais distante para catar caranguejo; • Catadores de outros locais, que estão causando uma pressão maior no mangue, além de deixarem lixo e de muitos terem práticas de pesca degradantes (bomba, bate-bate e balão); • Poluição dos rios e do manguezal causada por diversos fatores¹; • Formas predatórias de pesca; • Jet ski no rio; • Doença no mangue; • Não retirar a redinha do mangue; • Pessoas sem cadastro (clandestinos); • Período de andata não coincidente com a realidade da natureza; • Fiscalização pela prefeitura focada nos pescadores/catadores locais, ao invés, de punir os de fora.
De cunho socioeconômico		<ul style="list-style-type: none"> • Falta de creche aberta período integral para as mães poderem trabalhar no manguezal; • Dificuldade de receber cesta-básica; • Horário de ônibus incompatível com o início da feira, dificuldade a comercialização; • Dificuldade dos pescadores/catadores antigos de aposentarem e receberem auxílio doença; • Conflito em pequena escala com outras comunidades de pescadores/catadores pelos espaços de pesca/cata; • Existência de atravessadores, que cobram mais barato e, dessa maneira, faz com que haja mais cata de caranguejo; • Pessoas que fazem carteirinha somente pelo benefício, mas de fato, não são pescadores/catadores; • Diminuição na venda por acreditarem que os mariscos estão contaminados devido à poluição dos rios.

¹ Vários foram os fatores enumerados pelas comunidades: presença de mercúrio, esgoto, produtos químicos da empresa Aracruz Celulose, lixo de outros municípios, agrotóxico para a plantação de coco, veneno para o pasto, sujeira no mangue, óleo e lixo das embarcações ancoradas em Santa Cruz, “pinicão” no Piraquê-Açu.

As sugestões de saídas para as situações informadas também foram tratadas nas oficinas. Na Tabela 4.3.7.2.g que se segue estão contidas essas sugestões. Observa-se que existem, na opinião dos entrevistados, várias alternativas para melhorar a situação atual dos pescadores e dos catadores bem como do manguezal e do rio.

Tabela 4.3.7.2.g - Sugestões para os problemas/dificuldades

Sugestões

- Mais ônibus para facilitar a venda;
 - Creche aberta o dia todo;
 - Catar somente caranguejo macho e nenhuma fêmea;
 - A prefeitura avisar de forma mais eficaz as épocas de proibição;
 - Retirar a sujeira do mangue;
 - Salário para catador, pois a renda não está sendo suficiente;
 - Pensar em alternativas de renda, como, por exemplo, tanque de peixe;
 - Abrir cooperativa de criação de ostra e sururu;
 - Local para crianças aprenderem a fazer tarrafa, rede, etc. (escola de pesca);
 - Fiscalizar os catadores e pescadores de fora e aqueles que catam/pescam por lazer;
 - Análise da contaminação da água;
 - Fechar o mangue por um tempo para ele recuperar, com benefício do governo para as famílias;
 - Controlar a exploração/comercialização;
 - Rever corte de cestas básicas, todos devem receber;
 - Ter ônibus mais cedo;
 - Retirar as redinhas assim que pegar o caranguejo;
 - Fiscalizar os atravessadores;
 - Proibir Jet ski;
 - Incentivar que os catadores e pescadores se organizem;
 - Os pescadores e catadores devem informar o período da andada para a PMA;
 - Proibir pessoas de fora pescarem e catarem nos rios e manguezais;
 - Ter mais controle com os que pescam e catam;
 - Proibir escavação no manguezal para pegar mariscos;
 - Analisar a água e a lama para ver o que está havendo;
 - Participação das comunidades na fiscalização dos rios e manguezais;
 - Fiscalização das pessoas de fora;
 - Fiscalização dos catadores que catam por lazer;
 - Fechar o mangue por um período de 05 a 10 anos para recuperar;
 - Análise da mortalidade do caranguejo e da contaminação da água;
 - Maior fiscalização para os pescadores e catadores de Nova Santa Cruz e de fora;
 - Fiscalizar os barcos de Santa Cruz;
 - Realizar limpeza dos manguezais;
 - Mais fiscalização em tudo;
 - Combinar com os catadores de todas as comunidades para vender os mariscos pelo mesmo preço;
 - Fiscalizar o pessoal de fora;
 - Aumentar a proibição da cata de caranguejo para 04 meses;
 - Fiscalizar os catadores sem carteirinha;
 - Retirar as redinhas do mangue depois de usar;
 - Retirar as varas depois de usá-las, pois as varas rasgam a rede;
 - Parar tudo por um tempo para os caranguejos crescerem e o mangue se recuperar, com alternativa de renda/auxílio para os catadores e pescadores sobreviverem;
 - Parar de mariscar por aproximadamente 05 anos;
 - Proibir os pescadores e os catadores de fora;
 - Investir nas aldeias para preservar e fiscalizar a reserva;
 - Analisar a poluição da água e responsabilizar as empresas e a prefeitura.
-

Em entrevista realizada com André Ruschi, representante da Estação de Biologia Marinha Ruschi e com Mário Camilo de Oliveira Neto, proprietário de uma pousada na região, membro da Associação Capixaba de Proteção ao Meio Ambiente (ACAPEMA) e da Associação de Empresas de Turismo de Aracruz (AETA), afirmam que a condição hoje do manguezal e dos rios de Piraquê-açu e de Piraquê-mirim se deve a um conjunto de fatores sociais e políticos. Destacam-se o esgoto de João Neiva que ainda é jogado no rio Piraquê-açu, uso de agrotóxicos, presença de Jet-skis e a exploração dos recursos naturais do manguezal que não conseguem se renovar. Na opinião de André Ruschi, a situação mais crítica é a da grande quantidade de embarcações existentes em Santa Cruz, que não são fiscalizadas pelo Poder Público.

Esse fato também foi enfatizado em entrevista com alguns membros da Associação de Amigos do Rio Piraquê-açu em Defesa da Natureza e do Meio Ambiente (AMIP). As embarcações aportadas em Santa Cruz, além de não haver nenhum monitoramento e controle referentes aos cuidados de manutenção e manuseio para não poluir o rio, a tripulação desses barcos são de outros estados e municípios e estão trazendo problemas de ordem social.

Outro aspecto levantado nas entrevistas refere-se ao fato do recurso financeiro oriundo da compensação ambiental do gasoduto Cacimbas-Vitória, da empresa Petrobrás, não ter sido revertido de forma integral para as áreas de influências desse empreendimento, situação essa levantada em entrevista com André Ruschi e Mário Camilo de Oliveira Neto.

4.3.7.3 Outras informações relevantes

Conforme entrevistas com os catadores e pescadores do entorno da Reserva Ecológica, estes normalmente trabalham de terça-feira a sexta-feira na cata e pesca, o sábado é para comercialização, o domingo para o descanso e a segunda-feira para fazer compras e organizar os preparativos para a atividade da semana.

No trabalho desses pescadores e catadores são utilizados os portos (Figuras 4.3.7.3.a e 4.3.7.3.b), locais de entrada e saída para os manguezais e onde são guardados os barcos, além de ser espaço de socialização e lazer, funcionando como “praia” de várias comunidades, principalmente no verão, como o Porto de Areia na Aldeia Indígena de Irajá e o Porto de Caieiras Velhas.



Figura 4.3.7.3.a - “Porto do Cacá” em Santa Rosa. Fonte: Environlink/2009



Figura 4.3.7.3.b - Porto de areia na Aldeia Indígena de Irajá. Fonte: Environlink/2009

A comercialização do pescado e dos mariscos é realizada de várias formas. Muitos possuem encomendas para restaurantes, outros vendem em feiras (Figura 4.3.7.3.c) ou em locais nas rodovias (Figura 4.3.7.3.d) ou em praias de outros municípios, como Jacaraípe, na Serra, e Praia Grande, em Fundão.



Figura 4.3.7.3.c - Feira em Aracruz. Fonte: Environlink/2009



Figura 4.3.7.3.d - Rodovia ES-010 - Santa Cruz. Fonte: Environlink/2009

Outra atividade que não foi mencionada freqüentemente nas entrevistas e nem nas oficinas é a caça. Realizada de maneira rarefeita, devido à diminuição das matas, saruê, guaxinim, mão pelada, tatu e pássaros são as principais caças levantadas nas entrevistas.

Entre a população indígena guarani, o conhecimento aprofundado sobre o ciclo reprodutivo dos animais resulta em outra maneira de caçar, como, por exemplo, não caçando na época de crescimento dos filhotes e só consumindo animais adultos. Os guaranis caçam tatu, quati, tamanduá, porco do mato, gambá, rato-do-mato, galinha, inhambu, ave do mato, caninana e lagarto. Utilizam a armadilha mundéu e de laço (BIODINÂMICA, 2004).

Já os tupinikim caçam cuíca, gambá ou saruê, saruê-beiju, macaco prego, sagui, preguiça, tamanduá-mirim, tatu, tapeti, rato-do-mato, cutia, guati, guaxinim, mão pelada, cachorro-do-mato, caititu, veado-campeiro, lagarto teiú e algumas espécies de cobra (caninana, jararaca, coral, preguiçosa, riba-mata). Empregam cães e armadilhas de laço e também, mais raramente, espingardas. (BIODINÂMICA, 2004)

4.3.8 Aspectos institucionais

4.3.8.1 Administração e Fiscalização

A Reserva Ecológica possui infra-estrutura e equipamentos ainda insuficientes para funcionar como Unidade de Conservação comprometendo a prestação de serviços pelo Poder Público. Todos os dados obtidos relativos a esses aspectos partiram de constatações de campo e de entrevistas com os representantes da Secretaria de Meio Ambiente/SEMAM.

A Reserva Ecológica não tem um modelo de administração e fiscalização específica da UC, além de não existir uma organização interna da UC, muito menos um fluxograma com as atribuições e seu pessoal envolvido, pois estas estão integradas às demais atividades e organização da SEMAM/PMA. A fiscalização é realizada pela Seção de Fiscalização Ambiental e a administração são feitas pela Divisão de Educação Ambiental, conforme Figura 4.3.8.1.a.

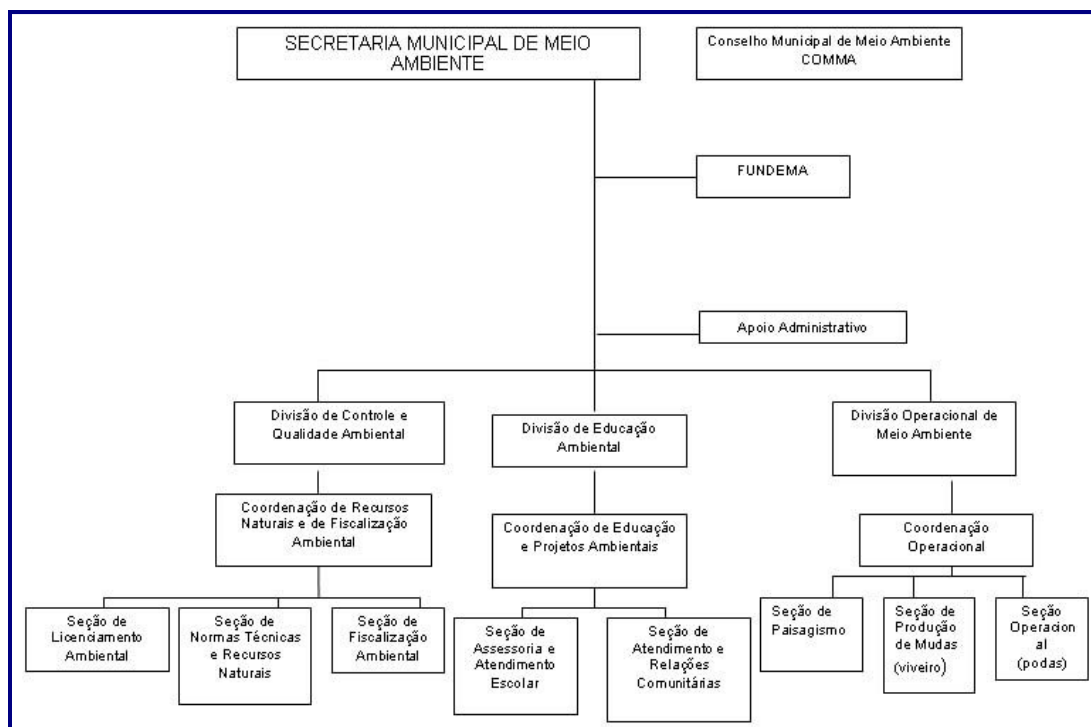


Figura 4.3.8.1.a – Organograma
Fonte: PMA (2008).

4.4 Diagnóstico do Potencial Arqueológico

4.4.1 Introdução

Este relatório trata do diagnóstico arqueológico não interventivo que foi realizado na área contemplada para o Plano de Manejo da Reserva Ecológica dos Manguezais do Piraquê-açu e Piraquê-mirim seguindo as exigências da 21ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e termo de referencia para elaboração do Plano de Manejo.

Os sítios arqueológicos e seu acervo estão protegidos por uma série de diplomas legais. Em primeiro lugar, a Constituição Federal de 1988, no seu Capítulo III dispõe sobre a proteção aos sítios arqueológicos e dos compromissos de Estados e Municípios em sua conservação. A Lei Nº. 3924 de 26 de julho de 1961 que estabelece a proteção dos sítios arqueológicos.

Pela Lei Nº. 3624/83, os sítios arqueológicos são inseridos como áreas de interesse especial e turístico. Segundo a Lei Nº. 4126/88 dispõe sobre a política estadual de proteção e conservação e melhoria do meio ambiente, nele incluindo os sítios arqueológicos como áreas de uso regulamentado

A Portaria Nº 07 de 01 de dezembro de 1988 do IPHAN regulamentou os pedidos de permissão e autorização e a comunicação prévia quando do desenvolvimento de pesquisas de campo e escavações arqueológicas no país a fim de que resguarde os objetos de valor científico e cultural localizados nessas pesquisas e estabelece os procedimentos para a obtenção de permissão para pesquisas arqueológicas.

A Portaria Nº. 230 de 17 de fevereiro de 2002, o IPHAN determina os seguintes procedimentos para os trabalhos de arqueologia nos mais diversos empreendimentos:

- a) Nesta fase, dever-se-á proceder à contextualização arqueológica e etnohistórica da área de influência do empreendimento, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico em campo;
- b) No caso de projetos afetando áreas arqueologicamente desconhecidas, pouco ou mal conhecidas que não permitam influências sobre a área de intervenção do empreendimento, deverá ser providenciado levantamento arqueológico de campo pelo menos em sua área de influência direta. Esse levantamento deverá contemplar todos os compartimentos ambientais significativos no contexto geral da área a ser implantada e deverá prever levantamento prospectivo de sub-superfície;
- c) O resultado final esperado é um relatório de caracterização e avaliação da situação atual do patrimônio arqueológico da área de estudo, sob a rubrica, Diagnóstico;
- d) A avaliação dos impactos do empreendimento do patrimônio arqueológico regional será realizada com base no diagnóstico elaborado, na análise das cartas ambientais temáticas (geologia, geomorfologia, hidrográfica, declividade e vegetação) e nas particularidades técnicas das obras;

A partir do diagnóstico e avaliação dos impactos, deverão ser elaborados os Programas de Prospeção e de Resgate (se necessário) de forma a garantir a integridade do patrimônio cultural da área.

Os objetivos nesta fase são de estimar a quantidade de sítios arqueológicos existentes nas áreas do plano de manejo, diversidade cultural e grau de preservação nos depósitos arqueológicos para fins de detalhamento do programa de prospeção arqueológica o qual deverá ser implantado em uma próxima fase.

Implantar o programa de prospecção arqueológica que deverá prever prospecções intensivas nos comportamentos ambientais de maior potencial arqueológico da área da reserva.

Para a obtenção de licença para programa de prospecções arqueológicas deverá esperar licença previa do IPHAN:

Entretanto, o Ofício Circular da 21ª Superintendência IPHAN de 2008 n 001, isenta que na primeira etapa – **diagnostico não interventivo** – seja necessária uma licença previa para inicio das atividades de pesquisa arqueológica, sendo necessário um ofício comunicando o inicio das atividades e data para entrega de relatório.

“Os projetos de diagnostico arqueológico não interventivo realizados no território do estado do Espírito Santo devem ser comunicados previamente a esta 21ª SR/IPHAN/ES; de modo geral não necessitarão de permissão ou autorização por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União.” (IPHAN, 2008).

4.4.2 Ethnohistória

A Ethnohistória foi realizada a partir de levantamento bibliográfico de fontes historiográficas, de relatos de cronistas de época, informes de governos da Capitania e Província sobre a presença humana na região.

Pode-se elaborar uma ethnohistória que trouxesse elementos importantes ao levantamento arqueológico não interventivo, ampliando o potencial arqueológico dentro e no entorno da área da Unidade de Conservação. Entre as fontes foi identificada a forte presença do elemento indígena e europeu.

Os temininó estão definidos como subgrupo dos tupinambá, eram “populações horticultores com homogeneidade lingüística e cultural, estabelecidos em unidades militares e produtivas com grande dispersão em todo Brasil” (FAUSTO: 1992).

O caráter bélico da sociedade tupinambá era bastante marcante, onde valores associados a atividade guerreira era extremamente valorizados e sendo muito aproveitado pelos portugueses durante boa parte do período colonial (ALMEIDA: 2003).

Posteriormente, em 1557, Jean de Lery em viagem ao Brasil, quando passa no litoral identificado como o da atual Aracruz relata: “Nenhum dos nossos marinheiros, já viajados, reconheceu bem o sítio; entretanto os selvagens eram da nação dos Margaiá, aliados dos portugueses (...) (LERY: 1960; 73). Estabelecendo através de alguns de seus marinheiros, conhecedores um pouco da língua tupi, contato para comercializar alguns utensílios como anzóis, facas e espelhos por farinha e alguma carne de caça.

Em 1560 dois eventos marcam o declínio do primeiro aldeamento: a varíola, que em conjunto a isso um ataque de formigas na plantação, os obriga a se deslocarem para o aldeamento de Reis Magos, passando então Aldeia Nova a se chamar Aldeia Velha. Em segundo quando a pedido do Capitão Mor Vasco Fernandes Coutinho, o cacique Maracajaguaçu e sua tribo são deslocados para mais próximo de Vitória, além do rio Santa Maria, para garantir uma defesa mais efetiva contra ataques de tribos hostis, pirataria ou de nações européias inimigas da Coroa portuguesa.

No Tratado Descritivo do Brasil elaborado em 1587 por Gabriel Soares ele cita sobre a região entre o rio Doce e Reis Magos:

“Do rio Doce ao dos Reis Magos são oito léguas; e faz a terra de um rio ao outro uma enseada grande, o qual rio está em dezenove graus e meio, e corre-se a costa de um a outro nordeste - sudoeste. Na boca deste rio dos Reis Magos estão três ilhas redondas, por é muito fértil, e boa para se poder povoar, onde se podem fazer alguns engenhos de açúcar, por ter ribeiras que nele se metem, mui acomodadas para isso. Navega-se neste rio da barra para dentro quatro ou cinco léguas, no qual há grandes pescarias e muito marisco; e no tempo que estava povoado de gentio, havia nele muitos mantimentos, que aqui iam resgatar os moradores do Espírito Santo, o que causava grande fertilidade”. (SOARES, 1587).”

Entretanto, apesar do grande deslocamento de indígenas para Reis Magos, uma parcela do povoado se manteve na região de Aldeia Velha, mantendo tupiniquins, entre outras coisas, para atividades de extração de ostra em sambaquis existentes na região, para produção da cal como material construtivo na edificação de igrejas e conventos, onde se vê esse componente nas argamassas das estruturas de paredes até o presente.

A atividade de extração de ostras de sambaqui continuou até um pouco mais da primeira metade do século XX pelas populações ribeirinhas como um modo de se conseguir renda extra, sendo vendido principalmente em Santa Cruz e Santa Rosa. Reis Magos passa a concentrar em fins do século XVI, a maior parte da mão de obra tupiniquim disponível no litoral norte pelos jesuítas, onde se inicia a construção do convento de Reis Magos, deixando à região do Piraquê-açu e mirim com uma relação periférica à Aldeia de Reis Magos, continuando assim até a primeira metade do século XIX.

Quando os jesuítas são expulsos do território colonial português em 1759, parte das populações indígenas de Reis Magos vai refugiando-se nas matas do interior e/ou nas vizinhanças em torno da Aldeia Velha e de Piraquê-açu (FUNAI: 2002).

Em meados do século XVIII, as populações tupiniquins se caracterizavam como populações pescadoras com uma agricultura de subsistência além da caça e da coleta de mariscos e frutos encontrados nas margens e mangues dos rios Piraquê-açu e Piraquê-mirim. Possuindo uma “organização social caracterizada pela agregação de cada grupo doméstico ao seu roçado, o que resultava numa dispersão da comunidade dentro de uma vasta área. (FUNAI: 2002; 21)

Com uma grande baixa na densidade demográfica, estabelecido pela ação dos portugueses entre os rios São Mateus e Doce, empurrando várias etnias para o norte ou concentrando-os em aldeamentos jesuítas no litoral.

Em finais do século XVIII, forçados pela mineração nas cabeceiras do rio Doce series de grupos indígenas denominados genericamente de “botocudos”, do tronco

lingüístico Gê, terão presença bastante marcante até a primeira metade do século XX. (PEROTA: 1995).

Uma série de conflitos entre botocudos e tupiniquins vão marcar a região do Piraquê-açu entre o final do século XVIII e início do XIX.

Vemos em 1790 um relato do Capitão Mor do Espírito Santo Inácio João Monjardino:

“Discorrendo pela mesma costa, mais seis léguas para o sul, há uma barra denominada **Aldeia Velha**, capaz só de lanchas e sumacas pequenas. Por fora tem um cordão de areia que, para entrarem procuram [os barcos] ocasião de maré, sendo a barra para dentro apta para maiores embarcações, por ser fundo. E aí costumam ir, desta vila Capital, e das maiores filiais, buscar madeiras para cargas de outras embarcações maiores, onde fundei uma povoação de trinta casais, que hoje se acham em aumento [o original traz empugmento] de duzentas almas, a qual povoação serve de defesa aos moradores daqueles subúrbios. E estão sempre com armas na mão a atalhar alguma hostilidade do gentio bárbaro”. (NEVES: 2001; 133)

Os conflitos com os tupiniquim vão causar uma reconfiguração da distribuição espacial das aldeias, onde serão orientados pelo governo da Capitania a concentrarem as habitações para implementar um sistema de defesa mais eficiente contra os botocudos e seu avanço para áreas povoadas pelos luso brasileiros:

“Há menos de 40 anos [1818] essa vila não existia. Os índios tinham na verdade, moradas nas margens do córrego, mas eram distanciadas umas das outras. Os botocudos fizeram uma excursão na região e, aproveitando-se do isolamento dos colonos, destruíram muitas plantações e mataram muitos indivíduos. Para evitar a repetição de tamanha desgraça, Bom Jardim, que era Capitão-mor da província do Espírito Santo, ordenou que os índios espalhados se reunissem no lugar em que hoje está a Aldeia de Piraquiação e ali construíssem casas. Deu-lhes um capitão de sua raça; e como houvessem estado afastados da população de **Vila de Almeida** e **Aldeia Velha**, determinou que deveriam viver como soldados, atendendo às ordens que lhes fossem dadas, e a aldeia tomou o nome **Destacamento**, que até hoje conserva”. (SAINT-HILAIRE: 2002; 85).

Os botocudos eram grupos de “caçadores coletores seminômades com uma organização social que se caracterizava pelo constante fracionamento do grupo, pela divisão natural do trabalho em por um sistema religioso centrado na figura dos espíritos encantados dos mortos” (PARAISO: 1992; 443).

Estabeleciam diversos acampamentos de caça próximo aos grandes rios, distribuíam armadilhas e devido a essa grande dispersão e o caráter bélico de sua cultura, entravam em conflitos com outros grupos indígenas e luso brasileiros.

Nesse período o Destacamento do Piraquê-açu marca o limite norte, utilizado pelos tupiniquins e do controle direto da Capitania de antes de atravessar as “florestas que servem de abrigo aos botocudos e nas quais os luso-brasileiros não ousam penetrar” (SAINT-HILARIE: 2002; 86).

Gradativamente no século XIX, os botocudos, vão sendo empurrados para o norte, no projeto de colonização do interior, de expansão agrícola, iniciado com a instalação de vários quartéis no litoral e interior da região norte.

O governador da Capitania Antônio Cunha em 1811 relembra sobre o ataque ocorrido no século XVIII, além de mencionar a atividade de extração de madeira e uma breve descrição da região da foz do Piraquê-açu e Piraquê-mirim:

“Saindo do Riacho, e andando-se três léguas, está a **Aldeia Velha**. O rio neste lugar admite em si bergantins, que muitas vezes têm, de carregar madeiras, de que ricamente abundam as matas. Cinco ou seis horas de viagem pelo rio acima; a oeste – noroeste, está o **Destacamento de Piraquê-Açu**, composto unicamente de **índios**; e mais abaixo, por um braço do mesmo rio, que demanda do sul, vê-se o lugar denominado **Piraquê-Mirim**, onde a pouco sucedeu a catástrofe horrível, da qual falarei na continuação dessa memória. A **Aldeia Velha** em si não merece atenção; algumas pequenas casas, e pela maior parte cobertas de palhas e alongadas umas nas outras, formam a totalidade desta chamada povoação, de um outro lado do rio”. (NEVES: 2000; 55-56).

O Príncipe Maximiliano durante sua Viagem ao Brasil em 1815 descreve sobre as populações indígenas e dos sambaquis que estavam ainda muito visíveis na paisagem e sobre sua forte atividade de pesca e coleta de mariscos no mangue e a plantação de subsistência:

“Em poucas horas se atinge o rio Piraquê-açu (rio do peixe grande) como originalmente os índios o denominavam. Ai, na barra ou na foz, existe uma povoação chamada Aldeia Velha; e, um pouco acima do rio, uma grande aldeia fundada pelos jesuítas, que reuniram, nesse lugar, considerável numero de índios. Alimentavam-se sobretudo de peixes e mariscos; daí haver ainda, nas margens do rio, **grandes montões de conchas**”. (...) “Os habitantes de **Aldeia Velha** são pescadores pobres; contudo, o peixe é abundante no rio, que possui boa barra, de modo que as lanchas podem migrar até longe, no rio adentro”. (WIED-NEUWIED: 1886; 151)

“Além do rio viam-se matas extensas, onde se espalhavam nas plantações de mandioca dos índios, cultivavam principalmente milho, mandioca, e ‘baga’ (*ricinas*), de cuja semente extraem óleo”. (WIED-NEUWIED: 1886; 152).

O bispo D. José Caetano da Silva Coutinho um importante membro da corte no período nos governos de D. João VI e D. Pedro I no Brasil apresenta uma notícia de 1819, sobre as péssimas condições de vida em que se encontravam as populações indígenas e da ausência das instituições civil e religiosa da época:

(...)“Na minha volta do rio Doce para Almeida esperava já no caminho em **Aldeia Velha** e antes disso muita índios de todos os sexos e idades. Ainda tornei a distribuir perto de cem mil réis de esmolos, crismei quatrocentas pessoas; e casei 15 pares de noivos”. (COUTINHO: 2002; 90).

Já na segunda metade do século XIX, August-François Biard oferece informações sobre o modo de vida dos indígenas da região, como as atividades domésticas e a disposição espacial interna das casas, dieta alimentar entre outras coisas em 1857:

“(...) Na cozinha, uma sujeira impossível de descrever, uma velha **índia** assando um tatu estendido na brasa, e acreditei destinado a nossa refeição. O fogão, no meio do cômodo, se compunha de uma dúzia de pedras; à direita do fogo havia bancos, onde estavam dormindo os índios que fizeram nossa mudança”. (30)

“(...) Continuei então minha visita e, depois da cozinha, tive tempo de examinar, inteiramente a vontade, a sala de jantar, onde encontrei um pequeno sagüi bravo que mordida todo mundo, seis ou sete cães esqueléticos, outro tanto de gatos grandes e pequenos, galinhas, patos, bacorinhos; tudo vivendo familiarmente com os donos e cometendo, como pude verificar mais tarde, muitas ações repreensíveis durante as refeições”. (37)

Em sua chegada em Santa Cruz presencia a igreja em construção com apenas a fachada da igreja de Santa Cruz construída pelos índios tupiniquim (Figura 4.4.3.b):

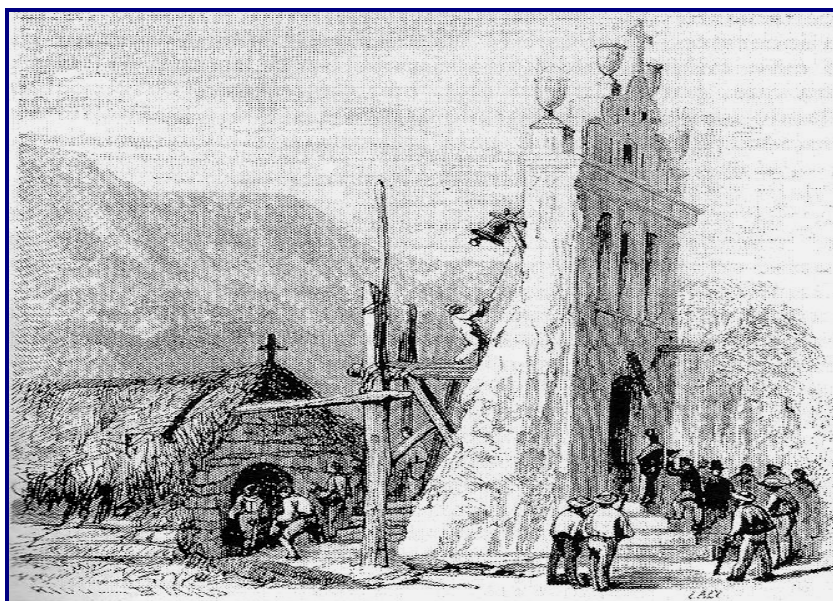


Figura 4.4.3.b – Fachada da Igreja de Santa Cruz vista de perfil - BIARD/1857. Fonte: BIARD, 2002.

O imperador D. Pedro II também escreve algumas notas sobre as atividades dos indígenas em 1860, aonde chega a fazer em seu diário, croquis de casacas utilizadas nas congadas de São Benedito e um pequeno dicionário do tupi ainda falado na região.

Padre Francisco Antunes Siqueira em 1885 apresenta que em finais do século XIX as populações do entorno de Reis Magos, com motivação religiosa, ainda estabelecia forte interação e circulação entre as comunidades de vários distritos próximos como os de Santa Cruz, Caieiras Velha e Destacamento:

“Ali, bem como em **Santa Cruz** e Linhares, têm caboclos o costume tradicional de festejarem São Benedito trazendo diferentes imagens em diversos tempos do ano para assistir à sua missa, como dizem todos”.

E continua:

“A primeira vinha à matriz a 24 de dezembro por ocasião da festa do Natal, do Riacho; a segunda, no 1ª de janeiro pela Circuncisão do Senhor, **Caieira Velha**; a terceira pelo Reis (epifania), do **Destacamento de Piraque-açu**, a quarta, a 2 de fevereiro (purificação), do Cachoeirinho”. (86)

Interessante verificação de Siqueira é que ainda em fins do século XIX as populações ainda possuíam resquícios da língua tupi colonial cantado nas festas de congo em louvor a São Benedito.

Afonso Claudio numa informação realizada para o Museu Nacional – RJ escreve alguns artigos bem descritivos sob a ótica racista da época, um mosaico da realidade “racial” do Estado do Espírito Santo no início do século XX relata a presença dos tupiniquins em diversos pontos do Estado:

“Os de Riacho, **Santa Cruz**, Nova Almeida e Serra, fazem exceção, sem dúvida porque o elemento indígena posto em contato com a população já saturados de sangue índio, pôde conservar-se mais ou menos puro, sem assimilar os fatores exóticos qualquer influência ponderável”. (124)

Em 1912 os índios são pela primeira vez mencionados na República através do relatório do Serviço de Proteção ao Índio e, em 1924 o então inspetor do SPI sugere que sejam transferidos para os Postos Indígenas de Pancas e Eme, onde já estavam sendo concentrados os botocudos do norte espírito-santense.(FUNAI:2001,11).

Após anos de reivindicação a questão indígena é reconhecida pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) na década de 1970 quando se inicia o processo de reconhecimento da reserva indígena.

Após anos de reivindicação a questão indígena é reconhecida pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) na década de 1970 quando se inicia o processo de reconhecimento da reserva indígena (Figura 4.4.3.c).

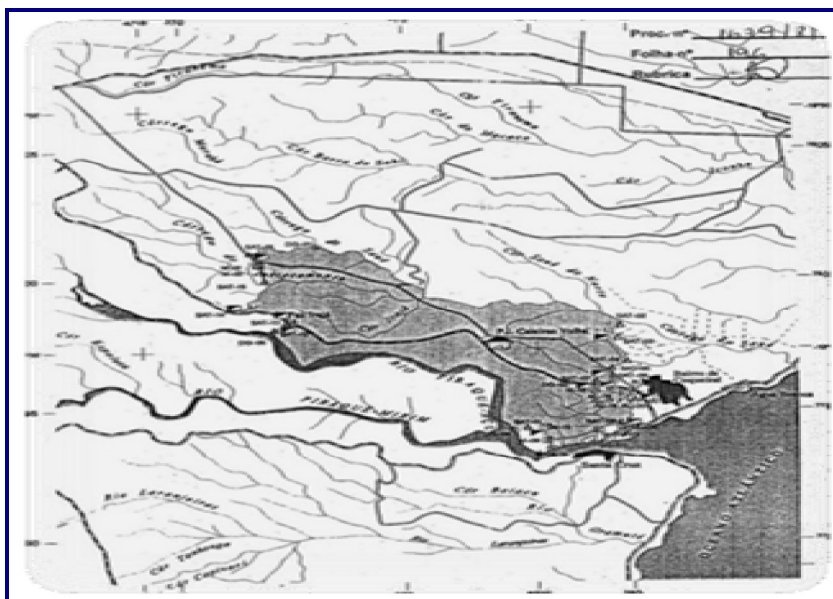


Figura 4.4.3.c – Mapa da demarcação de terra indígena de Caieiras Velha – Fundação Nacional do Índio – DAF/Diretoria de Assuntos Fundiários.

Subindo pelo litoral do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro até se estabelecerem seu limite mais ao norte, nas margens do Piraquê-Açu, se estabelecem próximos aos tupiniquins onde se encontram até o presente, os guarani Mbiá.

Chega à região de Aracruz, por volta de 1968, uma das maiores tribos existentes na América do Sul, com ampla distribuição entre, Brasil, Argentina e Paraguai. Conduzidos por uma líder religiosa (Kuña Karai) Tatati Uareté, em busca da “Terra Sem Males”, originários do Paraguai onde seu grupo familiar provavelmente partiu na década de 1940”(FUNAI: 2001; 14).

4.4.4 Presença Européia.

A presença européia na região se inicia quando os padres jesuítas se estabelecem na tentativa de aculturar grupos indígenas através da catequese ordenada nos aldeamentos. Concentram-se principalmente no Aldeamento de Reis Magos após estabelecimento do convento de mesmo nome, onde ainda se encontra hoje no Bairro de Nova Almeida município da Serra, como fora citado anteriormente, a região de Santa Cruz fica com relação periférica a Reis Magos.

A expulsão dos Jesuítas em 1759, e o antigo aldeamento dos Jesuítas passando à município pela Coroa Portuguesa a presença de portugueses na freguesia de Santa Cruz se intensifica. São registrados por cronistas sobre a disposição de comerciantes e proprietários de terras em 1818:

“(...) na povoação [Aldeia Velha] há um capitão de milícia, **português**, que, sem estar agregado a nenhuma companhia em particular, é encarregado de velar e manter a ordem e de despachar os papéis exigidos deles nos patrões dos barcos” (SAINT-HILARIE: 2002; 64).

Com a expansão econômica do porto a povoação vai incorporando melhores estruturas burocráticas e em 1837 atinge a categoria de distrito. Em 1848 é criado o município com nome de Santa Cruz.

A crescente exploração de madeira e cal de ostra na região vai trazendo mais luso-brasileiros e portugueses, para intermediação com o governo e comercializar os produtos na região. Assim, a concentração da mão de obra na exploração de madeira, cada vez mais crescente, acaba gerando baixa na produção agrícola:

“Há um grande inconveniente deste comércio [madeira], e é o definhamento da lavoura, assim vemos que no norte, o rio Doce, e a **villa de Santa Cruz**, e no sul de Guarapary, e Benevente precisão de farinha, do café, da aguardente, etc, porque os braços, que deviam ser empregados na plantação destes gêneros, occupão-se só nas derrubadas, falquejamento das madeiras. (...) Também esses braços que se occupão da pesca fazem sensível falta à lavoura, e por isso igualmente necessita-se, de medidas, que abstem este mal”. (PINTO: 1849; 12)

A povoação desde o início do final do século XVIII sofre uma leve expansão econômica através da exportação de seus produtos e já em meados do século XIX maior parte dos produtos do município era comercializada para o Rio de Janeiro como a madeira, cal, açúcar, café e cereais (VELLOSO: 1859; 26).

Os comerciantes brancos, muitos europeus, estabelecidos em Santa Cruz são descritos curiosamente por Biard por sua postura “aristocrática” em meio a um ambiente rural e repleto de índios que se compunha o município onde apresenta uma interessante descrição:

“Foi preciso atravessar a mata para chegar à vila, e, quando desembocamos na planície, vi muitas choças cobertas de palmeira e algumas casinhas caiadas; vi muitos pescadores, (...) aqui e ali, alguns senhores de preto, gravata branca e mãos sujas”. (BIARD: 2002; 23)
“Eu não era um estrangeiro entre eles; mas o que eu ganhava em importância junto aos índios adultos e crianças perdia junto aos brancos, o que me importava muito pouco”. (BIARD: 2002; 27)

Em 1832 os primeiros imigrantes italianos chegam à região e fundam a Colônia de Nova Trento, sobre o comando do imigrante Pietro Tabachi.

Em 1877 recebe mais 386 famílias de imigrantes italianos em Santa Cruz. Com a produção de café foi um importante porto de escoamento agrícola, tendo grande crescimento até o final do século XIX, quando a construção da estrada de ferro ligando os municípios de Linhares e Colatina, deslocando o crescimento econômico mais significativo para essa região.

As famílias de imigrantes italianos continuaram a se organizar culturalmente através das unidades produtivas agrícolas estabelecidas a partir das colônias no interior, expandindo-se pelas matas do interior com as lavouras de café e mandioca em direção a região serrana e norte capixaba. (A GAZETA: 1994; 2) (Figura 4.4.4).

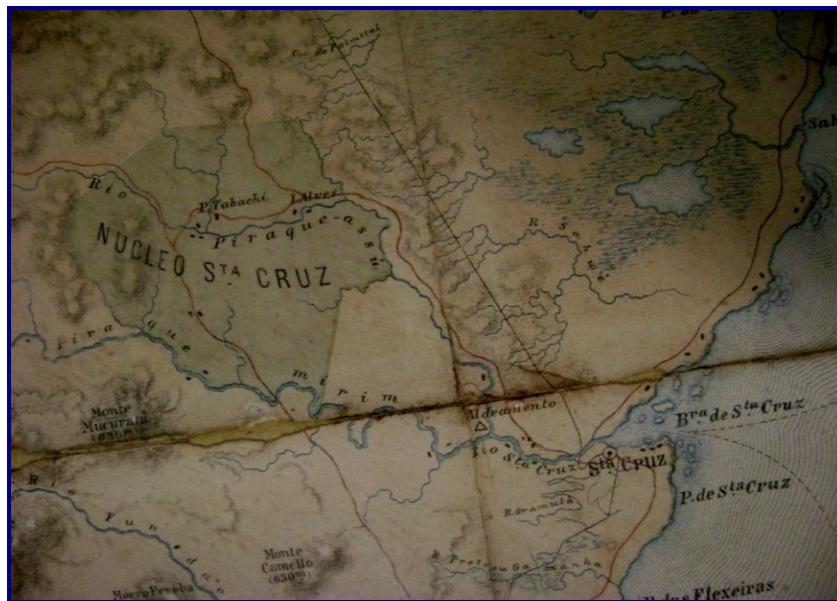


Figura 4.4.4 – Detalhe de mapa da província do Espírito Santo - 1878.
Fonte: Coleções Especiais – Biblioteca Central da UFES.

Grande parte dos indivíduos dessa colônia, devido a baixa produtividade do solo se desloca para outras regiões também do interior para fundar outras comunidades, o município de Santa Tereza é produto dessa dispersão de Santa Cruz.

4.4.5 Patrimônio Histórico Arquitetônico Cultural

Estão tombados pelo Conselho Estadual de Cultura (CEC) dois imóveis, a Igreja de Santa Cruz e Antiga Câmara Cadeia Municipal:

Igreja de Santa Cruz

O imóvel foi tombado pelo CEC (Conselho Estadual de Cultura) em 29 de Dezembro de 1986, a Igreja Católica de Santa Cruz, fica no Distrito de Santa Cruz e pertence a Cúria Metropolitana de Vitória. Atualmente sua utilização possui fins religiosos. Localizado AV. Presidente Vargas, centro – Santa Cruz.

O local da igreja antes da edificação em alvenaria de pedra era uma capela rústica, construída em 1836, de esteio de madeira, paredes de taipa e cobertura de palhas de palmeira. O cronista francês François Biard, de passagem pela Vila de Santa Cruz, desenhou a belíssima fachada com uma pequena palhoça. Segundo o historiador Levy Rocha a igreja fora concluída em 1855.

A Igreja foi restaurada em 21/12/2000, pela Prefeitura de Aracruz e Conselho Estadual de Cultura (Figura 4.4.5)

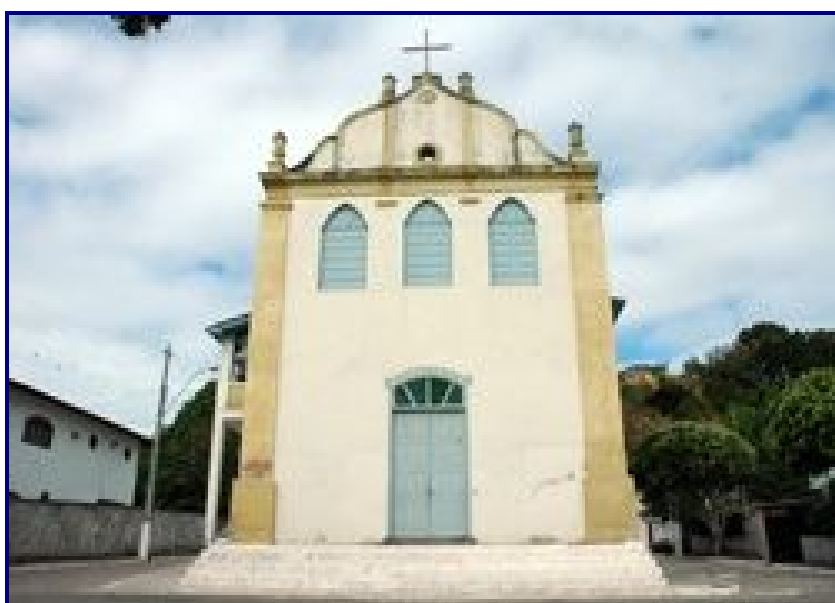


Figura 4.4.5 – Fachada da igreja de Santa Cruz.

Fonte: <http://www.pma.es.gov.br/turismo/>

Antiga Câmara Cadeia Municipal

O imóvel foi tombado pelo CEC em 12/11/86, Processo Nº 23/85. Resolução nº 11 / 1986 - Conselho Estadual de Cultura. Inscrição no Livro do Tombo Histórico, sob o nº 130, às Folhas 23v e 24; Livro do Tombo das Belas Artes, sob o nº 65, às Folhas 15v e 16.

O imóvel foi inicialmente construído para abrigar D. Pedro II na sua visita pela província do Espírito Santo em 1860. Após esse episódio, a edificação teve vários usos em seu espaço como Fórum, Câmara e Prefeitura Municipal, serviços de estatística e cadeia. Além de ter abrigado posto de correio, posto telefônico e escola pré-primária.

Além do município, contar com festividades de bandas de congo, apresenta como maior manifestação do artesanato na cidade o realizado pelos índios tupiniquim e guarani.

4.4.6 Contexto Arqueológico

Foi realizado inicialmente um levantamento bibliográfico nos arquivos do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) sobre toda a parte arqueológica no município de Aracruz com ênfase na região dos rios Piraquê-açu e Piraquê-mirim.

Além de realização de entrevistas e observação de superfície nas áreas indicadas por moradores entrevistados e nas áreas afetadas diretamente pela unidade de conservação.

- **Contexto Arqueológico**

O primeiro trabalho de arqueologia realizado na região, foi durante o Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA), em 1975, pelo prof. Celso Perota, apresentando um diagnóstico sobre o potencial da região desenvolvido, destacando os sambaquis (Figura 4.4.6.a):

“Constatamos que na faixa litorânea da região pesquisada quase uma centena de sambaquis, localizados principalmente na baía de Vitória, nos vales do rio Jucu, Reis Magos, **Piraquê-açu**, **Piraquê-mirim** e Jacaraípe. Estes sambaquis estão sendo cadastrados e neles não foi realizado qualquer trabalho arqueológico e por isso nada sabemos sobre seu conteúdo cultural. (PEROTA: 1975; 129).

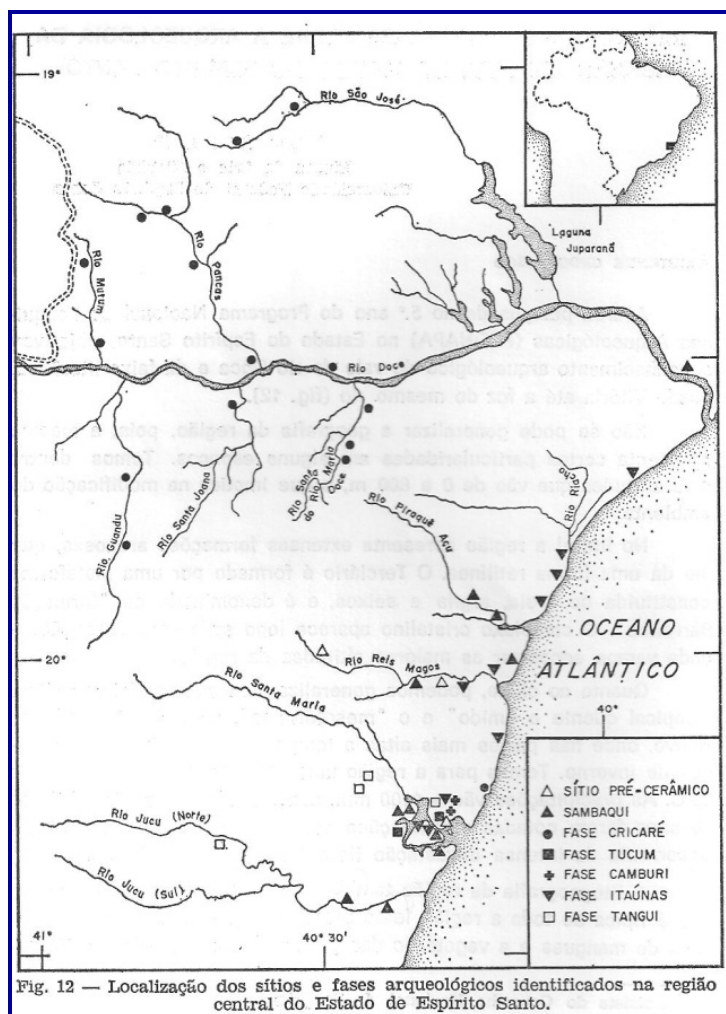


Figura 4.4.6.a – Mapa elaborado pelo PRONAPA – 1975

O arqueólogo Celso Perota registrou dois sítios arqueológicos na região, um no município da Serra e outro nas proximidades do distrito de Santa Cruz denominado de Sítio Mutirão.

O Sítio Mutirão foi identificado por uma descoberta fortuita em 1999, quando funcionários da Prefeitura Municipal de Aracruz, preparavam o terreno para a construção de uma área para uso da comunidade. Na oportunidade foram resgatadas duas urnas funerárias e fragmentos de outra.

Posteriormente, a arqueóloga Christiane Lopes Machado, fez um novo levantamento da área e o material coletado, por ocasião da descoberta fortuita. Sendo devidamente estudado pelo arqueólogo Celso Perota (Figuras 4.4.6.b e 4.4.6.c).



Figura 4.4.6.b – Achado fortuito e a chegada de arqueólogos na área.
Fonte: Perota, 2007



Figura 4.4.6.c – Urnas funerárias resgatadas e posteriormente restauradas. Fonte: Perota, 2007

Maria Cristina Scatamacchia no seu relatório final do projeto de diagnóstico prospectivo do Gasoduto Cacimbas/Vitória registrou no km. 74.800 (do gasoduto) um sítio arqueológico na margem direita do rio Piraquê-açu, nas proximidades onde foi feito um furo direcional para passagem do gasoduto sob as águas do rio.

Fora da área limítrofe da unidade de conservação ambiental, mas ainda no município de Aracruz, foi realizado um resgate arqueológico sob coordenação de Christiane Lopes Machado para o projeto de ampliação do Terminal de Barcas da PORTOCEL, em 2006, com apoio institucional do IAB (Instituto de Arqueologia Brasileira). As coordenadas do sítio portocel são: 388892/7806551, sendo um sítio pré-colonial cerâmico filiado culturalmente da tradição aratu.

Em 2007 é concluído a “Caracterização arqueológica em áreas da Aracruz Celulose S/A” no Espírito Santo” realizado pela arqueóloga Cristiane Lopez Machado. Seguindo a metodologia de diagnóstico não interventivo na região foram evidenciados, (incluindo “**Vila do Mutirão**” já cadastrado pelo Prof. Perota), segue abaixo uma tabela com os sítios arqueológicos (Tabela 4.4.6)

Tabela 4.4.6 – Sítios arqueológicos no município de Aracruz

Sítios Arqueológicos	Coordenadas GPS/SAD 69
Peixe Verde	0372480/7794905
ES-LI-n 25 (Vila do Mutirão)	0378371/7792418
Porto do Bastião	0374979/7794741
Sambaqui da Lajinha	0342620/7795174

Fonte: MACHADO (2007).

O sítio Porto do Bastião apresenta um polidor fixo em vegetação de mangue em terreno de apicum, descendo pela trilha em base de morro (Figura 4.4.6.d).



Figura 4.4.6.d – Detalhe e vista geral dos polidores fixos
Fonte: COSTA, 2009

O sítio Peixe Verde apresenta três bases de polidor fixo em afloramento rochoso em mangue, completamente cercado de lama recebendo influencia direta da maré. Na margem próxima ao mangue em solo com sedimento argilo-arenoso, recortado por acesso ao porto do Peixe Verde, encontra-se grande a concentração de material malacológico com lascas de quartzo.

No topo do morro apresenta vestígios de material malacológico em menor densidade e cerâmica vitrificada e com modelagem por roletes e queima a céu aberto, segundo moradores era o ponto onde estabelecia a residência do João Peixe Verde, antigo pescador da região e por isso o porto recebe seu nome (Figuras 4.4.6.e a 4.4.6.i)



Figura 4.4.6.e – Vista geral dos polidores fixos. Fonte: Environlink/2009



Figura 4.4.6.f – Polidor com maiores dimensões. Fonte: Environlink/2009

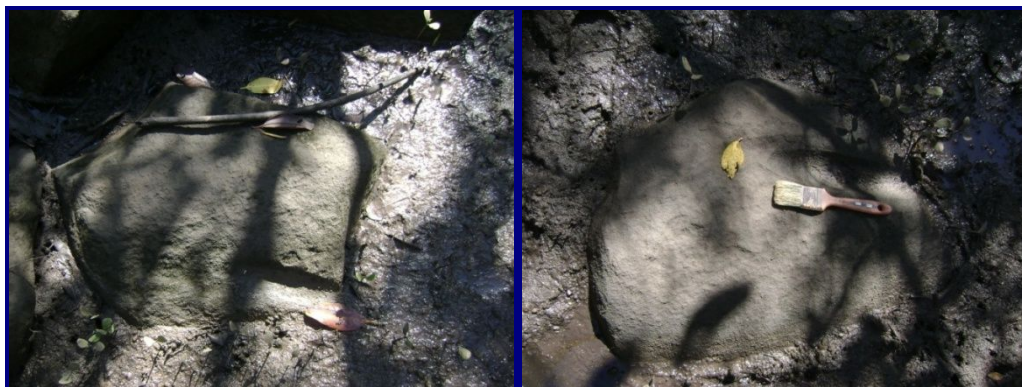


Figura 4.4.6.g – Detalhe dos polidores periféricos ao maior dimensão. Fonte: Environlink/2009



Figura 4.4.6.h – Sambaqui em final de acesso para o porto do peixe verde. Fonte: Environlink/2009



Figura 4.4.6.i – Vista geral e detalhe de afloramentos de vestígio malacológico e cerâmica (cerâmica vitrificada e regional). Fonte: Environlink/2009

4.4.7 Sambaqui da Lajinha

O sambaqui apresenta grande concentração de material malacológico com grande dispersão próximo a afloramento rochoso chamado de Porto de Lajinha. O sítio que anteriormente não apresentava nenhum uso em sua superfície (MACHADO: 2007), já se encontra impactado por atividade agrícola, através do plantio de feijão o aumentando a depredação do sítio arqueológico em solo bastante alterado (Figura 4.4.7).



Figura 4.4.7 – Parte do sambaqui da lajinha com plantio de feijão.
Fonte: Environlink/2009

A visita ao sambaqui da Lajinha ocasionou como em trabalhos anteriores, grande descontentamento por parte do proprietário Sr. Manoel Rodrigues dos Santos quando após vista a campo se apresentou bastante chateado após nossa conversa pessoalmente.

4.4.8 Ocorrências Arqueológicas

Além dos sítios arqueológicos acima citados, durante o levantamento foi notificado ocorrências arqueológicas (Tabela 4.4.8), que seriam indicativos de sítios arqueológicos a partir de informações de habitantes ou de fortuitos como lâminas de machado, fragmentos de cerâmica e pequenas concentrações de vestígios malacológicos. As áreas onde os proprietários e moradores encontraram os objetos foram referenciadas:

Tabela 4.4.8 – Ocorrências arqueológicas e suas coordenadas

Ocorrências arqueológicas	Coordenadas GPS/SAD 69
Sertão do Congo	0379047/7816435
Sertão do Riacho	0379421/7816463
Baiacu I	0372461/7793935
Baiacu II	0372461/7793935

Fonte: MACHADO, 2007

A ocorrência Sertão do Riacho apresentou uma lâmina de machado e uma base de polimento; Sertão do Congo fragmentos cerâmicos e uma lamina de machado; Pastinho presença de uma lamina de machado; Baiacu I com 4 concentrações de nítidas de material malacológico, cerâmico e restos construtivos, podendo corresponder a ocupação recente e Baiacu II que também foi relacionado como possível ocupação recente, entretanto duas concentrações de material malacológico.

A informação de um polidor fixo entre as praias de Santa Cruz, Fundão e Praia Grande é citado de reportagem do Jornal AGAZETA de 28/05/2006, sem uma localização exata por parte do jornal. Na localidade de Lajinha também é informado através das entrevistas e pelo biólogo Péricles Góes da existência de mais um polidor fixo que ainda não foi identificado.

4.4.9 Levantamento de Campo e Entrevistas

Seguindo o procedimento de entrevistas com moradores mais antigos, objetivando a indicação de novos sítios arqueológicos e sobre o grau de consciência sobre o patrimônio arqueológico na região.

Foram diagnosticados 17 novos sítios arqueológicos que estão em processo de registro pelo IPHAN. Entre sítios temos pré-cerâmicos (em sua maioria sambaquis), pré-coloniais cerâmicos e históricos cerâmicos, além de relevantes informações sobre a extração de ostras de sambaquis para processamento de cal para construção.

Antes de iniciar as atividades de campo foram realizadas visitas técnicas em algumas aldeias guarani e tupiniquim, e comunidades do entorno (Figura 4.4.9.a) com o intuito de apresentar os principais objetivos a serem alcançados na elaboração do plano de manejo e alguns pontos dos procedimentos metodológicos que seriam utilizados pelos pesquisadores em campo.



Figura 4.4.9.a – Visita técnica com equipe de meio antrópico em aldeias de Caieiras Velha e Irajá – abril de 2009. Fonte: Environlink/2009.

Além de antecipar junto as comunidades a presença de pesquisadores que estariam agendando entrevistas nas áreas dentro e no entorno da reserva.

Segundo o senhor Veranicio Vicente índio tupiniquim de 80 anos exerceu a exploração de ostras de sambaqui para a produção de cal como material construtivo nos relatando importantes informações sobre essa atividade.

Algumas das antigos pontos de extração de ostra: Pedra da Abóbora, Pedra da Fumaça, Pedra da Graputanga, Pedra da Lajinha ou porto da Lajinha, Lajão ou Laje Grande e Peixe Verde onde disse que “tinha muita ostra lá”.

Sobre o processo de manufatura de cal de ostra, primeiramente a ostra era empilhada em uma esteira de madeira com 70 cm de altura por 1 metro de largura, sobreposta com um metro de concha, “botava fogo de tarde e queimava por dois dias”, depois era elaborado um cercado de palha de guriri, cipó e vareta, também chamado de “barraco de palha” com “dois a três metros de largura e comprimento com um metro de altura”.

E dentro desse cercado era colocada a concha queimada “em três camadas de mais ou menos 20 cm cada” e era jogada água para resfriamento brusco, onde as conchas ficavam porosas e mais friáveis, seguidamente tapado com esteira de taboa, o procedimento era repetido várias vezes.

Depois colocados em sacos de farinha para preparação de venda nos pontos comerciais em Santa Rosa e Santa Cruz, seu comércio perdurou até o início da década de 1960, quando os antigos compradores pararam de demandar o produto.

Na maioria dos portos estavam com parte de seu espaço sendo utilizado para empilhamento de restos de malacológico, formando verdadeiros “sambaquis modernos”, onde eventualmente, seriam vendidos para a produção de cal (Figura 4.4.9.b).



Figura 4.4.9.b – Vista geral de concheiro moderno em Porto de Irajá.
Fonte: Environlink/2009

Segundo Sr. Pedro Nunes de 54 anos, uma antiga olaria pertencente a Pedro Ribeiro, existente onde hoje é a propriedade do Sr. Manoel dos Santos, em base de morro, onde hoje é área de plantio de milho, de onde se abastecia até 80 anos atrás com utensílios cerâmicos de cozinha, telhas e tijolos maciços toda região. As coordenadas UTM são 0373297/7795299 (Figura 4.4.9.c).



Figura 4.4.9.c – Local com remanescentes de tijolos de forno utilizado para queima de cerâmica na superfície se encontra muitos fragmentos de telha, tijolos e vasilhames. Fonte: Environlink/2009

Conjuntamente a produção cerâmica era produzida farinha de mandioca, em tachos circulares de cerâmica onde era lentamente varrida a farinha até atingir o ponto ideal para consumo. A argila, segundo Sr. Verancio, era retirada em jazidas muito próximas do forno, onde se “podia tirar o melhor barro da região”.

Dentro do forno de cerâmica eram colocadas em sequência três camadas de cerâmica, a primeira de tijolo, a segunda de telha e a última de “pote”. Eram também feitos cachimbos cerâmicos. Uma importante informação dada pelo Verancio é de que as panelas eram feitas sob técnica de roletes e após a queima em forno de redução, eram banhadas com seiva de casca de aroeira.

Na comunidade de Destacamento obtivemos a informação da senhora Maria Zilma Barbosa Monteiro de 60 anos, moradora nascida no local disse que em todo roçado e próximo ao Córrego Fundo “se encontra muita concha espalhada”.

4.4.10 Grau de Consciência do Patrimônio Arqueológico

Entre as populações do entorno da área da unidade de conservação verificou-se que a principal problemática a respeito do patrimônio arqueológico estava no desconhecimento sobre a parte legal e todas as implicações a respeito, além de desconhecimento sobre a história regional.

Apesar do desconhecimento sobre a história local, os sítios arqueológicos tipo sambaqui são sempre relacionados com “os índios de muito antigamente” como relata o Sr. Joceli Rodrigues dos Santos, e o Sr. Veranício Vicente.

Os polidores fixos existentes na região são vivenciados pelos índios e não índios como ambientes freqüentados por espíritos de índios antigos, que durante a pesca noturna, ainda pode ouvir o “barulho deles amolando machado na pedra!”, segundo Paulo Cacique de Irajá.

4.4.11 Sítios arqueológicos

Foram diagnosticados 17 novos sítios arqueológicos (Mapa 4.4.11), estando em três tipos diferentes de sítio: pré-colonial sambaqui, pré-colonial cerâmico e sítio cerâmico de contato.

Sambaquis são sítios arqueológicos encontrados em regiões costeiras com grande acúmulo intencional de material malacológico (conchas de moluscos) e restos alimentares. Encontramos também indústria lítica de lascas (quartzo em sua maioria), laminas de machados polidos além de vestígios de fogueiras, sepultamentos e adornos.

Sítios Cerâmicos pré-coloniais ou aldeias se caracterizam por manchas escuras no solo com concentração de fragmentos cerâmicos e líticos, onde também podem ser encontradas estruturas de fogueira e postes.

Sítio de contado ou históricos cerâmicos são sítios com vestígios arqueológicos produto da ocupação em período pós-contato europeu. Podendo ser vestígios de estrutura de habitação de taipa ou edificação, concentração de material cerâmico histórico, vestígios de senzala, casa de fazenda, antigos cemitérios, quintais, jardins, ou estruturas remanescentes de processos industriais e manufatureiros que venham a contribuir na compreensão da memória nacional.

Duas categorias são atribuídas aos sítios arqueológicos: o unicomponencial e multicomponencial. O unicomponencial apresenta indicativos de ter sofrido uma ocupação por um mesmo grupo cultural durante um longo período de re-ocupação, apresentando vestígios de cultura material bem homogêneo; sítios arqueológicos que sofreram processos de ocupação em momentos diferentes por grupos diferentes são definidos por multicomponencial e apresentam num mesmo espaço cultura material distinta.

Segue abaixo relação de sítios arqueológicos diagnosticados (Tabela 4.4.11)

Tabela 4.4.11 - Sítios Arqueológicos diagnosticados

Sítio Arqueológico	Categoria	Tipo de sítio e filiação	Coordenadas GPS/SAD 69
Irajá I	Únicomponencial	Sambaqui	0372131/7797761
Irajá II	Únicomponencial	Sambaqui	0372236/7797856
Irajá III	Únicomponencial	Cerâmico/tupi	0372371/7798228
Irajá IV	Únicomponencial	Cerâmico/histórico	0372486/7798192
Santa Rosa I	Únicomponencial	Sambaqui	0366560/7795064
Santa Rosa II	Únicomponencial	Sambaqui	0366742/7795103
Santa Rosa III	Únicomponencial	Cerâmico/tupi	0366666/7795107
Santa Rosa IV	Multicomponencial	Sambaqui/histórico	0366423/7795255
Santa Rosa V	Multicomponencial	Sambaqui/histórico	0366344/7795030
Boa Vista I	Multicomponencial	Histórico/pré-colonial	0368129/7797777
Ilha da Pedra Branca	Únicomponencial	Sambaqui	0371966/7797459
Sambaqui do Porto Dedeco	Únicomponencial	Sambaqui	0371000/7795485
Aroldo I (ilha)	Únicomponencial	Sambaqui	0369081/7798353
Aroldo II	Únicomponencial	Sambaqui	0369182/7798045
Aroldo III	Multicomponencial	Histórico/pré-colonial	0369186/7798072
Aroldo IV	Multicomponencial	Histórico e pré-colonial	0369199/7797846
Sambaqui da Lajinha II	Únicomponencial	Sambaqui	0372639/7795275

Seguimos nessa parte com a descrição dos sítios arqueológicos identificados:

- **Irajá I. (ES-IRAJ-001) Sambaqui do Irajá I**

Sambaqui localizado dentro da Reserva indígena de Irajá, na margem norte do rio Piraquê-Açu, onde se pode ver aflorando grande quantidade de material malacológico e pequenas lascas de quartzo, após abertura de corte para construção de estrada pela Prefeitura de Aracruz em 1972. As dimensões estimadas do sítio estão entre de 150m comprimento por 50m de largura (Figuras 4.4.11.a e 4.4.11.b).

Delimitação da coordenadas em UTM: 0372131/7797761 SAD 69.



Figura 4.4.11.a – Vista da margem do porto de Irajá e detalhe do sambaqui recorta pela estrada. Fonte: Environlink/2009



Figura 4.4.11.b – Detalhe de erosão por transgressão e regressão marinha em limite com o rio e fragmento de lasca de quartzo. Fonte: Environlink/2009

- **Irajá II**

Sambaqui do Irajá 02; ES-IRAJ-002.

Sambaqui localizado na Aldeia Indígena de Irajá, com grande quantidade de material malacológico aflorando em antiga área de plantio, atualmente usado como pasto para pecuária. Sítio bastante revirado pela ação de lavoura onde se observa grande dispersão de material malacológico e lítico (Figura 4.4.11.c).

Seu acesso se dá pela estrada de acesso da Aldeia de Irajá até a área de pastagem para pecuária. Possui comprimento de 300m por 200m de largura

Delimitação das coordenadas em UTM: 0372236/7797856. Datum: SAD 69



Figura 4.4.11.c – Vista geral do sítio bastante revirado com pontos de maior concentração e detalhe de superfície com lascas vestígios malacológicos fragmentados. Fonte: Environlink/2009

- **Irajá III.**

ES-IRAJ-003

Localizado na aldeia Indígena de Irajá com material cerâmico e algum material malacológico aflorando em acesso da Aldeia de Irajá. Solo bastante compacto com jardim próximo. Seu acesso logo na entrada, próximo a rodovia Primo Bitti. Seu comprimento é de 5m com 5m de largura. Seus vestígios com fragmentos cerâmicos apresentando engobo branco indicam uma filiação a grupos tupis do litoral (Figura 4.4.11.d).

Delimitação das coordenadas UTM: 0372371/7798228. Datum: SAD 69



Figura 4.4.11.d – Vista da entrada para as residências da aldeia e detalhe de vasilhame aflorando em superfície. Fonte: Environlink/2009

- **Irajá IV.**

Outras designações ou siglas: **ES-IRAJ-004**

Localizado na Aldeia Indígena de Irajá com material malacológico aflorando em perfil exposto no corte de estrada da rodovia Primo Bitti e algum material cerâmico. Parte do sítio se encontra dentro da reserva indígena, facilmente visualizável da rodovia. O acesso ao sítio é pelo lado direito no sentido vindo de Vitória na Rodovia Primo Bitti. Seus vestígios materiais estão relacionados a ocupação entre 300 a 100 AP, possivelmente de grupos índios oriundos dos aldeamentos jesuítas e posterior a esses (Figura 4.4.11.e).

Comprimento: 10m Largura: desconhecido

Delimitação da área/coordenadas UTM: 0372486/7798192. Datum: SAD 69



Figura 4.4.11.e - Vista geral da rodovia e detalhe de estratigrafia exposta com material malacológico. Fonte: Environlink/2009

- **Santa Rosa I**

Outras designações ou siglas: **ES-ST-001**

Sambaqui localizado na região de Santa Rosa, na localidade de Pedra Redonda, propriedade do Sr. Elcio Santana de Araújo, com material malacológico aflorando na superfície de afloramento rochoso e em estrada de acesso ao mangue com grande quantidade de lascas de quartzo. Seu acesso se dá seguindo para o porto de Santa Rosa em área utilizada para pastagem bovina (Figura 4.4.11.f).

Comprimento: 100m Largura: 80m

Delimitação da área/coordenadas UTM: 0366560/7795064. Datum: SAD 69



Figura 4.4.11.f – Vista geral em topo de colina com afloramento rochoso e detalhe de material lítico e malacológico aflorando em superfície. Fonte: Environlink/2009

- **Santa Rosa II.**

Outras designações ou siglas: **ES-ST-002**

Sambaqui localizado em Santa Rosa, Pedra Redonda. Dentro da Unidade de Conservação, com material malacológico aflorando na superfície de afloramento rochoso em mangue com grande quantidade de lascas de quartzo. É interessante observar que na superfície a espécie de vestígio malacológico mais recorrente é a *lucina pectinata* diferente das espécies mais recorrentes nos sambaquis da região como a *cassostreia rizophora*. O acesso ao sítio é próximo a planície de inundação (apicum) utilizada como campo de futebol próximo ao porto de Santa Rosa (Figura 4.4.11.g).

Comprimento: 40m Largura: 10m

Delimitação da área/coordenadas UTM: 0366742/7795103. Datum: SAD 69

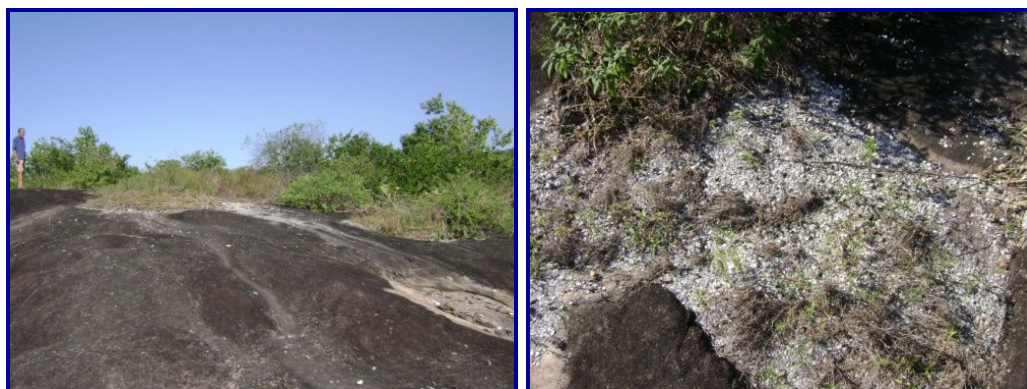


Figura 4.4.11.g - Vista de topo de afloramento rochoso com grande concentração de material malacológico e detalhe de superfície. Fonte: Environlink/2009

- **Santa Rosa III**

Outras designações ou siglas: **ES-ST-003**

Sítio Cerâmico vinculado a tradição tupi-guarani localizado em Santa Rosa, Pedra Redonda. Com material cerâmico aflorando em solo sedimentar escuro, em acesso ao porto de Santa Rosa, limítrofe ao mangue. Propriedade do Sr. Elcio Santana de Araújo (Figura 4.4.11.h).

Comprimento: 3m Largura: 2m

Delimitação da área/coordenadas UTM: 0366666/7795107. Datum: SAD 69



Figura 4.4.11.h – Vista geral e detalhe de fragmento cerâmico com borda flange.
Fonte: Environlink/2009

- **Santa Rosa IV**

Outras designações ou siglas: **ES-ST-004**

Sítio multicomponencial com vestígios pré-coloniais de sambaqui e grupos ceramistas, além de históricos com fragmentos de cerâmicas torneadas, cerâmicas com vitrificação além de faianças finas do século XIX aflorando em área de plantio de milho próximo a afloramento rochoso (Figuras 4.4.11.i e 4.4.11.j).

Localizado em Santa Rosa, Pedra Redonda. Na propriedade do Sr. Jocemi Machado. Acesso ao sítio: Em entrada da localidade de Santa Rosa denominada Pedra Redonda destaca-se na paisagem afloramento rochoso arborizado com pomar de mangueiras e palmeiras.

Comprimento: 30m Largura: 80m

Delimitação da área/coordenadas UTM: 0366423/7795255. Datum: SAD 69



Figura 4.4.11.i – Vista geral do sítio e detalhe de vestígios do sambaqui em superfície aflorando em plantio de milharal e coqueiral. Fonte: Environlink/2009



Figura 4.4.11.j – Detalhe de fragmente de vasilha globular torneada com pasta alaranjada, detalhe de fragmento de cerâmica possivelmente pré-colonial com borda reforçada externamente e lábio plano. Fonte: Environlink/2009

- **Santa Rosa V.**

Outras designações ou siglas: **ES-ST-005**

Sítio multicomponencial com vestígios pré-coloniais de um Sambaqui com lascas e núcleos debitado de quartzo com material cerâmico histórico (cerâmica regional e faiança fina) aflorando em superfície de quintal da propriedade do Sr. Pedro Afonso Candeia. Na localidade: Santa Rosa, Pedra Redonda (Figura 4.4.11.k).

Comprimento: 3m Largura: 2m

Delimitação da área/coordenadas UTM: 0366344/7795030. Datum: SAD 69



Figura 4.4.11.k – Detalhe de concentração de vestígios malacológicos e cerâmicos e detalhe de lítico.

- **Boa Vista I.**

Outras designações ou siglas: ES-BV-001

Sítio multicomponencial com vestígios de material arqueológico pré-colonial com lascas de quartzo e vestígios históricos como fragmentos cerâmicos de chapa de farinha, cerâmica vitrificada e neo-brasileira, na localidade de Boa Vista em estrada de acesso para Lameirão (Figuras 4.4.11.l e 4.4.11.m).

Comprimento: 3m Largura: 2m

Delimitação da área/coordenadas UTM: 0368129/7797777.Datum: SAD 69



Figura 4.4.11.l – Detalhe de sítio aflorando entre estrada e propriedade particular, detalhe de material cerâmico e malacológico. Fonte: Environlink/2009



Figura 4.4.11.m – Detalhe de fragmento cerâmico de chapa de farinha e lasca de quartzo. Fonte: Environlink/2009

- **Sambaqui Ilha da Pedra Branca.**

Outras designações ou siglas: **ES-SPB-001**

Sambaqui Localizado em Ilha formada de um afloramento rochoso de granito circundada por área de mangue em unidade de conservação em frente a porto da aldeia indígena de Irajá. Com grande quantidade de material malacológico com marcas de antiga extração de cal de ostra, apresentando entre 3 a 4 metros de altura alguns montes. Seu acesso é somente de barco, podendo ser feito pelo porto de Irajá (Figura 4.4.11.n).

Comprimento: 100m Largura: 50m

Delimitação da área/coordenadas UTM: 0361966/7797459. Datum: SAD 69.



Figura 4.4.11.n – Vista de concentração de monte malacológico e detalhe de perfil estratigráfico em ponto escavado por antiga extração de ostra. Fonte: Environlink/2009

- **Porto Dedeco.**

Outras designações ou siglas: **ES-DDC-001**

Sambaqui localizado em estrada de acesso para o porto Dedeco, próximo ao Piraquê-Mirim, com grande quantidade de material malacológico aflorando em estrada recortada de acesso ao porto Dedeco, parte coberta por floresta o que não possibilitou a largura estimada do sítio (Figura 4.4.11.o).

Comprimento: 40m Largura: não identificada

Delimitação da área/coordenadas UTM: 0371000/7795485. Datum: SAD 69



Figura 4.4.11.o – Vista da estrada de acesso com material lítico e malacológico aflorando em superfície e detalhe de perfil estratigráfico de camada malacológica exposta no corte de estrada. Fonte: Environlink/2009

- **Aroldo I.**

Outras designações ou siglas: **ES-ARD-001**

Sambaqui Localizado em afloramento rochoso cercado por mangue e água na margem sul do rio Piraquê-Açu, próximo ao porto Aroldo. Integrando parte da unidade de conservação ambiental seu acesso só possível de barco ou atravessando do porto do Aroldo pelo mangue entre a vegetação e lamaçal (Figuras 4.4.11.p e 4.4.11.q).

Comprimento: 200m Largura: 80m

Delimitação da área/coordenadas UTM: 0369081/7798353. Datum: SAD 69



Figura 4.4.11.p - Vista geral de sambaqui em ilha no mangue e detalhe de perfil estratigráfico exposto por antigas extração de ostra. Fonte: Environlink/2009



Figura 4.4.11.q - Detalhe de artefatos encontrados na superfície um lítico polido e um cortador em quartzo. Fonte: Environlink/2009

- **Aroldo II.**

Outras designações ou siglas: **ES-ARD-002**

Sambaqui localizado em pequeno acesso para porto do Aroldo, margem sul do rio Piraquê-Açu, com material malacológico aflorando em acesso próximo a mangue em planície de inundação dentro de unidade de conservação. Com estratigrafia exposta de lascas de quartzo e malacológico (Figura 4.4.11.r).

Comprimento: 30m Largura: 25m

Delimitação da área/coordenadas UTM: 0369186/7798072. Datum: SAD 69



Figura 4.4.11.r - Vista geral de sítio no sentido do porto até estrada de automóveis e detalhe de estratigrafia de malacológico aflorando por abertura de buraco por catadores de goiamú. Fonte: Environlink/2009

- **Aroldo III**

Outras designações ou siglas: **ES-ARD-003**

Sambaqui localizado em área de plantio de eucalipto de propriedade da Aracruz Celulose LTDA em margem sul do rio Piraquê-Açu, próximo ao porto Aroldo, com grande quantidade de material malacológico aflorando em acesso próximo a mangue do porto do Aroldo. Com estratigrafia exposta de lascas de quartzo e malacológico, apresenta estar bastante alterado (Figura 4.4.11.s).

Comprimento: 100m Largura: não pode ser avaliada

Delimitação da área/coordenadas UTM: 0369182/7798045. Datum: SAD 69



Figura 4.4.11.s - Vista geral de sítio com grande dispersão de material malacológico pelo eucaliptal e detalhe de vestígios malacológicos aflorando em superfície arada.
Fonte: Environlink/2009

- **Aroldo IV.**

Outras designações ou siglas: ES-ARD-004

Sítio multicomponencial localizada estando maior parte dentro de área plantada de eucalipto em propriedade da Aracruz Celulose LTDA, na margem sul do rio Piraquê-Açu, próximo ao porto Aroldo. Com material malacológico aflorando em acesso em topo de morro próximo a acesso ao porto do Aroldo. Com estratigrafia exposta de lascas de quartzo, cerâmica histórica e malacológico (Figura 4.4.11.t).

Comprimento: 30m Largura: não pode ser avaliada

Delimitação da área/coordenadas UTM: 0369199/7798846. Datum: SAD 69



Figura 4.4.11.t - Vista geral de sítio em final da estrada no topo do morro com detalhe de material cerâmico, malacológico e lítico (lasca de quartzo). Fonte: Environlink/2009

- **Sambaqui da Lajinha II.**

Outras designações ou siglas: **ES-IAJ-002**

Sambaqui localizado na propriedade do Sr. Manoel Rodrigues dos Santos, margem sul do rio Piraquê-Açu, próximo ao porto da lajinha. Com material malacológico aflorando em acesso em topo de morro cobertura de floresta em recuperação, com estratigrafia exposta de lascas de quartzo e malacológico (Figuras 4.4.11.t e 4.4.11.u).

Comprimento: 30m Largura: não pode ser avaliada

Delimitação da área/coordenadas UTM: 0372639/7795275. Datum: SAD 69



Figura 4.4.11.u – Vista geral em área coberta de vegetação onde recorta o acesso com detalhe de estratigrafia de material malacológico. Fonte: Environlink/2009



Figura 4.4.11.v - detalhe de lasca de quartzo em superfície. Fonte: Environlink/2009

- **Edificação Vernacular em Santa Rosa.**

Durante visita técnica de reconhecimento da área em conjunto com Secretaria de Meio Ambiente de Aracruz em setembro de 2008 foi identificado em Santa Rosa, na localidade de Pedra Redonda com as coordenadas de UTM 0366416/7795238, uma edificação de arquitetura vernácula feita sob técnica de alvenaria mista, embasamento de pedras (granito em sua maioria), telhas curvas (romanas), argila e varanda cimentada. Bastante avariada com infiltrações, cupins e alguns apliques de

cimento nas paredes. Embasamento de pedra, com paredes internas divisórias de estuque (Figuras 4.4.11.x e 4.4.11.y).



Figura 4.4.11.x - Fachada frontal e lateral esquerda. Fonte: Environlink/2009



Figura 4.4.11.y - Vista geral da edificação.
Fonte: Environlink/2009

Essa edificação segundo o Sr. Pedro Cadeia já existia quando seu pai era nascido, sendo possivelmente com mais de “120 anos de idade”, comenta o próprio.

Entretanto, após o falecimento do pai do Sr. Cadeia no início de 2009 a casa foi completamente destruída na divisão da propriedade não sobrando nenhuma evidencia de sua existência com o reviramento do solo por ação de tratores (Figura 4.4.11.w).



Figura 4.4.11.w – Vista do sítio Santa Rosa IV indicando a localização de onde ficava antiga edificação. Fonte: Environlink/2009

Mapa 4.4.11 – Identificação dos Sítios Arqueológicos

4.4.12 Considerações Finais

Vemos que, além da grande quantidade de sítios arqueológicos, somados ao levantamento bibliográfico arqueológico e etnohistórico na região apresentarem em sua composição vários elementos que potencializam presença de mais sítios arqueológicos além dos dezessete evidenciados na pesquisa, temos uma paisagem com forte presença de rios e de seus afluentes; presença de mangues; proximidade com locais de obtenção de matéria prima. (afloramentos de rocha, conchas, argila, etc.) e áreas onde existia caça em abundância ou locais propícios para plantio.

Considerando que, apesar do atual nível de depredação, a região proporciona para sociedades contemporâneas uma ampla utilização dos recursos da área para subsistência, vemos que, essa paisagem mais abundante em recursos alimentares no passado, proporcionaria melhores condições de subsistência para sociedades pretéritas.

Os dados do levantamento de fauna malacológica e crustáceos para esse plano de manejo apresentou a existência de espécies ainda hoje comuns à composição estratifica dos sambaquis do Espírito Santo e Rio de Janeiro, tais como ostra de mangue (*crassostrea rizophorae*), lambreta (*lucina pectinata*) e berbigão (*anomalocardia brasiliiana*), além de espécies crustáceas como o Goiamú (*cardisoma guanhumi*), caranguejo-uça (*ucides cordatus*), chama-maré (*uca sp*) e o aratu (*goniopsis cruentata*) (KNEIP: 1987) (Figura 4.4.12.a). Além de variadas espécies de aves, mamíferos e flora que compõem o ecossistema da região.



Figura 4.4.12.a - Atividade de cata de "lambreta" (*Lucina pectinata*), pelo Sr. Pedro Candeia, chefe da associação de catadores de Santa Rosa. Fonte: Environlink/2009

Ainda nas entrevistas foi registrada a existência de hábitos alimentares, com fortes indícios de serem remanescentes de sociedades pretéritas do período pré-colonial e pós-colonial, como o habito alimentar de assar crustáceos em fogueiras em vários portos nos rios Piraquê-açu e Piraquê-mirim (Figura 4.4.12.b).



Figura 4.4.12.b - Fogueira com vestígios de crustáceos (aratu e caranguejo-uça) em porto de Lajinha. Fonte: Environlink/2009

Esses vestígios de fogueira com crustáceos e ostras fazem parte da dieta costumeira da população local além de pesca de juquiás, camboa (ou cercado de peixes) e apesar de não mais usual pela geração recente de pescadores índios e não índios a tecelagem de linhas com fibra extraída da folha de palmeira tucum, eram extremamente usual em sociedades pré-coloniais do litoral (Figuras 4.4.12.c e 4.4.12.d).



Figura 4.4.12.c - Sr. Pedro Nunes - índio tupiniquim de Irajá elaborando linha de pesca de folha de palmeira tucum, através do qual se colocava o anzol e se realizava a pesca no passado. Fonte: Environlink/2009



Figura 4.4.12.d - Jequis empilhados em área de porto de maricultura no Piraquê-Açu. Fonte: Environlink/2009

Com uma grande quantidade de sítios arqueológicos entre sambaquis, sítios cerâmicos históricos e pré-coloniais a região proporciona um campo bastante rico para obtenção de dados significativos na pesquisa sobre a ocupação do litoral pelo homem durante o período conhecido como pré-histórico ou pré-colonial.

Entretanto os sítios arqueológicos sofreram grande depredação num passado recente por ordem da expansão agrícola e da extração intensiva de ostras em “jazidas” de sambaqui, para a indústria de cal, ainda na primeira metade do século XX.

A pecuária e a atividade agrícola são os principais agentes causadores de impacto nos sítios arqueológicos da região. Além da implementação de vias urbanas também apresentam elemento de forte interferência de alguns sítios arqueológicos como o Porto Dedeco e o Irajá II.

Os sítios identificados dentro das áreas da Aracruz Celulose S/A se encontram em programa de proteção efetuado pela própria empresa onde sofreram delimitação para garantir a integridade do sítio (MACHADO, 2007).

A elaboração de um programa de prospecção arqueológica seguido de um programa de educação patrimonial para implementação da Reserva Ecológica se torna essencial para avaliar a real quantidade de sítios arqueológicos existentes e garantir à proteção do patrimônio arqueológico e que o conhecimento desse patrimônio seja repassado a comunidade em geral.